DIARIO OFFICIAL

Ministério dos Melhoramentos no Brazil
Rua Primeiro de Março n. 127.

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

REPUBLICA FEDERAL

ORDEM E PROGRESSO

ANNO XLIX — 22º DA REPUBLICA — N. 75

CAPITAL FEDERAL

DOMINGO 3 DE ABRIL DE 1910

As assignaturas do « Diario Official » são pagas adeantadamente: na Capital Federal, á Thesouraria da Imprensa Nacional; nos Estados, ás Delegacias Fiscaes do Thesouro Federal e ás Alfandegas, e custam :

Por anno.....	24#000
Por nove mezes.....	18#000
Por seis mezes.....	12#000

Os funcionarios publicos da União que autorizarem o desconto mensal de 1#500 em seus vencimentos terão direito ao recebimento da folha pelo tempo que fixarem.

Os funcionarios publicos, estaduais ou municipaes, poderão obter a folha pelo mesmo preço, sendo, porém, o pagamento adeantado.

SUMMARIO

ACTOS DO PODER EXECUTIVO:

- Decreto n. 7.922, que altera o regulamento para as escolas do Exército.
- Decreto n. 7.923, que abre credito ao Ministerio da Viação e Obras Publicas.
- Decreto n. 7.931, que approva o regulamento para o serviço do recenseamento geral da população da Republica.
- Decretos ns. 7.936 e 7.938, que abrem creditos ao Ministerio da Fazenda.
- Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Decretos de 31 de março proximo findo.
- Ministerio da Fazenda — Decretos de 31 de março findo.
- Ministerio da Marinha — Decretos de 31 de março findo.
- Ministerio da Guerra — Decretos de 10 de março findo.

MENSAGEM.

SECRETARIAS DE ESTADO:

- Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Expediente das Directorias da Justiça, Interior, Contabilidade e Geral de Saude Publica — Policia do Distrito Federal.
- Ministerio da Fazenda — Portarias — Expediente das Directorias do Gabinete do Thesouro Nacional, da Receita Publica e da Recebedoria do Distrito Federal — Patrimonio — Inspectoria de Seguros — Caixa de Conversão.
- Ministerio da Marinha — Portarias e expediente.
- Ministerio da Guerra — Portaria.
- Ministerio da Viação e Obras Publicas — Expediente da Directoria Geral de Obras e Viação — Directoria Geral dos Correios.
- Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio — Expediente da Directoria Geral de Industria e Commercio.

TRIBUNAL DE CONTAS—DIARIO DOS TRIBUNAES—NOTICIARIO—RENDAS PUBLICAS—EDITAES E AVISOS—PARTE COMMERCIAL.

SOCIEDADES ANONYMAS — Actas das Companhias de Transporte e Carruagens, Força e Luz de Campos, Industrial do Cellulose, da Empresa Auto Avecida e balanço do Banco Español del Rio de la Plata.

PATENTES DE INVENÇÃO — ANNUNCIOS.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 7.922 — DE 31 DE MARÇO DE 1910

Altera o regulamento para as Escolas do Exército a que se refere o decreto n. 5.698, de 2 de outubro de 1905, nos arts. 112, 119 e 130

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, de accordo com o disposto no art. 65 do regulamento para as Escolas do Exército approvedo pelo decreto n. 5.698, de 2 de outubro de 1905, resolve alterar o citado regulamento, nos artigos abaixo mencionados, dá seguinte forma:

Ao art. 112, acrescente-se um quarto paragrapho nestes termos:

§ 4.º Em seu julgamento individual o professor só poderá usar de notas expressas por nu meros inteiros, tanto no julgamento das provas de exames, como no das provas prestadas pelos alumnos durante o anno em sua aula.

Ao art. 119, acrescente-se mais um paragrapho nestes termos:

§ 4.º A conta de anno do alumno é, em cada aula, a media da somma de todos os grãos per elle obtidos durante o anno nas provas que lhe tenham sido exigidas, inclusive as que não tiver satisfeito sem motivo justificado.

A disposição do art. 130, é substituida pela seguinte:

Art. 130. Tres mezes após a abertura das aulas se effectuarão em cada anno exames escriptos sobre a materia leccionada nesse periodo, os quaes se realizarão de accordo com as regras estabelecidas para a execução dos exames finais.

Paragrapho unico. O alumno que não obtiver pelo menos o quociente tres como resultado da divisão da somma dos grãos obtidos nos exames das aulas em que estiver matriculado pelo numero das mesmas aulas, não poderá proseguir em seus estudos nesse anno e será excluido da escola.

Rio de Janeiro, 31 de março de 1910, 89º da Independencia e 22º da Republica.

NILO PEÇANHA.

J. B. Bormann.

DECRETO N. 7.923 — DE 31 DE MARÇO DE 1910

Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 830:000\$, para as despesas de construcção da linha telegraphica de Matto Grosso ao Amazonas

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, uzando da autorização constante do n. VII, alinea d, do art. 18, da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909, decreta :

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 830:000\$, para custear as despesas de construcção da linha telegraphica ligando o Estado de Matto Grosso ao do Amazonas.

Rio de Janeiro, 31 de março de 1910, 89º da Independencia e 22º da Republica.

NILO PEÇANHA.

Francisco Sá.

DECRETO N. 7.931 — DE 31 DE MARÇO DE 1910

Approva o Regulamento para o serviço de recenseamento geral da população da Republica

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, de accordo com o que dispõe o art. 28, § 2.º da Const tu ção, resolve approvar o regulamento que com este baixa, assignado pelo Ministro

de Estado dos Negocios de Agricultura, Industria e Commercio, para o serviço do recenseamento geral da população da Republica.

Rio de Janeiro, 31 de março de 1910, 89º da Independencia e 22º da Republica.

NILO PEÇANHA.

Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda.

Regulamento a que se refere o decreto n. 7.931 desta data, para o serviço do recenseamento geral da população da Republica

Art. 1.º O recenseamento geral da população da Republica será effectuado no dia 31 de dezembro corrente anno.

Art. 2.º Esse serviço será executado pela Directoria Geral de Estatística, sem prejuizo do expediente ordinario, e pelo pessoal em comissão, que para esse fim for designado.

Art. 3.º Ao director da Directoria Geral de Estatística, que será o Director do serviço de recenseamento, caberá executar e fazer executar as instrucções que forem expedidas, fazer ou delegar a nomeação do pessoal, removê-lo ou dispensá-lo, promovendo medidas e reclamando as providencias para tal fim necessarias.

Art. 4.º O serviço do recenseamento terá logar depois da hora do expediente ordinario da Directoria Geral de Estatística, mediante gratificação correspondente á prorogação do tempo de trabalho.

Poderão ser nomeados funcionarios dessa repartição para serviços especiais do recenseamento.

Art. 5.º O numero e proporção, a organização e as gratificações do pessoal que for applicado ao serviço do recenseamento serão determinados nas instrucções que vão ser expedidas pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.

Art. 6.º Conjunctamente com o recenseamento da população, proceder-se-ha a uma investigação summaria dos elementos economicos do paiz, applicando-se para este fim o mesmo pessoal em comissão e utilizando-se a mesma despeza.

Art. 7.º As autoridades civis e militares, os chefes de serviços e repartições e os funcionarios federaes deverão prestar o seu concurso eficaz para o desenvolvimento da propaganda e melhor execução do recenseamento, segundo for estabelecido nas instrucções.

Art. 8.º Será solicitado para o mesmo fim o concurso e auxilio das autoridades, chefes de serviços e repartições que não forem de categoria federal.

Art. 9.º A operação do recenseamento da população e das outras relações obtidas conjunctamente, deverá ficar concluida, publicando-se os resultados finais, até 31 de dezembro de 1911.

Art. 10. As declarações feitas para o recenseamento da população, ou para o inquerito economico, serão utilizadas unicamente para o effeito da apuração, incinerando-se os papeis respectivos, logo depois de verificados e apurados.

Art. 11. Pela falta do cumprimento das obrigações estabelecidas para execução desses serviços, poderá ser imposta a multa de 50\$ a 500\$, nos termos do decreto n. 1.850, de 2 de janeiro de 1908, além de tornar-se o revel incurso em desobediencia.

Art. 12. Revogam se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de março de 1910.—*Rodolpho Miranda.*

DECRETO N. 7.936 — DE 31 DE MARÇO DE 1910

Abre ao Ministerio da Fazenda o crédito de 13:790\$584 para occorrer ao pagamento devido a D. Maria Bernardina de Lima e Silva Moniz de Aragão, proveniente de descontos indevidamente feitos nos vencimentos de seu fallecido marido, desembargador Salvador Antonio Moniz Barreto de Aragão

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização contida no art. 44 da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na forma do art. 2º, § 2º, n. 2, letra c, do decreto legislativo n. 392, de 8 de outubro de 1896, resolve abrir ao Ministerio da Fazenda o crédito de 13:790\$584, afim de occorrer ao pagamento devido a D. Maria Bernardina de Lima e Silva Moniz de Aragão, proveniente de descontos indevidamente feitos nos vencimentos de seu fallecido marido desembargador Salvador Antonio Moniz Barreto de Aragão.

Rio de Janeiro, 31 de março de 1910, 89º da Independencia e 22º da Republica.

NILO PEÇANHA.

Leopoldo de Bulhões.

DECRETO N. 7.938 — DE 31 DE MARÇO DE 1910

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 61:645\$551, para occorrer ao pagamento devido ao capitão reformado da Brigada Policial do Districto Federal, Fernando Alves de Souza Alão, em virtude de sentença judiciaria

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização contida no art. 53, n. 5, da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na forma do art. 2º, § 2º, n. 2, letra c, do decreto legislativo n. 392, de 8 de outubro de 1896, resolve abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 61:645\$551, para occorrer ao pagamento devido ao capitão reformado da Brigada Policial do Districto Federal, Fernando Alves de Souza Alão, em virtude de sentença judiciaria.

Rio de Janeiro, 31 de março de 1910, 89º da Independencia e 22º da Republica.

NILO PEÇANHA.

Leopoldo de Bulhões.

MENSAGEM

Srs. Membros dos Congresso Nacional — Tenho a honra de Transmittir-vos a inclusa Exposição que me foi apresentada pelo ministro de Estado da guerra, offerecendo as bases de um projecto tendente a modificar algumas das disposições sobre veterinarios do Corpo de Saude do Exercito contidas no decreto legislativo n. 2.232, de 6 de janeiro ultimo.

Julgando o referido projecto util e vantajoso aos interesses da Nação, peço que vos digneis tomal-o em consideração para assim poder-se proseguir nas reformas de que muito necessita o exercito.

Rio de Janeiro, 31 de março de 1910.

NILO PEÇANHA.

Sr. Presidente da Republica — O decreto legislativo n. 2.232, de 6 de janeiro ultimo, prescreve que a admissão para o quadro de veterinarios do Exercito, ao primeiro posto, seja feita mediante concurso entre profissionaes diplomados.

Como V. Ex. sabe, não existem no paiz escolas de veterinaria e por esta circumstancia não ha profissionaes diplomados.

E' verdade que no Estado do Rio Grande do Sul, em Pelotas, foi creada, ha algum tempo, uma escola de agronomia em que se ministram insufficientes e incompletos ensinamentos de veterinaria.

A vista pois, do exposto, parece-me conveniente modificar o paragrapho unico do art. 22 do decreto legislativo, acima referido, que reorganiza o serviço de saude do Exercito, do seguinte modo: « Emquanto não houver profissionaes habilitados pela escola de veterinaria, fica o Governo autorizado a mandar admittir ao primeiro posto veterinario os candidatos que em concurso derem melhores provas de suas habilitações. »

Rio de Janeiro, 31 de março de 1910.—*J. B. Bormann.*

PROJECTO

Dispõe sobre a admissão do pessoal no quadro dos veterinarios.

Art. 1.º Emquanto não houver veterinarios diplomados pela escola veterinaria do Exercito, ainda não creada, a admissão ao primeiro posto será feita mediante concurso, devendo ser os candidatos menores de 35 annos de idade.

Paraphrasso unico. Ficam isentos de concurso, devendo desde já ser admittidos como 2º tenentes do Exercito os actuaes veterinarios com as honras e vantagens correspondentes a esse posto.

Ministerio da Guerra — N. 6 — Rio de Janeiro, 31 de março de 1910.

Exm. Sr. 1º Secretario da Camara dos Srs. Deputados — De ordem do Sr. Presidente da Republica transmitto a V. Ex. a inclusa Mensagem que elle dirige ao Congresso Nacional, submettendo á consideração deste a exposição que apresentei e na qual se offerecem as bases de um projecto tendente a modificar algumas das disposições sobre veterinarios do Corpo de Saude do Exercito contidos no decreto legislativo n. 2.232, de 6 de janeiro ultimo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Ex. os protestos de minha elevada estima e distincta consideração.—*J. B. Bormann.*

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Por decretos de 31 de março findo, foram nomeados para Guarda Nacional:

ESTADO DO CEARA'

Comarca da Capital

1ª brigada de artilharia

Estado-maior—Major-cirurgião, João Octavio Vieira Filho.

Comarca do Riacho de Sangue

255 batalhão de infantaria

Estado-maior—Major-fiscal, Israel Cintra.

Comarca da Morad Nova

46ª brigada de infantaria

Estado-maior — Capitães-assistentes, José Bezerra Borges e Joaquim José da Silva.

138 batalhão de infantaria

Estado-maior — Tenente-quartel-mestre, Manoel Honorato Cavalcanti Filho.

1ª companhia—Tenente, Raymundo José Rabello;

Alferes, José Belmiro da Silva.

2ª companhia — Capitão, Francisco Antonio de Queiroz;

Tenente, Joaquim Chagas Filho.

Comarca de Iguatú

151 batalhão de infantaria

1ª companhia—Capitão, Angelo Francisco do Barros.

152 batalhão de infantaria

Estado-maior — Capitão-ajudante de ordens, Antonio Ferreira de Lavor.

1ª companhia—Capitão, José Joaquim do Assumpção.

ESTADO DO PIAUHY

Comarca de Amarante

76ª batalhão de infantaria

Estado-maior—Capitão-ajudante, João de Castro Lima.

1ª companhia — Tenente, Manoel Mendes Leal;

Alferes, José Barbosa Sarmiento e Evarado José de Carvalho.

2ª companhia — Tenente, Gonçalo Ayres Cavalcanti;

Alferes, Deolindo Machado de Mattos e Enoch Cicero e Silva.

3ª companhia — Capitão, João Ribeiro Nunes;

Alferes, Manoel Pires do Moura;

4ª companhia—Capitão, Antonio Ferreira Sobral;

Tenente, Cesario Mendes Leal;

Alferes, João Soares da Costa e Manoel Pires Sobrinho.

77ª batalhão de infantaria

Estado-maior — Tenente-secretario, Joaquim de Castro Ribeiro.

1ª companhia — Tenente, Antonio Pires de Moura;

Alferes, Raymundo Pereira Barbosa e Antonio Mendes Vieira.

2ª companhia — Capitão, Francisco de Souza Ramos;

Tenente, João José Ribeiro;

Alferes, Santos Pires de Moura e Faust José da Silva.

3ª companhia — Tenente, João Ribeiro Soares;

Alferes, Manoel Soares da Costa e João Soares Barbosa.

4ª companhia—Capitão, Cornélio da Silva Mattos;

Tenente, Thomé José Ribeiro;
Alferes, Pedro Mendes Vieira e Theodorico Fernandes de Lima.

78ª batalhão de infantaria

Estado-maior — Major-fiscal, Theodorico Mendes Leal;

Capitão-ajudante, José da Silva Mendes Leal.

1ª companhia—Capitão, Valentim de Souza Ramos;

Alferes, Benedicto Ferreira Campos e José Mauricio da Costa.

2ª companhia—Capitão, Luiz Pereira de França;

Tenente, Raymundo da Silva Mendes Leal;

Alferes, Benedicto Pereira Barbosa e Francisco Lyra Filho.

3ª companhia—Tenente Henrique Luiz de Souza;

Alferes, Francisco José Nunes e Felix Marques.

4ª companhia—Capitão, Francisco Ayres Cavalcanti;

Alferes, Vicente Rodrigues do Nascimento e Thomaz Dias Ferreira.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comarca do Carmo

143ª batalhão de infantaria

Estado-maior—Tenente-coronel comandante, Augusto José Carrilho;

Major-fiscal, Eduardo de Souza Passos;

Capitão-ajudante, Antonio Ferreira Brandão.

1ª companhia—Capitão, Sylvio de Oliveira e Souza.

2ª companhia—Capitão, Camillo Antonio de Araujo.

Comarca da Parahyba do Sul

9ª batalhão de artilharia de posição

Estado-maior — Tenente-coronel comandante, Ladislau Rodrigues Guerra.

ESTADO DE MINAS GERAES

Comarca de Passos

307ª batalhão de infantaria

Estado-maior — Tenente-coronel comandante, José Lourenço de Andrade.

Comarca do Turvo

191ª brigada de infantaria

Estado-maior — Capitão-assistente, Augusto Cesar Nardy;

Capitães-ajudantes de ordens, Manoel Peixoto Pereira e Bernardino Gonçalves de Almeida.

571ª batalhão de infantaria

Estado-maior—Major-fiscal, Domingos de Aguiar Villela;

Capitão-ajudante, José Penha de Andrade;

Tenente-secretario, Olympio Ottoni Nogueira;

Tenente-quartel-mestre, Benjamin de Assis Pereira.

1ª companhia—Capitão, Leopoldino Augusto Chaves;

Tenente, Antonio de Assis Moreira;

Alferes, Heli Ribeiro de Carvalho e Odilon Ribeiro de Carvalho.

2ª companhia—Capitão, Gabriel de Assis Moreira;

Tenente, Antonio Bernardo de Normandia;

Alferes, Eduardo Hygino do Espirito Santo e José Fernandes Teixeira.

3ª companhia—Capitão, Julio Teixeira de Carvalho;

Tenente, Pedro Cordeiro Morrinhos;

Alferes, Arlindo Saraira e Jacob Ribeiro de Carvalho.

4ª companhia—Tenente, João Corrêa de Lacerda;

Alferes, Joaquim Pereira de Sá e Antonio Severino Pinto.

572ª batalhão de infantaria

Estado-maior — Major-fiscal, Joaquim de Paula e Oliveira;

Tenente-secretario, Theophilo Benedicto Marques;

Tenente-quartel-mestre, Pedro Luiz da Silva.

1ª companhia — Capitão, Francisco Theodoro de Andrade;

Tenente, Cezar Augusto Jovita Marques;

Alferes, Manoel Theodoro de Almeida e José Pio Papa Junior.

2ª companhia — Capitão, Agostinho José Marcellino;

Alferes, Antonio Augusto da Silva e Francisco Cyrillo de Almeida.

3ª companhia — Capitão, Domiciano José Francisco;

Tenente, Ildefonso Alves dos Reis;

Alferes, José Theodoro de Andrade e Pedro José Pereira.

4ª companhia—Capitão, Aristou Victorio Nardy;

Tenente, Narciso Ferreira Leite;

Alferes, Idalino Marcellino de Carvalho e João da Rosa Lucindo.

573ª batalhão de infantaria

Estado-maior — Major-fiscal, Ignácio Pereira de Carvalho;

Capitão-ajudante, Pedro Teixeira de Carvalho;

Tenente-secretario, Francisco Alves da Silva;

Tenente-quartel-mestre, Tyndaro Alves;

Capitão-cirurgião, José Marcellino da Silva.

1ª companhia—Capitão, Antonio Luiz da Guia Rosa;

Tenente, Simeão Pereira de Carvalho;

Alferes, Manoel Antonio de Mattos e Honorino Marcelliano de Carvalho.

2ª companhia — Capitão, Francisco Ferreira de Almeida;

Tenente, Antonio Julio Filho;

Alferes, Laudiano Alves de Carvalho o Joaquim Ribeiro de Sá Sobrinho.

3ª companhia — Tenente, José Augusto Vianna;

Alferes, José Cenra Carneiro o Joaquim José da Silva.

4ª companhia—Capitão, Manoel Spinelli;

Tenente, Virgilio Bernardino da Rosa.

Alferes, Nominato Ferreira Penna e Theophilo Ribeiro de Sá.

191ª batalhão de reserva

Estado-maior—Major fiscal, João Baptista Marques Junior;

Tenente-secretario, Joaquim Ribeiro da Fonseca;

Tenente quartel-mestre, Manoel Jacintho da Fonseca.

1ª companhia — Tenente, José Martins de Aquino;

Alferes, Affonso José da Silva e João Mauro.

2ª companhia — Tenente, Antonio da Silva Luz;

Alferes, João Francisco de Andrade e Joaquim Ferreira Nunes.

3ª companhia—Alferes, Evaristo Joaquim Santiago e Azarias Augusto.

4ª companhia—Capitão, Origenis Penha de Andrade;

Tenente, João Paulo da Guia Rosa;

Alferes, Evaristo de Souza Landim e Altivo Gomes da Silva.

192ª brigada de infantaria

Estado-maior — Capitães assistentes, Joaquim Lucindo da Silva e Jeremias José Pires;

Capitães ajudantes de ordens, Aleixo Antonio de Seixas e Narciso Martins de Almeida; Major cirurgião, Zótico Marcellino de Carvalho.

574º batalhão de infantaria

Estado-maior — Major-fiscal, Martiniano Gonçalves Cardoso;

Tenente-secretario, Honorio Teixeira;

Tenente quartel-mestre, João da Cruz de Andrade.

1ª companhia — Tenente, Ricardo Ribeiro de Carvalho;

Alferes, Antonio Fernandes da Silva e Francisco de Paula Leite.

2ª companhia — Capitão, Theophilo Ferreira Leite;

Tenente, Francisco Theodoro Wierman; Alferes, João Baptista do Nascimento.

3ª companhia — Tenente, José de Miranda Junior;

Alferes, José Jacintho da Fonseca e Victor Antonio Teixeira.

4ª companhia — Tenente, Carlindo Pereira de Carvalho;

Alferes, José Xavier do Carmo e Januario José de Oliveira.

575º batalhão de infantaria

Estado-maior — Tenente-secretario, José Marcellino Ozorio;

Tenente quartel-mestre, Antenor Fagundes do Nascimento;

Capitão-cirurgião, Antenor Ortiano de Campos.

1ª companhia — Capitão, Manoel Garcia da Silva Landim;

Tenente, Euzebio Baptista de Andrade Marques;

Alferes, Antonio Joaquim de Andrade e Guilherme José Peixoto.

2ª companhia — Capitão, José Pereira de Andrade;

Tenente, Manoel Victorio Nardy Sobrinho; Alferes, Cassiano Manoel da Silva e José Francisco de Paula.

3ª companhia — Capitão, Domiciano José de Almeida;

Tenente, Paulo Ferreira Leite;

Alferes, Aureo Augusto do Rosario e Martiniano Severo de Barros.

4ª companhia — Tenente, Emilio Cardoso Filho;

Alferes, José Gonçalves Cardoso e José Victor da Costa.

576º batalhão de infantaria

Estado maior — Major fiscal, Gabriel Penha de Andrade;

Capitão ajudante, Theodoro Alves dos Santos;

Tenente quartel-mestre, José Bernardino de Andrade;

Capitão-cirurgião, Francisco Martins Gonçalves Sobrinho.

1ª companhia — Tenente, Clemerico Baptista Marques;

Alferes, Alvaro Elias de Souza e Pedro Augusto Martins de Castro.

2ª companhia — Capitão, Ricardo Leite Ribeiro;

Tenente, Sabino Augusto do Nascimento; Alferes, Lino Bezerra de Almeida e Sebastião José de Andrade.

3ª companhia — Tenente, Francisco de Assis Marques;

Alferes, Manoel Martins de Almeida e Olympio Bernardino Camões.

4ª companhia — Capitão, José Narciso Ferreira Leite;

Tenente, Arlindo Ferreira de Almeida; Alferes, Pedro Alcantara de Oliveira e Olympio Antonio Pereira.

192º batalhão de reserva

Estado-maior — Tenente quartel-mestre, Francisco Gonçalves de Arantes;

Capitão-cirurgião, João Ribeiro dos Reis Junqueira.

1ª companhia — Capitão, Antonio José Rodrigues de Almeida;

Tenente, Henrique Alves de Sá;

Alferes, José Severino Pinto.

2ª companhia — Capitão, Antonio José de Andrade;

Alferes, Joaquim Manoel de Andrade Sobrinho e Antonio Romão de Oliveira.

3ª companhia — Capitão, Francisco Theodoro da Silva;

Tenente, João Lucio do Patrocínio;

Alferes, José Augusto de Souza e José Camillo dos Santos.

4ª companhia — Capitão, Emilio Pereira de Andrade;

Tenente, Arvis Rodrigues da Silva;

Alferes, Raymundo Antonio de Moraes.

171º regimento de cavallaria

Estado-maior — Tenente-coronel comandante, Antonio dos Reis Villela;

Tenente-secretario, Joaquim de Almeida e Silva.

Tenente-quartel-mestre, Augusto Pereira de Andrade;

Capitão-cirurgião, Camillo Ferreira Leite; Alferes veterinario, Alfredo de Figueiredo Neves.

1º esquadrão — Capitão, Messias Nery de Andrade;

Tenentes, Marceionillo José de Carvalho e Luiz da Silva Vasconcellos.

Alferes, Manoel Joaquim de Andrade e Silva e Joaquim Theodoro de Almeida Filho.

2º esquadrão — Capitão, Manoel Ribeiro da Fonseca;

Tenente, Antonio da Rosa Lucindo;

Alferes, Herculanio Theodoro dos Santos e José Basilio de Oliveira.

3º esquadrão — Capitão, Christiano Belford de Carvalho;

Tenente, João Gualberto de Moura;

Alferes, Avelino Augusto do Nascimento e Pedro Luiz de Almeida.

4º esquadrão — Tenentes, Altino Ferreira Penna e Francisco Romualdo de Almeida;

Alferes, João Gonçalves Ribeiro e Jovino Pereira da Silva.

172º regimento de cavallaria

Estado-maior — Major-fiscal, Ernesto da Silva Braga Filho;

Tenente-secretario, Benevenuto Martins de Sá;

Tenente quartel mestre, Antonio Luiz da Silva Gomes;

Capitão-cirurgião, Gabriel Maximo Teixeira;

Alferes-veterinario, Silvio Rodrigues Teixeira.

1º esquadrão — Capitão, Antonio Teixeira de Carvalho;

Tenentes, Joaquim Manoel da Silva Landim e Dorval Martins Gonçalves;

Alferes, Eugenio Alves de Sá e Sebastião Theodoro de Almeida.

2º esquadrão — Capitão, Francisco Joaquim de Oliveira;

Tenente, Gabriel Augusto de Oliveira;

Alferes, Julio Baptista de Almeida e José Apolinario da Silva Andrade.

3º esquadrão — Capitão, José Suzano Pereira de Carvalho;

Tenentes, Luiz de Castro Moreira e José Evaristo Chaves;

Alferes, Anselmo Francisco de Andrade e Antonio José da Silva Landim.

4º esquadrão — Capitão, Francisco Antonio da Silva;

Tenentes, Hermogenes de Queiroz e Domingos da Paula Campos;

Alferes, Joaquim Francisco Rodrigues e José Vieira Alves.

Por decretos da mesma data :

Foi transferido o 2º tenente Eloy da Cunha Cordeiro Dias, da 4ª bateria do 1º regimento de artilharia de campanha para igual bateria do 1º batalhão de artilharia de posição, ambos da Guarda Nacional desta Capital;

Foi mandado aggregar ao 8º batalhão de infantaria da Guarda Nacional do Districto Federal o capitão da 4ª companhia de 7º batalhão da mesma arma, Henrique Luiz Lango Filho, como pedio;

Foi declarado sem effeito o decreto de 18 dezembro do anno findo na parte em que nomeou o tenente da 4ª companhia do 23 de infantaria da Guarda Nacional da comarca da Parahyba do Sul, Pedro Pereira Nunes, para o posto de tenente-coronel comandante do 9º batalhão de artilharia de posição da mesma milicia na referida comarca, conforme requereu.

Ministerio da Fazenda

Por decreto de 31 de março proximo findo, foi reformado, nos termos do art. 72, n. 2, da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, Luiz José de Abreu no lugar de carpinteiro das embarcações da Alfandega do Maranhão.

Ministerio da Marinha

Por decretos de 31 de março findo:

Foi exonerado o capitão-tenente Aristides Galvão Bueno do cargo de ajudante de ordens do Presidente da Republica;

Foi nomeado o primeiro tenente João Soares de Pinna para exercer cargo de ajudante de ordens do Presidente da Republica;

Foi concedida, de accordo com a lei n. 117 de 4 de novembro de 1892, aposentadoria a Henrique José dos Santos, guarda de policia do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, visto ter sido julgado invalido pela Junta medica que o inspecionou e contar mais de dez annos de serviço.

— Ficou resolvido :

Considerando que o decreto legislativo n. 2.134, de 3 de novembro do anno proximo passado, manda contar ao 2º tenente machinista reformado Antonio José de Andrade, para melhoria de sua reforma, o tempo que se verifica ter servido como operario do Arsenal de Marinha desta capital e como machinista na Alfandega do Rio de Janeiro;

Considerando que, das certidões exhibidas pelo referido official, se verifica que, como machinista da alfandega, conta dez annos, dois mezes e 19 dias de serviço e, como operario, 761 dias, ou dois annos, um mez e 11 dias, que, adicionados ao periodo de 24 annos, quatro mezes e 29 dias, apurados pelo decreto de 31 de julho de 1903, perfaz o total de 36 annos, oito mezes e 29 dias de serviço.

Que a reforma do 2º tenente machinista reformado, Antonio José de Andrade, seja considerada no posto e com o soldo de 1º tenente, com a percepção de mais doze quotas da gratificação adicional de official subalterno, ficando assim rectificado o referido decreto de 31 de julho de 1903.

Ministerio da Guerra

Por decretos de 10 do mez findo :

Foi promovido, na arma de infantaria, a major, o major graduado Carlos Oceano da Silva Santiago;

Foi graduado, de accordo com o disposto na lei n. 1.215, de 11 de agosto de 1904 e

com a resolução de 5 de outubro seguinte, na arma de infantaria, em major o capitão Ernesto Carlos Cesar.

— Por outros de 31 do dito mez :

Foram nomeados :

Inspector permanente da 11ª região, interinamente, o general de brigada Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, sendo exonerado do cargo de commandante da 2ª brigada estratégica ;

Segundo tenente intendente de 5ª classe, o sargento ajudante Lamartine Collaco Veras, contando antiguidade de 27 de maio ultimo ;

Addidos militares junto ás legações do Brazil no Imperio da Allemanha o tenente-coronel Francisco Emilio Julien e a Republica Franceza o major Alfredo Oscar Fleury de Barros.

Mandou-se incluir no quadro complementar da arma de cavallaria o tenente-coronel José Joaquim Firmino.

Declarou-se em disponibilidade o professor vitalicio da extincta Escola Militar do Estado do Ceará, tenente-coronel Marcos Franco Rabello.

Concedeu-se refôrma, de accôrdo com o disposto no § 3º do plano que baixou com o decreto de 11 de dezembro de 1815, com a metade do soldo, ao 1º sargento do 3º batalhão de artilharia Manoel Luiz de Mello e ao cabo de esquadra Ira artilheiro do 18º grupo da dita arma Francisco Cabral Dias, visto contarem mais de 20 annos de serviço e se acharem incapazes de nelle continuar.

Foram transferidos :

O general de brigada Alfredo Barbosa, do commando da 3ª brigada de cavallaria para o da 2ª brigada estratégica ;

Da arma de infantaria para a de cavallaria de accôrdo com o disposto no art. 6º da lei n. 1.143 de 11 de setembro de 1831, os 2ºs tenentes Fernando Lopes da Costa e Cedar Marques da Silva ;

Na arma de infantaria, da companhia de metralhadoras da 4ª brigada estratégica para a 2ª companhia do 53º batalhão de caçadores o capitão Henrique Roberto Burle e da 1ª companhia do 44º batalhão do 15º regimento para aquella companhia de metralhadoras o capitão Adilino Soares de Oliveira ;

Na arma de cavallaria, os majores Marcos Antonio Telles Ferreira do 16º regimento para o 12º e Alfredo Oscar Fleury de Barros deste regimento para aquelle Agnelo Pinto de Sá Ribas, do lugar de fiscal do 17º regimento para o de fiscal do 6º, e Francisco Lourenço de Souza Rego deste para aquelle ;

Para a 2ª classe do exercito, ficando aggregado á arma a que pertence, de accôrdo com o motivo 2º do § 1º do artigo 2º do decreto n. 200 do 1º de dezembro de 1841, o 2º tenente do 6º regimento de cavallaria Heitor da Silva Lima, visto estar com molestia continuada por mais de um anno que o impossibilita de prestar serviço activo ;

Foram classificados :

No 3º regimento de cavallaria o coronel José Maria Ferreira ;

No 27º batalhão do 9º regimento de infantaria o major Diogo de Figueiredo Moreira.

beito Rodrigues de Oliveira e outros candidatos que o requererem.

Declarou-se :

Ao Ministerio da Guerra, que a Academia Livre de Odontologia do Rio Grande do Sul não foi equiparada ;

Ao delegado fiscal do governo junto ao Externato Gymnasio Mineiro, em Bello Horizonte, que não deve aceitar guias de transferencia de collegios ainda não equiparados.

Foram mandados admittir como alumnos gratuitos, satisfeitas as exigencias regulamentares :

Na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, Leonardo Ferreira da Silva ;

Na Faculdade de Direito do Recife, Oscar Ramos ;

Na Escola de Pharmacia, Odontologia e Obstetricia de S. Paulo, Moacyr de Campos Oliveira.

Remetteu-se, para os fins do art. 50 do decreto n. 3.534, de 22 de janeiro de 1900, ao collecter das Rendas Federaes em Campos, Estado do Rio de Janeiro, o requerimento de Humberto de Vasconcellos Brasil e outros.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior. 1ª secção. — Rio de Janeiro, 22 de março de 1910.

Sr. ministro da Fazenda :

Em resposta ao aviso n. 6, de 13 de janeiro do corrente anno, tenho a honra de declarar-vos que, em vista da revogação dos arts. 35 e 36 do Coligo de Ensino em vigor, pelo art. 4º da lei n. 1.145, de 31 de dezembro de 1903, acha-se igualmente revogado o dispositivo do § 1º do art. 31 do mesmo código, por isso que o dispositivo desse parágrafo estava subordinado á condição estatuida no predito art. 36 da lei n. 1.145, e, assim, a gratificação que obteve o Dr. Francisco Xavier Oliveira de Menezes, professor do Instituto Benjamin Constant, de 40 % sobre seus vencimentos, deixou de subordinar-se á exigencia do referido § 1º, obedecendo á regra geral para a concessão das outras gratificações. — Saude e fraternidade. — *Esmeraldino O. T. Bandeira.*

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria do Interior — 1ª secção — Rio de Janeiro, 22 de março de 1910.

Communico-vos que, não aceitando os Drs. Miguel Pereira e Raul Leitão da Cunha as nomeações para examinadores no concurso ao provimento do lugar de alienista adjunto das Colonias de Alienados, designei, para substituil-os, os Drs. Henrique Ladislão de Souza Lopes e Antonio Austregesilo Rodrigues Lima.

Acceptando o pedido de dispensa do alienista mais antigo, Dr. Francisco Claudio de Sá Ferreira, designo, para prozir a commissão examinadora, o Dr. Simplicio de Lemos Braule Pinto, que, como examinador, deverá ser substituido pelo Dr. Carlos Mattoso Sampaio Corrêa.

Autorizo-vos, outrossim, a marcar dia para o inicio dos trabalhos do referido concurso, fazendo, com a devida antecedencia, as necessarias communicações.

Saude e fraternidade. — *Esmeraldino O. T. Bandeira.* — Sr. director do Hospicio Nacional de Alienados.

Requerimentos despachados

Antonio Valero Monteiro, pedindo naturalização. — Declare o nome do filho e prove que não está processado, pronunciado, nem ter sido condemnado pelos crimes especificados no art. 9º do decreto n. 6.948, de 14 de maio de 1908, apresentando folhas corridas, passadas pelas justicas local e federal.

Augusto Lopes de Carvalho Junior, pedindo para prestar exame de physica e chi-

mica e historia natural, em 2ª época. — Sollo o documento.

Alfredo Passos de Souza Lima, pedindo matricula gratuita no Gymnasio de Ouro Preto, para seu filho Euclides. — Não ha vaga.

Antonio Lopes Filho, pedindo averbar, para odontologia, os preparatorios feitos para telegraphos no Piauíhy. — Indeferido.

Dionysio Tolomei, pedindo se permitta a seu filho João prestar exame de admissão ao 5º anno, dispensando-o das materias finais, que já tem. — Junte o certificado.

Francisco Miranda, pedindo matricula gratuita no Collegio Diocesano de S. José, para seu filho Anysio. — Aguarde opportunidade.

Heitor Rodrigues de Almeida e Souza, pedindo matricula no curso juridico, mediante certificados do preparatorios do 5º anno gymnasial. — Indeferido.

Luso Alves Garrido, pedindo matricula gratuita na Escola Polytechnica de Porto Alegre. — Junte certificados e satisfaça a exigencia do art. 125 do Código do Ensino.

Maria Fausta dos Santos, pedindo reconsideração do despacho ao requerimento em que pedia para prestar exames em 2ª época. — Mantido o despacho.

Ramon Benito Alonso, pedindo matricula gratuita no Collegio Salesiano Santa Rosa. — Indeferido.

Sylvio Vieira Martins, pedindo chamada extraordinaria, no Collegio Caraca, ao exame geral exigido para a matricula no curso de pharmacia. — Dirija-se ao delegado fiscal.

Dia 23

Accusou-se recebido o officio do director do Lyceu de Artes e Officios, de 30 de novembro do anno findo, e agradeceu-se o offerecimento, que fez, da estatistica annual dos professores e dos alumnos dessa escola.

— Autorizou-se o director do Hospicio Nacional de Alienados, em referencia ao officio n. 200, de 14 do corrente mez, a despender a quantia de 3:200\$, afim de concluir a installação da lavanderia a vapor e modificar as estufas e apparatus de engommar desse estabelecimento ; levada a dita quantia á consignação que, na respectiva verba do corrente exercicio, se destina, entre outras, a despesas de tal natureza.

— Declarou-se :

Ao director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, haver se resolvido commisionar o Dr. Antonio Augusto de Azevedo Sodré para estudar a organização das escolas e universidades europeas, durante oito mezes ;

Ao director da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, haver se resolvido prorogar até 11 de abril proximo vindouro o inicio dos exames da 2ª época, com as restricções constantes do officio de 22 de março corrente.

— Foram mandados admittir como alumnos gratuitos, satisfeitas as exigencias regulamentares :

Na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, Gustavo Adolpho Ramcs ;

No Gymnasio Nogueira da Gama, em São Paulo, como externo, Octavio de Oliveira.

— Remetteu-se ao presidente do Estado de S. Paulo a portaria que nomeia o Dr. Alvaro Silva para o cargo de delegado fiscal do Governo junto ao Gymnasio de Amparo.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores. — Directoria do Interior. 2ª secção — Rio de Janeiro, 23 de março de 1910.

Attendendo ao que requereu o Dr. Manoel Lobato Carneiro da Cunha, director do estabelecimento sob vossa fiscalização, declare-vos haver resolvido tornar extensivo ao Gymnasio do Amparo, estabelecido na referida cidade do Estado de S. Paulo, como

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Expediente do dia 22 de março de 1910

DIRECTORIA DO INTERIOR

Autorizou-se o delegado fiscal do governo junto ao Gymnasio Pernambucano a mandar submeter a exame de madureza Al-

filial do Gymnasio Pio Americano, os privilegios e garantias de que goza esse instituto.

No alludido gymnasio, que ficará sob a fiscalização do Dr. Alvaro Silva, nomeado delegado fiscal do Governo, por portaria de 19 do corrente mez, deverão ser organizados os necessarios laboratorios e gabinetes de conformidade com a relação que, opportunamente, será apresentada pelo Governo, observadas, porém, a respeito do mesmo, as disposições em vigor.—Saude e fraternidade.—*Esmeraldino O. T. Bandeira*.—Sr. delegado fiscal do Governo junto ao Gymnasio Pio Americano.

Requerimentos despachados

Eduardo do Campos, pedindo validade de exames, para o curso odontologico, feitos nos collegios Caraca e Mariana.—Indeferido.

João Augusto Cavallère, pedindo matricula de seu filho Americo no 4º anno do Gymnasio Pio Americano, dependente de uma materia do 3º.—Indeferido.

Milla Poetzschher Kulle, pedindo exame do 2º anno do curso de obstetricia na Escola de Pharmacia, Otolotologia e Obstetricia de S. Paulo.—Indeferido.

Paulo Affonso de Araujo Costa, pedindo matricula gratuita no 4º anno da Faculdade Livre de Sciencias Juridicas e Sociaes do Rio de Janeiro.—Não ha vaga.

Salomão Luiz Laffer, pedindo naturalização.—Junta folhas corridas, passadas pelas justicas local e federal.

Eduardo Miguel da Costa, pedindo pagamento de vencimentos.—Indeferido, por se não tratar de logares vitalicios.

Anna Amelia.—Faça assignar o requerimento.

Dia 24

Autorizou-se o director do Hospicio Nacional de Alienados, em referencia ao officio n. 199, de 14 do corrente mez, a despendar a quantia de 9:715\$650, afim de importar do exterior, para esse estabelecimento, material cirurgico, medicamentos e drogas; levada a dita quantia ás consignações que, na respectiva verba do corrente exercicio, se destinam a taes despesas.

Foi nomeado o Dr. Tito Livio Brazil para exercer, interinamente, o cargo de delegado fiscal do Governo junto ao Gymnasio Anglo Brasileiro, em S. Paulo, durante o impedimento do effectivo, Dr. Eugenio Egas.

Solicitaram-se providencias ao Ministerio da Fazenda afim de que o Thesouro Nacional seja autorizado a receber o deposito que, na conformidade do paragrapho unico do art. 366 doCodigo de Eusino vigente, é obrigado a fazer o Collegio Luizo-Brazilero, para occorrer ao pagamento da gratificação que compete ao bacharel José de Castro Nunes, delegado fiscal do Governo junto ao mesmo collegio.

Dia 25

Foi naturalizado brasileiro Manoel Teixeira de Souza Junior, natural de Portugal, residente nesta cidade.

Por portaria de 25 do corrente mez, declarou-se que a professora de piano do Instituto Benjamin Constant, Kytta do Bellido, passou a chamar-se Kytta do Bellido Gusmão.

Foram concedidas as seguintes licenças: De tres mezes, a Luiza Guido, professora de harpa do Instituto Nacional de Musica, com o vencimento que lhe compete, na forma da lei, para tratar de negocios de seu interesse;

De seis mezes, para tratamento de saude com os vencimentos na forma da lei, ao bacharel Gastão Mathias Ruch Sturzenes-

chor, lente do Externato Nacional Pedro II, sendo nomeado para substituí-lo, interinamente, Adrien Delpach.

Requerimentos despachados

Antonio de Serpa, pedindo naturalização.—Prove que não está processado, pronunciado, nem ter sido condemnado pelos crimes especificados no art. 9º do decreto n. 6 948, de 14 de maio de 1908, juntando folhas corridas, passadas pelas justicas local e federal.

Eugène Etienne Baille, idem.—Idem.

José Ignacio Rodrigues Liberato, idem.—Idem.

Felippe Coperman, idem.—Satisfaça a exigencia do despacho de 18 de outubro do anno passado.

Carlos Garcia de Menezes e Oscar Veloso de Mendonça, pedindo permissão para se inscreverem afim de prestarem exames na Faculdade Livre de Sciencias Juridicas e Sociaes, na presente época.—Indeferido, por já terem começado os exames.

Columbano Duarte, pedindo matricula no curso de pharmacia, mediante exames que prestará no 5º anno do curso gymnasial.—Indeferido.

Francisco de Paula Lins de Carvalho e Ismael Ferraz, do curso gymnasial, pedindo permissão para frequentarem um anno na dependencia de uma materia que lhes falta do anno antecedente.—Indeferidos.

Dia 26

Foi naturalizado brasileiro Hen: Romain François Pelletier, natural da França, residente nesta cidade.

Conce leram-se a Antonio Fernandes da Silva, repetidor do curso de sciencias e letras do Instituto Benjamin Constant, tres mezes de licença, com o vencimento que lhe compete, na forma da lei, para tratar de sua saude.

Foram mandados admittir como alumnos gratuitos, satisfeitas as exigencias regulamentares:

No 1º anno do curso odontologico da Faculdade de Medicina da Bahia, Ameri E. Varela;

No 2º anno do curso odontologico da Faculdade de Medicina de Rio de Janeiro, Oscar Barbosa Rodrigues;

No Gymnasio Carneiro Ribeiro, no Estado da Bahia, como externo, quando houver vaga, Tarcio Pereira da Cunha;

No Collegio Sul Americano, como interna, a menor Adozinda Iracema de Vasconcellos.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores—Directoria do Interior—2ª secção—Rio de Janeiro, 26 de março de 1910.

Attendendo ao que requereu José Eduardo de Macedo Soares, director do estabelecimento sob a vossa fiscalização, declaro-vos haver resolvido tornar extensivos ao Internato Macedo Soares, estabelecido na capital desse Estado, como filial ao Gymnasio Macedo Soares, os privilegios e garantias de que goza esse instituto.

No alludido internato, que ficará sob a fiscalização do bacharel Antonio Gomes Pinheiro Machado Junior, nomeado delegado fiscal do Governo, por portaria desta data, deverão ser completados os respectivos laboratorios e gabinetes, de conformidade com os pareceres juntos, em cópia, e observadas, a respeito do ensino, as disposições em vigor.

Saude e fraternidade.—*Esmeraldino O. T. Bandeira*.—Sr. delegado fiscal do Governo junto ao Gymnasio Macedo Soares, em São Paulo

Dia 28

Autorizou-se o delegado fiscal do Governo junto ao Collegio Abilio, em Nitheroy, a mandar admittir Antonio Eugenio Latgé, juntamente com os candidatos que o requererem, a exame de madureza.

Declarou-se ao director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro haver se resolvido que Eugenio de Alcantara e Almeida Magalhães preste, na presente época, exame do 6º anno, dispensando-o das cadeiras de medicina legal e toxicologia, nas quaes já foi approvedo na Escola de Pharmacia de Ouro Preto.

Requerimento despachado

Teresa Grisolia, pedindo naturalização.—Cumpra a exigencia a que se refere o despacho de 21 de janeiro ultimo.

Dia 29

Autorizou-se a internação no Hospicio Nacional de Alienados, satisfeitas as disposições regulamentares, do soldado do 1º regimento de infantaria da Força Policial do Distrito Federal a que se refere o officio do commandante da referida Força, de 4 do corrente mez.—Deu-se conhecimento ao dito commandante.

Declarou-se ao director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro haver se resolvido que José Franco de Castro Carvalho, Miguel Francisco de Azeredo e Sergio Saboia de Mello prestam, na presente época, exame de pharmacologia (1ª e 2ª partes), afim de concluirem o curso de pharmacia.

Foi mandado admittir como alumno gratuito, satisfeitas as exigencias regulamentares, no 3º anno da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, José Carneiro.

Remetteram-se:

ao Ministerio da Guerra, em referencia ao aviso n. 63, de 20 de dezembro do anno findo, e afim de que possam ter o conveniente destino, o decreto de 10 do corrente mez e a medalha de distincção de 2ª classe, que o acompanhava e foi concedida ao 2º tenente do Exercito, Joaquim Vieira Ferreira Sobrinho, pelos serviços que o mesmo prestou, em o dia 18 de julho de 1906, por occasião do incendio que se manifestou no predio n. 43 da praça Tiradentes, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná;

ao presidente do Estado de S. Paulo, as portarias que nomeiam o bacharel Antonio Gomes Pinheiro Machado Junior para o logar de delegado fiscal do Governo junto ao Internato do Gymnasio Macedo Soares, filial do mesmo gymnasio, e o Dr. Tito Livi Brazil para identico logar junto ao Gymnasio Anglo Brasileiro, no impedimento do Dr. Eugenio Egas, solicitando-se que se lhes dê posse.

Requerimentos despachados

Antonio José da Silva Junior, pedindo matricula na Escola Nacional de Bellas Artes.—Deferido, na conformidade do aviso dirigido ao director da Escola Nacional de Bellas Artes.

Salvador Rosa Tavares de Souza, idem.—Idem.

Elizariario da Cunha Bahiana, idem.—Idem. Lourenço Follegatti, pedindo naturalização.—Junta folhas corridas, passadas pelas justicas local e federal.

Dr. Manoel Moreira, pedindo para mudar de nome.—Não ha que deferir.

Expediente de 31 de março de 1910

DIRECTORIA DE CONTABILIDADE

Solicitaram-se ao Ministerio da Fazenda os seguintes pagamentos no Thesouro Nacional:

De 1:000\$, ajuda de custo, relativa á 2ª sessão da 7ª legislatura a cada um dos so-

guintes membros do Congresso Nacional: Arthur Indio do Brasil e Silva, José Felix Alves Pacheco, Domingos Sergio de S.Boia e Silva, Frederico Augusto Borges, Antonio Pinheiro Lobo de Menezes Jurumenna, J. Carlos Teixeira Brandão, Paulino José Soares de Souza, Adolpho Affonso da Silva Gorjo, J. Galeão Carvalho, Eloy Castriciano de Souza e Generoso Paes Leme de Souza Ponce; De 100\$, duas plantas fornecidas pela Prefeitura, para o Escripatorio de Obras deste ministerio;

De 2:313:481, fornecimentos feitos ao Filial do Instituto Oswaldo Cruz, com sede em Bello Horizonte, em fevereiro ultimo;

De 1:740:323, gratificações vencidas em março findo pelo pessoal incumbido extraordinariamente da organização e remessa, para o Archivo Publico Nacional, dos papeis existentes no Archivo desta Secretaria;

De 16:000\$, subvenção concedida pelo Congresso Nacional á Escola Profissional e Asylo para Cegos Adultos Desamparados.

Expediente de 1 de abril de 1910

DIRECTORIA DA JUSTIÇA

Concedeu-se *exequatur*, afim de que possa ser cumprida, a carta rogatoria expedida pelo juiz de direito da 3ª vara da comarca de Lisboa ás justiças desta Capital, para nomeação de louvados e avaliação de bens pertencentes ao inventário a que se procede por obito de D. Carolina Clara de Souza Rodrigues.

Requerimentos despachados

José Murellino Pereira de Moraes, pedindo pagamento da quantia de 1:300\$, relativa a um contracto feito com a brigada policial, de um terreno no morro de Santo Antonio destinado á construcção de enfermarias para a mesma brigada.—Indeferido, já por não ter sido autorizada por este ministerio a despesa cuo pagamento se reclama e já por estar prescripto o direito, caso elle existisse, a esse pagamento.

Capitão aggregado da Força Policial Germano Corrêa Lima, pedindo quantitativo para aluguel de casa.—Indeferido á vista da informação, que é procedente.

Acyllino da Costa Jacques, Mario Lago e João Augusto Lunet, pedindo sejam declaradas sem effeito diversas nomeações de officiaes da Guarda Nacional.—Provem o que allegam, pois os unicos documentos que juntaram e que, aliás, se referem a uma só das suas allegações, não tem valor algum juridico.

Expediente de 1 de abril de 1910

DIRECTORIA GERAL DE SAUDE PUBLICA

Solicitaram-se providencias ao director da Estrada de Ferro Central do Brazil no sentido de ser substituida por outra, válida nos trens do ramal de Santa Cruz, para uso do mesmo funcionario, a caderneta de passas de 1ª classe n. 6.124, que se acha exgotada.

—Remetteram-se ao director geral da contabilidade deste ministerio:

As folhas relacionadas, na importancia de 11:545\$, para pagamento de diversos funcionarios desta repartição, relativas ao mez de março ultimo;

A folha, na importancia de 2:323:998, de pagamento do pessoal sem nomeação do Hospital Paula Candido, relativa ao mesmo mez;

As folhas, na importancia total de 3:782\$, de pagamento de diversos empregados desta directoria, relativas ao mesmo mez.

Requerimentos despachados

Dia 1 de abril de 1910

Domingos José Gomes Branlão Junior (4º districto).—Deferido, continuando fechado o predio.

José da Costa Chaves (6º districto).—Fica approvada a planta, no termo da informação do engenheiro sanitario.

Leocadia Barros Teixeira da Nobrega (3º districto).—Deferido.

Dr. Oscar Chaves Faria (6º districto).—A questão já está affecta ao juiz dos Feitos da Sande Publica.

Maria Joaquina Mendes Moreira (8º districto).—Não pôde ser attendida.

Joaquim Pires de Oliveira (5º districto).—Será relevada a multa, si terminar a demolição dentro de 30 dias.

Candida Coelho de Alencastro (8º districto).—São concedidos 60 dias.

Maria Candida Antunes Ribeiro (9º districto).—Queira comparecer na secção de enzenharia.

Empresa de Navegação Rio de Janeiro.—Deferido.

Dr. Armando Alves da Rocha.—Certifique-se.

João Lisboa Meira de Vasconcellos.—Deferido.

POLICIA DO DISTRICTO FEDERAL

Por actos de 2 do corrente:

Foi nomeado commissario interino do 25º districto policial o capitão Ernesto Machado da Costa, em lugar vago.

Foram concedidos 30 dias de licença ao professor da Escola Correccional Quinze de Novembro, Miguel Gerson Tavares, para tratar de sua saude, com os vencimentos que lhe competirem.

Ministerio da Fazenda

Por portaria de 31 de março proximo findo, foram concedidos tres mezes de licença, com o vencimento a que tiver direito, na fórma da lei, ao guarda-mór da Alfandega de Santos, Estado de S. Paulo, José Lobo Vianna, para tratar de sua saude, onde convier.

—Por outra de 1 do corrente, foram concedidos 90 dias de licença, para o mesmo fim, ao operario da Imprensa Nacional, Oscar Tavares Gomes, sendo 60 dias com dous terços da respectiva diaria e 30 dias com a metade da mesma.

—Por outras de 2 do mesmo mez, foram concedidas as seguintes, para o mesmo fim, com o vencimento a que tiverem direito:

De 90 dias, em prorrogação, ao 2º escripturario da Delegacia Fiscal no Amazonas, João de Avila Garcez;

De 30 dias, ao 3º escripturario da Estatistica Commercial, Americo Torres.

Circular n. 19—Ministerio da Fazenda—Rio de Janeiro, 31 de março de 1910.

Declaro aos Srs. chefes das repartições subordinadas a este ministerio que a disposição do art. 29 da lei n. 2.210, de 28 de dezembro de 1907, refere-se exclusivamente ás bebidas preparadas pela fermentação de fructas ou plantas nacionaes, ás quaes se tenha adicionado alguma outra substancia para conservar, adoçar ou colorir, continuando, portanto, sujeitos ás taxas do art. 2º, § 2º do decreto n. 5.830, de 10 de fevereiro de 1906, os vinhos artificiaes e demais bebidas fermentadas que possam ser assemelhadas e vendidas como vinhos de uva, vinhos espumantes ou champagnes.—*Leopoldo de Bulhões.*

Directoria do Gabinete do Thesouro Nacional

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Aditamento ao do dia 31 de março de 1910.

Sr. ministro da Viação e Obras Publicas: N. 77—Devolvendo o incluso processo, transmittido com o vosso aviso n. 2.727, de 7 de dezembro do anno passado, relativo á divida de exercicios findos, na importancia de 28:500, de que é credora a *São Paulo Railway Company, Limited*, proveniente de passagens concedidas em 1907, rogo vos digneis providenciar para que sejam annexados ao alludido processo os polidos á vista dos quaes foram concedidas aquellas passagens.

Reitro-vos os meus protestos de elevada estima e consideração.

N. 78—Devolvendo o incluso processo, transmittido com o vosso aviso n. 2.726, de 7 de dezembro do anno proximo passado, relativo á divida de exercicios findos, na importancia de 8\$100, de que é credora a *São Paulo Railway Company, Limited*, proveniente de transportes concedidos em 1907, rogo vos digneis providenciar para que ao alludido processo sejam annexadas as requisições á vista das quaes foram feitos aquelles transportes.

Reitro-vos os meus protestos de elevada estima e consideração.

—Sr. presidente do Banco do Brazil:

N. 8—Communique-vos, para os devidos effeitos, que a Delegacia Fiscal no Estado do Rio Grande do Sul foi autorizada, por despacho deste ministerio, de 22 do corrente, a providenciar para que fossem accoimados a Alfandega de Sant'Anna do Livramento, os vales-ouro emittidos pela caixa filial do Banco Pelotense, a crear-se naquella cidade, cessando a facultade que fora concedida ao Sr. Angelo C. de Mello para fazer seu serviço, como representante do referido Banco, conforme solicitastes no vosso officio, sem numero e data.

Dia 2 de abril de 1910

—Sr. ministro da Guerra:

N. 49—Devolvendo o processo, transmittido com o vosso officio n. 177, de 19 de março ultimo e relativo á habilitação de D. Erica de Oliveira Luttegards, irmã do fiel de armazem da Intendencia Geral da Guerra, Francisco Xavier de Oliveira Luttegards, á percepção do respectivo montepio, rogo-vos providencieis para que sejam apresentadas as certidões de obito dos paes e da irmã da habilitanda, de nome Julia, documentos necessarios ao processo.

Reitro-vos os meus protestos de elevada estima e consideração.

N. 50—Verificando-se do telegramma, junto por cópia, do delegado fiscal do Maranhão, que, por ser reduzido o effectivo dos corpos da guarnição daquelle Estado, deixou o inspector da 3ª Região Militar de fornecer a guarda para a Alfandega, tendo apenas enviado quatro praças para a da Delegacia, rogo vos digneis providenciar a respeito.

Reitro-vos os meus protestos de elevada estima e consideração.

—Sr. ministro da Viação e Obras Publicas:

N. 79—Transmittindo-vos o incluso processo, encaminhado ao Thesouro com o officio da Delegacia Fiscal no Pará n. 21, de 3 de março proximo passado, e relativo á isenção de direitos solicitada por *The Amazon Steam Navigation Company, Limited* para o material que pretende importar durante o anno corrente e que consta das relações annexas ao mesmo processo, rogo-vos providencieis para que a Inspectoria Geral de Navegação certifique a respeito.

Reitro-vos os meus protestos de elevada estima e consideração.

N. 80—Communicco-vos, para os devidos fins, que o Tribunal de Contas, em sessão de 18 de março ultimo, conforme communicou o seu presidente no officio n. 163, de 21 do mesmo mez, resolveu julgar idonea e sufficiente a fiança, no valor de 1.200\$, prestada por Arthur D. Nunes de Souza, em 3 apolices da divida publica, de sua propriedade, uniformizadas, sendo duas do valor de 500\$, cada uma, e outra de 200\$, para garantir a responsabilidade de D. Maria José Parada e a de seus prepostos no lugar de agente do correio de Icarahy, no Estado do Rio de Janeiro.

Reitero-vos os meus protestos de elevada estima e consideração.

N. 81—Communicco-vos, para os fins convenientes, que o Tribunal de Contas, em sessão de 18 de março ultimo, conforme communicou o seu presidente no officio n. 169, de 21 do mesmo mez, resolveu julgar idonea e sufficiente a fiança, no valor de 600\$, prestada por José Mariano Pereira, em uma caderneta da Caixa Economica, de sua propriedade, com o deposito de igual importancia, para garantir a responsabilidade de Lauro Curvello d'Avila e a de seus prepostos, no lugar de agente do correio de Saquarema, Estado do Rio de Janeiro.

Reitero-vos os meus protestos de elevada estima e consideração.

—Sr. presidente do Tribunal de Contas:

N. 66—Transmittindo-vos a inclusa folha de pagamento de porcentagens aos funcionarios do Juizo Federal pela cobrança da divida activa no mez de janeiro proximo passado, rogo-vos providencias para que seja registrada como credito distribuido ao Thesouro, por conta da verba 30, do vigente orçamento do Ministerio da Fazenda, a importancia de 50:000\$, para occorrer ao pagamento de taes porcentagens, neste exercicio.

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR

Dia 2 de abril de 1910

Sr. inspector da Alfandega do Rio de Janeiro:

N. 423—Communicco-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. ministro, attendendo ao que solicitou a Prefeitura de Bello Horizonte, no officio transmittido com o da Delegacia Fiscal em Minas Geraes, n. 50, de 17 do mez proximo findo, resolveu, por acto de 28 do mesmo mez, autorizar o despacho livre de direitos, nos termos do art. 20, alinea XI n. 9, da vigente lei orçamentaria da receita, do material discriminado na inclusa relação, destinado ao serviço de luz electrica da referida cidade.

—Sr. inspector da Caixa de Amortização:

N. 45—Communicco-vos, para os devidos fins, que se acham depositadas no Thesouro Nacional tres apolices da divida publica, uniformizadas, de propriedade de Arthur D. Nunes de Souza, sob ns. 393, 2.988 e 8.168, sendo esta de 200\$ e as duas outras de 500\$, cada uma, para garantia da responsabilidade de D. Maria José Parada e da de seus prepostos, no lugar de agente do Correio de Icarahy, Estado do Rio de Janeiro.

—Sr. director da Casa da Moeda:

N. 15—Em referencia ao officio desta directoria, n. 12, de 21 do mez proximo findo, communicco-vos, para os fins convenientes, que, de accordo com o despacho do Sr. ministro, alludido no citado officio, a exigencia feita no final do mesmo é de caracter provisorio, pois cessará desde que, pelos empregados do Thesouro que assistirem á inutilização dos sellos, seja attestada a vantagem da medida proposta por essa directoria.

—Sr. director da Recebedoria do Rio de Janeiro:

N. 15—Communicco-vos, para os fins convenientes, que o Sr. ministro, tendo presente o vosso officio n. 28, de 22 de março proximo findo, em que recorreis *ex-officio* da decisão pela qual julgastes improcedente o auto lavrado em 20 de agosto do anno passado, pelo 3º officio interino da Secretaria da Justiça e Negocios Interiores, Oscar Napoleão Garcia de Souza, contra os negociantes desta praça O. R. Cunha & Comp., por infracção do regulamento do sello, resolveu, por despacho de 29 de março supra citado, negar provimento ao referido recurso.

N. 16—Communicco-vos, para os fins convenientes, que o Sr. ministro, tendo presente o officio n. 31, de 22 de março proximo findo, em que recorreis *ex-officio* da decisão pela qual julgastes improcedente o auto lavrado em 24 de setembro do anno passado, pelo 3º escripturario do Tribunal de Contas, Julio Moreira da Silva Lima, contra a firma commercial desta praça Costa & Pereira, por infracção do art. 67, n. 1. do regulamento do sello, resolveu, por despacho de 29 do dito mez de março, negar provimento ao alludido recurso.

—Sr. presidente do conselho fiscal da Caixa Economica e Monte de Socorro desta Capital:

N. 85—Communicco-vos, para os devidos fins, que se acha caucionada no Thesouro Nacional a caderneta dessa caixa n. 331 624, 3ª serie, com o deposito de 600\$, de propriedade de José Mariano Pereira, para garantir a responsabilidade de Lauro Curvello de Avila e de seus prepostos, no lugar de agente do Correio de Saquarema, Estado do Rio de Janeiro.

—Sr. delegado fiscal em Alagôas:

N. 13—Declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. ministro, tendo presente o requerimento encaminhado com o vosso officio n. 11, de 3 de março proximo findo, no qual o 1º escripturario da Alfandega de Maceió, Aurelio Flôres, pede abertura de concurso para os logares de guarda-mór e ajudante, resolveu, por despacho de 23 do referido mez, indeferir o pedido.

—Sr. delegado fiscal no Amazonas:

N. 55—Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. ministro, tendo presente a petição encaminhada com o vosso officio n. 33, de 10 de março ultimo, em que os funcionarios dessa delegacia solicitam licença para collocar no gabinete do respectivo chefe o retrato do ex-delegado fiscal Elpidio João da Boamorte, resolveu, por despacho de 29 do referido mez, conceder a licença pedida para a realização dessa homenagem.

—Sr. delegado fiscal no Maranhão:

N. 27—Declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. ministro, attendendo ao que, em telegrammas de 14 e 23 de março proximo passado, solicitaram o governador desse Estado e o provedor da Santa Casa de Misericordia dessa capital, resolveu, por despacho de 28 do referido mez, autorizar a entrega á alludida Santa Casa de Misericordia da quantia de 12:623\$845, quota do beneficio de loterias de 1909, devendo a despeza ser escripturala em «Movimento de fundos», como remessa feita ao Thesouro.

—Sr. delegado fiscal em Matto Grosso:

N. 11—De accordo com o despacho do Sr. ministro, de 26 do mez ultimo, incluso vos devolveo o processo transmittido com o officio dessa delegacia n. 38, de 23 de janeiro deste anno, referente á isenção de direitos requerida pela Estrada de Ferro Noroeste do Brazil, além de que seja apresentado novo certificado, que declare si o material está comprehendido em lei, decreto ou contracto que regule a concessão do favor, e que não se acha incluido em nenhuma das excepções do

art. 8º do decreto n. 947 A, de 4 de novembro de 1890.

—Sr. delegado fiscal em Minas Geraes:

N. 30—De accordo com o despacho do Sr. ministro, de 28 do mez proximo findo, proferido sobre vosso officio n. 51, de 17 do mesmo mez, transmittindo o pedido de isenção de direitos feito pela Prefeitura Municipal da capital desse Estado, chamo a vossa attenção, para que não sejam mais encaminhadas ao Thesouro processos referentes a despacho livre de direitos, sem que o certificado do profissional obedeça rigorosamente ás prescripções do art. 432, n. 2, da Condição das Leis das Alfandegas.

—Sr. delegado fiscal no Pará:

N. 33—Communicco-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. ministro, attendendo ao que requereu o 4º escripturario da Alfandega desse Estado, Alberto Caetano Munhoz, resolveu, por despacho de 26 de março proximo findo, prorogar por 60 dias o prazo dentro do qual o mesmo funcionario deveria reassumir o exercicio do respectivo cargo.

—Sr. delegado fiscal na Parahyba:

N. 18—Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. ministro, a quem foi presente o requerimento transmittido com o vosso officio n. 9, de 8 de fevereiro passado, e em que o bacharel João America de Carvalho, juiz de direito aposentado e delegado fiscal do Governo Federal junto ao Lyceu Parahybano, reclamou contra o acto dessa delegacia que, de accordo com a ordem da extincta Directoria do Expediente, n. 118, de 24 de dezembro do anno findo, o intimou a optar por uma das remunerações que recebia, resolveu, por despacho de 21 do mez proximo findo, indeferir o alludido requerimento.

—Sr. delegado fiscal no Paraná:

N. 35—Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. ministro, tendo presente o recurso a que se refere o vosso officio n. 20, de 14 de março proximo findo, interposto por Elysiu Pereira & Comp., da decisão da Alfandega de Paranaguá que lhes negou o abatimento de 5% para quebras sobre os vidros para vitrinas, que os recorrentes submetteram a despacho pela nota de importação n. 6.684, de dezembro do anno passado, resolveu, por despacho de 29 do dito mez de março, negar provimento ao alludido recurso, por isso que, sendo os direitos da mercadoria em questão pagos por medida e não por peso, não pode a mesma gosar daquelle abatimento, nos termos do art. 38, das Preliminares da Tarifa.

N. 37—Remetto-vos, para os devidos fins, os inclusos titulos de 29 de março ultimo, pelos quaes foram removidos os seguintes agentes fiscaes dos impostos do consumo, nesse Estado: para a 13ª circumscripção, o da 14ª Adelino José Camargo; para a 14ª, o da 13ª Mancel Leocadio de Carvalho; para a 9ª, o da 6ª Alfredo Duarte de Castro; para a 10ª, o da 3ª Joaquim Barnabé Linhares; para a 8ª, o da 10ª Joaquim Caetano do Amaral; para a 6ª, o da 8ª Augusto Corrêa de Lacerda; para a 5ª, o da 7ª Pedro Ferreira Miciel; para a 4ª, o da 5ª José Luciano de Oliveira; e para a 3ª, o da 4ª Olegario Vieira Belém.

—Sr. delegado fiscal no Estado de Pernambuco:

N. 58—Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. ministro, por despacho de 21 de março ultimo, resolveu negar provimento ao recurso transmittido com o vosso officio n. 352, de 23 de dezembro do anno passado, e interposto por Domingos de Sampaio Ferraz, agente do vapor francez *Amazona*, entrado nesse porto em 12 de agosto do mesmo anno, do acto da inspectoría da alfandega desse Estado que impoz ao commandante do referido vapor a multa de 50\$, por

não haver sido entregue, no acto da visita, o rol dos passageiros de 3ª classe, e da respectiva bagagem.

-Sr. collector federal em Paraty: N. 9 - Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. ministro, tendo presente o officio n. 9, de 23 de janeiro ultimo, em que recorreis da decisão pelo qual julgastes improcedente o auto lavrado em 3 de setembro do anno passado, pela agente fiscal Julio Augusto Fernandes contra Oliveira Chaves & Comp., por infração do regulamento dos impostos de consumo, resolveu, por despacho de 21 do mez proximo findo, negar provimento ao vosso recurso ex-officio, para manter a decisão recorrida, por seus fundamentos.

-Sr. delegado fiscal no Rio Grande do Sul:

N. 78 - Declaro-vos, para os devidos effectos, que o Sr. ministro, attendendo ao que requereram Horacio Carvalho & Comp., na petição transmittida com o vosso officio n. 53, de 2 do mez proximo findo, resolveu, por acto do mesmo mez, autorizar o despacho livre do direitos, nos termos do art. 2º, alinea XI, n. 6, da vigente lei orçamentaria da receita, do material discriminado na inclusa relação, destinado a confecção de lutas para o acondicionamento de banha da fabrica de propriedade dos requerentes, na capital desse Estado.

N. 79 - Declaro-vos, para os devidos effectos, que o Sr. ministro, tomando conhecimento do recurso, transmittido com o vosso officio n. 1, de 5 de janeiro ultimo, e interposto pelos negociantes Robt. Hoffman & Comp. da decisão da inspectoria da alfandega dessa capital, que impoz as recorrentes a multa de direitos em dobro, por não ter sido observada na factura consular, referente ás mercadorias vindas de Liverpool pelo vapor Calveron e que os mesmo receberam, por baldeação, pelo vapor Hanema, entrado nesse porto em 5 de setembro do anno passado, a nomenclatura annexa ao regulamento approved pelo decreto n. 1.103, de 21 de novembro de 1903, resolveu, por despacho de 21 de março ultimo, dar provimento ao alludido recurso, por equidade.

N. 80 - Remetto-vos, para os devidos fins, o incluso titulo de 23 de março ultimo, que nomeia para o lugar de agente fiscal dos impostos de consumo na 1ª circumscripção desse Estado, Abilio de Freitas.

Directoria da Receita Publica

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR

Dia 2 de abril de 1910

Sr. director da Imprensa Nacional:

N. 31 - Providenciae para que, com urgencia, seja enviada a esta directoria a petição do presidente do Centro de Academicos a que vos referis no officio n. 118 de 3 de fevereiro ultimo dirigido ao director do gabinete do Ministerio da Fazenda.

-Sr. director da Casa da Moeda:

N. 291 - Providenciae para que a Collectoria Federal em Itaboraí seja remetida a quantia de 230\$, em estampilhas dos impostos de consumo das taxas abaixo declaradas, conforme requisitou o respectivo collector no officio n. 24 de 20 do mez proximo passado, sendo 230,000:

Table with 2 columns: Description and Amount. 16.000 Cintas do... \$075, esp. 80\$000; 6.000 ditas »... \$025..... 150\$000

N. 292 - Providenciae para que a Collectoria Federal em Rezende, seja remetida a quantia de 2:320\$700, em estampilhas do sello adhesivo, das taxas abaixo declaradas,

conforme requisitou o respectivo collector no officio n. 36, de 26 do mez proximo findo sendo (dous contos trezentos e vinte mil e setesento):

Table with 2 columns: Description and Amount. 50 da de \$050..... 2\$500; 87 » » \$100..... 8\$700; 101 » » \$200..... 20\$000; 4.500 » » \$300..... 1.350\$000; 60 » » \$100..... 24\$000; 77 » » \$500..... 39\$500; 93 » » 1\$000..... 93\$000; 51 » » 2\$000..... 103\$000; 39 » » 3\$000..... 117\$000; 16 » » 4\$000..... 64\$000; 37 » » 5\$000..... 185\$000; 6 » » 10\$000..... 60-000; 8 » » 15\$000..... 120\$000; 4 » » 20\$000..... 80\$000; 1 » » 50\$ 00..... 50\$000

N. 293 - Providenciae para que a Collectoria Federal em Valença seja remetida a quantia de 2:000\$, em estampilhas do sello adhesivo das taxas abaixo declaradas, conforme requisitou o respectivo collector no officio n. 37, de 18 do mez proximo findo, sendo (dous contos de réis):

Table with 2 columns: Description and Amount. 500 da de 0\$100..... 50\$000; 25 » » 0\$2 0..... 5\$000; 2.000 » » 0\$30..... 600-000; 50 » » 0\$100..... 20\$000; 50 » » 0\$500..... 25\$000; 125 » » 1\$..... 125\$000; 25 » » 2\$..... 50 000; 25 » » 3\$..... 75\$0 0; 25 » » 4\$..... 100\$000; 40 » » 5\$..... 200\$000; 20 » » 10\$..... 200\$000; 10 » » 20\$..... 200\$000; 7 » » 50\$..... 350\$000

N. 294 - Providenciae para que a Collectoria Federal na Barra Pirahy seja remetida a quantia de 540\$, em estampilhas dos impostos de consumo das taxas abaixo declaradas, conforme requisitou o respectivo collector no officio n. 435, de 31 do mez proximo findo, sendo (quinhentos e quarenta mil réis):

Table with 2 columns: Description and Amount. 20.000 estampilhas de 0\$20..... 400\$000; 2.000 » » 0\$50..... 100\$000; 260 » » 0\$200..... 40\$000

N. 295 - Providenciae para que a Collectoria Federal em Santo Antonio de Padua, seja remetida a quantia de 120\$, em estampilhas dos impostos de consumo das taxas abaixo declaradas, conforme requisitou o respectivo collector no officio n. 20, de 30 do mez proximo findo, sendo (cento e vinte mil réis):

Table with 2 columns: Description and Amount. 3.000 cintas de \$010..... 120\$000

N. 296 - Providenciae para que a Collectoria Federal em Santa Thereza seja remetida a quantia de 1:435\$, em estampilhas do sello adhesivo das taxas abaixo declaradas, conforme requisitou o respectivo collector no officio n. 2, de 30 do mez proximo findo, sendo (um conto quatrocentos e trinta cinco mil réis):

Table with 2 columns: Description and Amount. 50 da de 0\$100..... 5\$000; 50 » » 0\$200..... 10\$000; 1.500 » » 0\$300..... 450\$ 00; 50 » » 0\$400..... 20\$000; 50 » » 0\$500..... 25\$000; 250 » » 1\$..... 250\$000; 50 » » 2\$..... 100\$ 00; 50 » » 3\$..... 150\$000; 25 » » 4\$..... 100\$0 0; 25 » » 5\$..... 12 \$000; 10 » » 10\$..... 100\$000; 5 » » 20\$..... 100\$ 00

N. 297 - Providenciae para que a Collectoria Federal em Bom Jardim, seja remetida a quantia de 250\$, em estampilhas dos

impostos de consumo, das taxas abaixo declaradas, conforme requisitou o respectivo collector no officio n. 11, de 29 do mez proximo findo, sendo (duzentos e cincoenta mil réis):

Table with 2 columns: Description and Amount. 2.000 cintas de \$025.. 50\$000; 250 » de \$300.. 75\$000; 4.000 estampilhas de \$025.. 100\$000; 125 » » \$200.. 25\$000

N. 298 - Providenciae para que a Collectoria Federal em Pirahy, seja remetida a quantia de 463\$, em estampilhas do sello adhesivo, das taxas abaixo declaradas, conforme requisitou o respectivo collector no officio de 20 do março proximo findo, sendo quatrocentos e sessenta mil réis):

Table with 2 columns: Description and Amount. 60 da de \$100..... 6\$000; 100 » » \$200..... 20\$000; 450 » » \$300..... 13 \$000; 45 » » \$400..... 10-000; 50 » » \$500..... 25\$000; 89 » » 1\$000..... 8 \$000; 11 » » 2\$000..... 2 \$ 00; 4 » » 3\$000..... 12\$000; 2 » » 4\$000..... 8\$000; 6 » » 5\$000..... 30\$000; 3 » » 10\$000..... 30\$ 00; 1 » » 15 \$000..... 1 \$000; 1 » » 20\$000..... 20\$000; 1 » » 50\$000..... 50\$ 00

-Sr. delegado fiscal na Bahia: N. 12 - Junto vos devolvo o processo que motivou o recurso, interposto por João Carvalho & Comp., de que trata o officio dessa delegacia n. 11, de 23 março ultimo, affirm de ser cumprida a exigencia feita pela primeira sub-directoria.

-Sr. delegado fiscal em Minas Geraes: N. 15 - Transmitto-vos a petição de José Justiniano de Godoy e outros, negociantes de Cataguazes, nesse Estado, datada do 16 de março ultimo, affirm de que providencias quanto á cobrança do sello devido, com revalidação, visto que as estampilhas appostas ao papel estão collocados fóra do fecho.

N. 16 - Transmitto-vos o recurso ex-officio dessa delegacia, relativo ao processo instaurado contra Paulo Simoni, pela collectoria de Queluz, nesse Estado, encaminhado ao Thesouro com o officio n. 53, de 19 de março ultimo, ao qual estão annexos o requerimento do mesmo Paulo Simoni, de 31 de julho de 1909 e os officios n. 2, de 14 de janeiro, ns. 16 e 17, de 30 de março, todos dessa delegacia e do anno proximo findo, affirm de que mandeis juntar o officio e certidão de intimação a que se refere a nota a fls. 22, de 14 de julho de 1909.

-Sr. collector das Renhas Federaes em S. Fidelis:

N. 1 - Transmitto-vos a inclusa autorização de passe n. 1.123, da The Leopoldina Railway Company, Limited, affirm de ser entregue ao agente fiscal interino da 1ª circumscripção, no Estado do Rio de Janeiro, Antonio Valcetim de Souza.

Directoria do Patrimonio Nacional

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR

Dia 31 de março de 1910

Dr. delegado fiscal em Pernambuco:

N. 2 - Não tendo a repartição a vosso cargo respondido, até a presente data, á ordem da extincta Directoria do Expediente, sob n. 234, de 17 de outubro de 1907, recommendo-vos, a bem da final solução do processo que motivou a expedição da referida ordem, que lhe deis o mais prompto cumprimento.

Requerimentos despachados

Cesario Fernandes da Silva.—Aguarde oportunidade.

Julio Regunir.—Cumpra o despacho do Sr. ministro, de 28 de setembro do anno proximo passado.

Recebedoria do Districto Federal

Requerimentos despachados

Dia 2 de abril de 1910

Delphina de Carvalho de Avila.—Transfira-se.

Joaquim Cardoso & Comp.—Tratando-se de prazos fataes, não pode esta directoria conceder a prorrogação pedida.

Victorino Vaz Pinto Amaral.—Habilita-se na forma da lei a requerer pelo proprietario.

Oscar Torres & Comp.—Satisfaçam a exigencia.

Arthur Vieira de Rezende e Silva.—Transfira-se.

Candido Abreu.—Satisfaça a exigencia. Alfredo Augusto Fernandes.—Estando premissa a reclamação, nada ha que de-lerir.

Guimarães, Motta & Souza.—Em face do parecer, reduza-se no corrente exercicio a 1:800\$000.

José Rocha.—Transfira-se:

Representação contra Silva & Mendes.—Inscruva-se nos termos propostos. Imponho a multa de 50\$, de accordo com o art. 44 do regulamento annexo ao decreto n. 5.142, de 27 de fevereiro de 1904.

S. G. Nicagua.—Idem, idem.

Francisco Carlos.—Idem, idem.

Correa & Comp.—Idem, idem.

João Bispo de Oliveira.—Inscruva-se nos termos propostos a partir do dia 1 do mez proximo findo, com o valor locativo de 300\$000.

Manoel André Redes.—Pague o imposto em debito.

Manoel Lobato Carneiro da Cunha.—Inscruva-se.

João Candido Mutzenbecher.—Satisfaça a exigencia.

Dr. Manoel Ribeiro da Motta Vasconcellos.—A' 2ª sub-directoria.

Alzira de Souza Leão.—Prove o direito de propriedade por parte do vendedor.

Alfredo Lourenço de Souza Bastos.—Pague o imposto em debito.

Mesquita Fontes & Comp.—A' 2ª sub-directoria.

Frias & Comp.—Representação do escripturario Tancredo Leal sobre a divida de 1904 do predio á rua da Candelaria n. 51.—Annulle-se a divida e officie-se a Procuradoria Geral da Fazenda Publica.

David & Comp.—Transfira-se.

Domingos Pereira de Souza.—Idem.

Christovam Mathias Pereira.—Idem.

Francisco Candido Pereira.—Idem.

Julio de Oliveira.—Idem.

Manoel Gomes Guimarães.—Idem.

Maria Francisca S. Rheizants.—Idem, Imponho a multa de 20\$, nos termos do art. 21 do regulamento annexo ao decreto n. 5.141, de 27 de fevereiro de 1904.

Caixa de Conversão

BALANCETE DE CAIXA EM 2 DE ABRIL DE 1910

		Debito		
Caixa:				
Bilhetes a emitir.....		53.131:530\$070		
Moeda subsidiaria.....		8.036:732		53.142:646\$732
Caixa, ouro:				
Em deposito: \$.....	8.599.187-0-0	137.583:992\$000		
> > Francos.....	34.343.721	21.840:638\$461		
> > Marcos.....	14.259.910	11.188:56\$616		
> > Ouro nacional.....	184.010\$000	331:218\$000		
> > Dollars.....	16.030.975	52.831:936\$493		
> > Coróas austriacas...	1.420	916\$683		
> > Pesos argentinos...	33.470	106:42\$045		
> > Liras.....	210	133\$532		
> > Pesetas.....	125.075	79.540:528		223.969:393\$230
				277.112:040\$000
		Credito		
Emissão:				
Bilhetes emitidos.....		282.151:830\$000		
> resgatados dilacerados....	5.283.969\$000			
> resgatados.....	52.908:410\$000	53.192:370\$100		
Em circulação.....				223.959:430\$000
Notas a emitir:				
Existentes no cofre.....				53.131:530\$000
Thesouro Nacional:				
Supprimento em moeda subsidiaria.....				18:000\$000
				277.112:040\$000

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1910. — Dr. Henrique Augusto de Oliveira Diniz, director. — Dr. Carlos Claudio da Silva, chefe da contabilidade. — João Gomes R. Horta, thesourciro.

Inspectoria de Seguros

DESPACHO DO SR. INSPECTOR

Dia 1 abril de 1910

Dr. Antonio Coelho Rodrigues—Sendo inteiramente procedentes as razões em que se funda a Companhia «New York Life» para recusar a certidão requerida pelo Dr. Antonio Coelho Rodrigues, em 16 de março proximo findo; e não assistindo a esta Inspectoria recurso algum no regulamento vigente, nem em outro qualquer decreto ou lei, para compellir a mesma companhia á publicidade dos nomes de seus segurados, e tão pouco á de determinados magistrados e funcionarios especificados na mesma petição; torna-se impossivel deferir o seu questionario. Si ao supplicante Dr. Coelho Rodrigues convier, esta Inspectoria facilitar-lhe-ha a certidão de todos os officios e diligencias feitas sobre o assumpto de sua alludida petição.

Dia 2

Dr. Antonio Coelho Rodrigues—Certifique-se o que constar.

Ministerio da Marinha

Por portarias de 31 do mez findo:

Foram exonerados:

O 2º tenente engenheiro machinista, Arthur Ernesto de Menezes, do cargo de encarregado da instalação electrica a bordo do couraçado *Floiano*;

O capitão tenente Damião Pinto da Silva, do cargo de commandante da Escola de Aprendizes Marinheiros do Estado de São Paulo;

O capitão-tenente Henrique de Santa Rita, do cargo de immediato da Escola de Aprendizes Marinheiros do Estado de São Paulo;

O capitão-tenente Joaquim Ribeiro Sobrinho, do cargo de immediato do rebocador *Albatroz*;

Raymundo João da Costa, do lugar de 2º pharoleiro do pharol de Caeté.

— Foram nomeados:

O capitão-tenente Henrique de Santa Rita, para exercer o cargo de commandante da Escola de Aprendizes Marinheiros do Estado de S. Paulo;

De conformidade com o regulamento annexo ao decreto n. 7.886, de 10 do corrente, sub-machinistas-alumnos Fernando Muniz Guimarães, Iracindo Carvalhaes Pinheiro e Augusto Lopes Sampaio;

O 3º pharoleiro do pharol do Caeté, Manoel Jouffret dos Santos, para exercer o lugar de 2º pharoleiro do mesmo pharol;

José de Moraes Villena, para exercer o lugar de 3º pharoleiro do pharol de Caeté.

— Foram concedidos ao mecanico naval de 2ª classe, Eugenio Antiocho Gonçalves, em vista do parecer da junta medica e na forma da lei, dous mezes de licença, para tratar de sua saude, onde lhe convier.

Por outras de 2 do corrente:

Foram exonerados:

O capitão-tenente José Machado de Castro e Silva, do cargo de adjunto da Escola de Defesa Submarina;

O capitão de fragata José Borges Leitão, do cargo de commandante do vapor de guerra *Andrada*, que interinamente exerce;

O capitão de fragata Carlos Pereira Lima, do cargo de chefe de secção da Directoria de Pharóes da Superintendencia de Navegação, que interinamente exerce.

— Foram nomeados:

O 1º tenente Helio Sayão Bustamante, para exercer, interinamente, o cargo de adjunto da Escola de Defesa Submarina;

O capitão tenente Annibal do Amaral Gama, para exercer, interinamente, o cargo de immediato do biate *Silva Jardim*;

Adelino Barcellos Soares, para exercer o cargo de segundo pharoleiro do pharol do Chuy;

Igaacio Floor, para exercer o cargo de 3º pharoleiro do pharol do Chuy;

O capitão de fragata Carlos Pereira Lima, para exercer, interinamente, o cargo de

chefe da 1ª secção do Estado Maior da Armada;

O capitão de frazata José Borges Leitão, para exercer o cargo de chefe de secção da Directoria de Hydrographia da Superintendencia de Navegação ;

Directoria do Expallente

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 31 de março de 1910

Sr. ministro da Fazenda:

N. 1.497 — Rogo vos digneis de providenciar afim de que seja paga, no Thesouro Nacional, a divida de exercicio findo, na importancia de 578\$960, de que é credor Charles Hass, de accordo com o incluso processo n. 4.574.

N. 1.498 — Rogo vos digneis de providenciar afim de que, no Thesouro Nacional, seja paga a Companhia Pernambucana de Navegação a divida de exercicio findo, na importancia de 212\$100, conforme consta do incluso processo n. 4.568.

N. 1.499 — Rogo vos digneis de providenciar afim de que, no Thesouro Nacional, seja paga a divida de exercicio findo, na importancia de 240\$, de que é credor o foguista extranumerario de 3ª classa José Marinha de França, conforme consta do incluso processo n. 4.570.

N. 1.500 — Rogo vos digneis de providenciar afim de que, no Thesouro Nacional, seja paga a divida de exercicio findo, na importancia de 143\$670, de que é credora a firma Menner & Pereira, conforme consta do incluso processo n. 4.578.

N. 1.501 — Rogo vos digneis de providenciar afim de que seja, paga no Thesouro Nacional, a divida de exercicio findo, na importancia de 95\$400, de que é credora a Companhia de Beberibe, conforme consta do incluso processo n. 5.578.

N. 1.502 — Rogo vos digneis de providenciar afim de que, no Thesouro Nacional seja paga a divida de exercicio findo, na importancia de 7:096\$950 de que é credora a Companhia Luz e Força pelo alcool, conforme consta do incluso processo n. 4.569.

N. 5.504 — Rogo vos digneis de providenciar afim de que seja habilitada a Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Ceará com o credito de 100\$, á conta da verba 27 -- Fretes, etc., pessoal — do exercicio vigente, para attender ao pagamento da ajuda de custo ao capitão-tenente commissario Manoel Ribeiro do Amural, ex-secretario da Capitania do Porto daquella Estado.

Da respectiva escripturação fica annullada a importancia do credito.

— Sr. ministro das Relações Exteriores :

N. 1.508 — Transmittindo-vos a inclusa cópia do officio do commandante do navio-escola *Benjamin Constant*, communicando que o tratamento dos nossos marinheiros no hospital de marinha franceza em S. Mandrié, tem sido gratuito, conforme declarara o Sr. prefeito maritimo de Toulon, por intermedio do vice-consul do Brazil, tenho a honra de levar esse facto ao vosso conhecimento, afim de que vos digneis de agradecer ao governo francez tão generoso obsequio.

N. 1.509 — Em resposta a vosso aviso n. 21 de 18 do corrente, tenho a honra de transmittir-vos um exemplar das Instruções para o serviço de telegraphia sem fio da Armada Nacional.

— Sr. ministro da Guerra:

N. 1.510 — Tenho a honra de submeter á vossa consideração, com a cópia da informação a respeito, o incluso requerimento em que o sentenciado, excluído do exercicio, Augusto José Francisco do Amaral pede perdão

do resto da pena que se acha cumprindo no Presidio Militar da Ilha das Cobras.

N. 1.511 — Em resposta a vosso aviso n. 13, de 23 de fevereiro ultimo, tenho a honra de passar ás vossas mãos com os demais papeis, a inclusa cópia de informação prestada pela Directoria da Bibliotheca, Museu e Archivo deste ministerio, acerca do requerimento do 1º tenente do exercito Alfredo Florj Cantalice, que acompanhou o vosso citado aviso.

— Sr. Dr. Luiz A. Domingues da Silva:

N. 1.512 — Accusando recebimento da vossa circular de 10 do corrente, tenho a honra de agradecer-vos a communicação que me fizestes de hayerds prestado o compromisso constitucional perante o Congresso Legislativo e assumido o exercicio do cargo de governador do Estado do Maranhão.

— Sr. inspector de Marinha:

N. 1.513 — Declaro-vos, para os fins convenientes e de conformidade com o parecer do Conselho do Almirantado, emitido em consulta n. 742, de 28 do corrente, que resolvi mandar adicionar ao tempo de serviço do capitão-tenente Antonio Muniz Barreto de Aragão, para efeitos da reforma, o periodo de 8 mezes e 10 dias em que estudou com aproveitamento no extincto curso de preparatorios, annexo á Escola Naval, nos termos do decreto n. 2.042, de 31 de dezembro de 1908.

N. 1.514 — Conformando-me com o parecer do Conselho do Almirantado, emitido em consulta n. 747, de 28 do corrente, declaro-vos, para os fins convenientes, que resolvi mandar adicionar ao tempo de serviço do capitão-tenente Wencaslau de Albuquerque Caidas, para efeitos da reforma, o periodo de 2 annos, 9 mezes e 20 dias em que frequentou com aproveitamento o extincto curso preparatorio annexo á Escola Naval, nos termos do decreto n. 2.042, de 31 de dezembro de 1908.

N. 1.515 — Conformando-me com o parecer do Conselho do Almirantado, emitido em consulta n. 741, de 28 do corrente, declaro-vos, para os fins convenientes, que resolvi mandar adicionar ao tempo de serviço do capitão-tenente Aristides Galvão Bueno, para efeitos de sua reforma, o periodo de um anno, tres mezes e 27 dias em que frequentou com aproveitamento o extincto curso preparatorio annexo á Escola Naval, nos termos do decreto n. 2.042, de 31 de dezembro de 1908.

N. 1.516 — Conformando-me com o parecer do Conselho do Almirantado, emitido em consulta n. 749, de 20 do corrente, declaro-vos, para os fins convenientes, que resolvi mandar adicionar ao tempo de serviço do capitão-tenente Aivaro Nunes de Carvalho o periodo de um anno, oito mezes e sete dias em que frequentou com aproveitamento o extincto curso preparatorio annexo á Escola Naval, nos termos do decreto n. 2.042, de 31 de dezembro de 1908.

N. 1.517 — Conformando-me com o parecer do Conselho do Almirantado, emitido em consulta n. 744, de 28 do corrente, declaro-vos, para os fins convenientes, que resolvi mandar adicionar ao tempo de serviço do capitão-tenente Joaquim Barcellos Garcia, para efeitos da reforma, o periodo de dois annos, seis mezes e sete dias em que frequentou com aproveitamento o extincto curso preparatorio annexo á Escola Naval, nos termos do decreto n. 2.042, de 31 de dezembro de 1908.

— Sr. chefe do Estado Maior da Armada:

N. 1.518 — Mandae elogiar em ordem do dia o capitão de fragata Joaquim Carlos de Paiva pelo zelo e correção com que exerceu as funcões de commandante do navio-escola *Tamandarã*

Dia 2 de abril de 1910

— Sr. ministro da Justiça e Negocios Interiores:

N. 1.545 — Para os efeitos do registro civil, tenho a honra de passar ás vossas mãos as inclusas cópias dos termos de obitos de Maria Luiza de Oliveira e Manoel dos Reis, occorridos a bordo do paquete nacional *Olinda*.

N. 1.546 — Para os efeitos do registro civil, tenho a honra de passar ás vossas mãos as inclusas cópias dos termos de obitos de Lydia Maria da Conceição, Francisco Gomes de Oliveira e Francisco Alves da Silva, occorridos a bordo de diversos navios mercantes.

Para os efeitos do registro civil, tenho a honra de passar ás vossas mãos as inclusas cópias de termos de obitos occorridos a bordo de diversos navios nacionaes.

— Sr. ministro da Viação e Obras Publicas:

N. 1.543 — Tenho a honra de submeter á vossa consideração o incluso requerimento do capitão de corveta Manoel da Silva Lopes, capitão do porto do Estado da Parahyba, pedindo para ser abonada a gratificação a que se julga com direito, por haver exercido, no Estado da Bahia, o cargo de fiscal das emprezas de navegação subvencionadas, desde 12 de agosto de 1907 até 10 de janeiro do corrente anno.

Junto encontraréis, tambem, dous documentos apresentados pelo peticionario.

N. 1.540 — Submettenlo á vossa consideração o incluso telegramma do capitão do porto do Estado do Pará, communicando o pedido de providencias recebido do inspector do Arsenal de Marinha alli estabelecido, sobre o atterro que, junto ao mesmo Arsenal, está fazendo a Companhia Port. of Pará, inutilizando carreiras e trapiches; tenho a honra de solicitar-vos as providencias que o caso requer.

— Sr. inspector de Marinha:

N. 1.550 — Conformando-me com o parecer do Conselho do Almirantado, emitido em consulta n. 536, de 31 de março ultimo, declaro-vos para os fins convenientes, que resolvi mandar adicionar ao tempo de serviço do capitão de fragata Eduardo Augusto Verissimo de Mattos, para efeitos da reforma, o periodo de 8 mezes e 14 dias em que estudou com aproveitamento no extincto Externato de Marinha, nos termos do decreto n. 2.042, de 31 de dezembro de 1908.

No 1.551 — Conformando-me com o parecer do Conselho do Almirantado, emitido em consulta n. 743, de 28 do corrente, declaro-vos, para os fins convenientes, que resolvi mandar adicionar ao tempo de serviço do capitão de fragata Henrique Adalberto Theodim Costa, para efeitos da reforma, o periodo de 1 anno, 11 mezes e 14 dias em que estudou com aproveitamento no extincto Collegio Naval, nos termos do decreto n. 2.042, de 31 de dezembro de 1908.

Requerimentos despachados

Minnick & Comp. — Não convem.
Alfredo Augusto Ribeiro (capitão-tenente engenheiro machinista). — Dirija-se ao Supremo Tribunal Militar.

Ministerio da Guerra

Por portaria de 24 do mez findo, foi exonerado do logar de chefe do serviço de artilharia do quartel general do commandante da 3ª brigada estrategica o maior Marçal Figueira

Ministerio da Viação e Obras Publicas

Directoria Geral de Obras e Viação

Por portaria de 31 de março ultimo, foram concedidos ao estafeta de 1ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos Carlos Augusto Pereira da Cunha, tres mezes de licença, em prorrogação, com metade do ordenado, nos termos do art. 446, do respectivo regulamento, para continuar o tratamento de sua saúde.

—Por outras da mesma data, foram concedidas as seguintes licenças:

De 90 dias, em prorrogação, com ordenado, na forma da lei, ao telegraphista da Estrada de Ferro Central do Brazil Carlos Luiz da Motta, para tratar de sua saúde;

De 15 dias, com ordenado, ao conductor de trem de 4ª classe da mesma estrada Pedro Torquato Maciel, para o mesmo fim;

De seis mezes, idem, idem ao mestre de linha da mesma estrada Manoel Esteves, para o mesmo fim.

Expediente de 2 de abril de 1910

De accordo com o pedido da Camara Municipal da cidade de Dores da Boa Esperança, foram autorizadas as Estradas de Ferro Central do Brazil e Oeste de Minas a transportar pela 9ª classe da tarifa n. 3 o material pesando 55.000 kilogrammas destinado á canalização de agua da referida cidade.

—Declarou-se á directoria da Estrada de Ferro Central do Brazil que fica autorizado o transporte por essa ferro via de 30.000 telhas chatas, 500 ditas para cumieira e 1.000 manilhas de barro vidrado pela 9ª classe da tarifa n. 3 das condições regulamentares; material esse destinado á cidade de Lorena a pedido da Santa Casa da Misericórdia da mesma cidade.

Requerimentos despachados

Jorge Suppo, mestre geral das officinas da Estrada de Ferro Minas e Rio, pedindo certidão de serviço prestados.—Dirija-se ao engenheiro Oscar Trompowsky, ex-superintendente daquela ferro-via.

Hugo Figueiró, feitor da Repartição Geral dos Telegraphos pedindo seja aproveitado em uma das vagas existentes de inspector de 3ª classe.—Não ha que deferir.

Louis Hermann y Cª, recorrendo da decisão do director geral dos Correios, que não considerou como impresso a circular reproduzida pelo aparelho «Revol».—Desde que setratre de impressão, qualquer que seja a sua forma e o aparelho pelo qual obtida, as reproduções feitas por esse meio são alcançadas pela disposição liberal de art. 50 do regulamento. E porque esteja nesse caso a circular a que se refere a reclamação, deve esta ser atendida.

DIRECTORIA GERAL DOS CORREIOS

Por portarias de 2. do corrente, foram nomeados:

Para fics de thesoureiro, Francisco Valente Filho e Luiz Teixeira Netto, o 1º para a Administração dos Correios do Estado do Pará e o 2º para a de Uberaba;

Para praticante de 2ª classe da Administração dos Correios do Estado do Amazonas, Nestor Mano.

Requerimentos despachados

Dia 2 de abril de 1910

Diniz de Souza Martins, pedindo o intermedio do Correio para a impressão de sobre-cartas no *The American Bank Note Company*.—Não convindo ao serviço postal o que propõe o requerente, indeferido.

Pedreira, Pinto & Comp., proprietarios do semanario illustrado *Sans Dessous*, pedindo certidão da circular n. 16, que determina a prohibição da circulação daquelle jornal.—Certifique-se.

Ministerio da Agricultura Industria e Commercio

Directoria Geral de Industria e Commercio

PRIMEIRA SECÇÃO

Expediente de 31 de março de 1910

Remetteram-se:

Ao Ministerio das Relações Exteriores, em resposta ao seu recado de 21 do corrente mez, sobre a nota da Legação Austro-Hungara, referente á concessão de patentes de invenção e registro de marcas de fabrica e de commercio, um exemplar da lei e do regulamento das referidas marcas e as formulas adoptadas para as cartas-patentes, certidões de melhoramentos e decretos respectivos;

Ao presidente da Junta Commercial desta Capital os officios em que o *Bureau International de l'Union de la Propriété Industrielle* expõe os motivos por que não foi registrada a marca «Vinho do Porto—Cruz Vermelha», de Bento de Carvalho & Comp., e faz considerações sobre a maneira de formular o pedido de registro de marca destinada a diversos productos, com a recommendação de ser devolvido a esta directoria o folheto *Lois et réglemens concernant l'usage illicite des emblèmes de la Croix-Rouge*, que tambem lhe é remettido e a que allude um dos referidos officios.

—Autorizou-se o delegado deste ministerio no Territorio do Acre a admittir Pedro Paes Leme como encarregado da escripta do laboratorio e campo de experiencia da delegacia a seu cargo.

—Louvou-se o 3º official desta Secretaria de Estado, José Caetano de Oliveira, pela boavontade e intelligencia com que deu cabal desempenho ás funções de auxiliar da Directoria de Agricultura e Industria Animal nos trabalhos concernentes ás respectivas secções, do começo de janeiro a 7 do corrente mez.

—Solicitaram-se providencias:

Dos ministerios para que os chefes dos serviços a seu cargo prestem todo o auxilio á regular realização do recenseamento geral da população, a realizar-se em 31 de dezembro do corrente anno;

Do director geral dos Correios para que seja devolvida a esta Secretaria, afim de ser entregue á parte interessada, o envolvero do clichê de uma marca commercial encaminhada á succursal do Correio, em Botafogo, em 27 de novembro ultimo, com destino ao director do *Bureau International de la Propriété Industrielle*, em Berne, e que, segundo communicação deste, não tinha chegado ao seu destino em 10 de janeiro ultimo;

Do director do Archivo Publico Nacional para que seja devolvido a esta directoria o envolvero n. 5.705, contendo, em duplicata, o relatório e um desenho da invenção para que pediram privilegio John Andrews e Sydney Andrews de «um novo processo para melhorar a qualidade da farinha

de trigo, semola e farinhas analogas», e que lhe foi remettido por officio n. 1, de 3 de janeiro de 1906, visto não estar ainda findo o processo referente áquella invenção.

Requerimentos despachados

Dia 2 de abril de 1910

Antonio Evangelista Velloso, pedindo privilegio de invenção para «uma nova machina para refinação de assucar».—Compara-se na 1ª secção desta directoria para receber guia.

Capitão Domingos Virgilio do Nascimento, pedindo privilegio para «um processo de preparação de *tabletes* de extracto de matto composto, comprimido nessa forma ou em qualquer outra adequada».—Idem.

Victorio Antonio Perini, pedindo garantia provisoria para «um apparelho desagregador molecular das substancias gordurosas».—Idem.

Dr. Raul Ferreira Leite, pedindo privilegio para «nova applicação de uma caixa de deposito construida de madeira ou outro qualquer material, destinada para a entrega de productos lacteos, pães, etc., denominada «Caixa-deposito».—Idem.

TRIBUNAL DE CONTAS

Ordens de pagamentos

Ordens de pagamento sobre as quaes proferiu despacho de registro, em 2 do corrente, o Sr. Dr. presidente deste tribunal:

Ministerio da Viação e Obras Publicas — Avisos:

N. 683, de 23 de março, pagamento de 82\$ da fêria do pessoal empregado, em janeiro ultimo, em serviços extraordinarios de revisão da rede a cargo da Inspeção Geral das Obras Publicas, no centro de Inhauma;

N. 687, da mesma data, idem de 31\$, idem, no mez de fevereiro ultimo;

N. 684, da mesma data, idem de 500\$ a Neves & Arcos, do aluguel dos 1º e 2º andares do predio n. 10 da rua da Carioca, correspondente ao mez de fevereiro ultimo, occupados pela Repartição Fiscal do Governo junto á *Companhia Rio de Janeiro City Improvements*;

N. 671, da mesma data, idem de 87\$500 á *Brasilianische Elektrizitäts Gesellschaft*, de assignatura do apparelho telephónico que funciona na Secretaria de Estado, no corrente anno;

N. 675, da mesma data, idem de 6:375\$ a Lincoln Nolau, de fornecimentos á Directoria Geral dos Correios, em março ultimo.

—Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.

Avisos:

N. 1.693, de 31 de março, pagamento de 750\$, da folha dos salarios vencidos pelos serventes da Secretaria de Estado deste ministerio, em março ultimo;

N. 1.691, da mesma data, idem de 155\$, idem das diarias que competem aos correios da mesma secretaria, no referido mez;

N. 1.692, de 31 de março, idem de 150\$, ao porteiro da Secretaria de Estado, para aluguel de casa no mesmo mez.

—Ministerio da Fazenda:

Officio n. 39 da Caixa de Conversão, de 9 de março, pagamento de 9:115\$640, a diversos, de fornecimentos áquella repartição, nos mezes de janeiro e fevereiro ultimos

DIÁRIO DOS TRIBUNAES

Supremo Tribunal Federal

5ª sessão, em 2 de abril de 1910

Presidência do Sr. ministro Pindabiba de Maltos

Abriu-se a sessão ás 11 1/2 horas da manhã, achando-se presentes os Srs. ministros Ribeiro de Almeida, Manoel Murтинho, André Cavalcanti, Guimarães Natal, Cardoso de Castro, Amaro Cavalcante, Manoel Espinola, Canuto Saraiva e Godofredo Cunha.

Deixaram de comparecer os Srs. ministros Hermínio do Espírito Santo e João Pedro, por se acharem em gozo de licença, e os Srs. Epitácio Passôa, Oliveira Ribeiro e Pedro Lessa, com causa participada.

Foi lida e approvada a acta da sessão anterior e despachado todo o expediente sobre a mesa.

Em seguida, o Sr. ministro Amaro Cavalcante, pedindo a palavra, submetteu á consideração do Tribunal as seguintes propostas:

1.ª O general Dionysio Cerqueira, como militar, era, com justiça, reconhecido um dos ornamentos de sua classe; como cidadão politico, já como membro do Congresso Nacional, já como estadista, membro do Governo Federal, todos sabem, prestou os mais a-sinalados serviços á causa publica, e como tecnico era um dos mais habéis profissionais na sua especialidade. São ainda de recente data os importantes serviços que, com toda a abnegação e pericia, prestou na demarcação do territorio das Missões.

Propoheu que seja lançado na acta da presente sessão um voto de profundo pesar pelo seu passamento.

Submettida a votação, foi a proposta unanimemente approvada.

2.ª Que se nomeie uma comissão dentre os Srs. ministros do Tribunal, para represental-o nas solemnidades que se realizarem por occasião da chegada a esta Capital do corpo do grande brasileiro Joaquim Nabuco e nos funeraes que nessa occasião se realizarem.

Submettida a discussão, o Sr. ministro André Cavalcanti declarou que faz parte da comissão encarregada das solemnidades que terão lugar por occasião da chegada do corpo do Dr. Joaquim Nabuco, e pela mesma comissão achava-se encarregado de convidar a todos os Srs. ministros deste Tribunal para tomarem parte nas mesmas solemnidades, declaração essa que faz em desempenho dessa missão e por vella antecipada pela proposta do Sr. ministro Amaro Cavalcante.

Submettida a votação, foi ella unanimemente approvada, com a declaração do Sr. ministro Godofredo Cunha, que tornará extensiva igual homenagem a casos identicos.

A vista da resolução tomada, o Sr. presidente nomeou a seguinte comissão: Srs. ministros Amaro Cavalcante, Godofredo Cunha e André Cavalcanti.

JULGAMENTOS

Habeas corpus

N. 2.849—Capital Federal—Relator, o Sr. ministro Ribeiro de Almeida, impetrante, Dr. João Antonio da Silveira, em favor do Dr. Manoel Baptista Itajahy e outros.— Converteram-se o julgamento em diligencia, para que preste informações, a respeito do pedido, o Sr. presidente do Estado de Sergipe, no prazo de oito dias.

N. 2.850—Espírito Santo—Relator, o Sr. ministro Manoel Murтинho; paciente, Irineu Rigotti.—Não se conheceu do pedido, por não estar instruido nos termos da lei.

N. 2.819—Rio de Janeiro—Relator, o Sr. ministro Canuto Saraiva; impetrante, Americo Peixoto, em favor de Antonio José

Pontes e outros.—Por desempate, julgou-se prejudicado o pedido, pelos votos dos Srs. ministros Godofredo Cunha, Manoel Espinola, Cardoso de Castro e André Cavalcanti, votando os Srs. ministros Canuto Saraiva, Amaro Cavalcante, Manoel Murтинho e Ribeiro de Almeida no sentido de julgar nulla a concessão.

Aggravo de petição

N. 1.231—Capital Federal—Relator; o Sr. ministro Cardoso de Castro; aggravante João Corrêa Marques; aggravada, a Companhia Viação Ferreira Sapucahy.—Negou-se provimento ao aggravo, unanimemente.

Apellações criminaes

N. 408—S. Paulo—Relator, o Sr. ministro Canuto Saraiva; revisores, os Srs. ministros Godofredo Cunha e Manoel Murтинho; appellante, Avelino José Lacerda; appellada, a Justiça Federal.—Reformou-se a sentença appellada, para condemnar-se no médio, contra os votos dos Srs. ministros Canuto Saraiva e Godofredo Cunha.

Presidiu este julgamento o Sr. ministro Ribeiro de Almeida.

N. 412—S. Paulo—Relator, o Sr. ministro Godofredo Cunha; revisores, os Srs. ministros Ribeiro de Almeida e Manoel Murтинho; appellante, Ricci Carlo; appellada, a Justiça Federal.—Negou-se provimento á appellação, para confirmar a sentença appellada, unanimemente.

Presidiu este julgamento o Sr. ministro André Cavalcanti.

N. 331—Rio de Janeiro—Relator, o Sr. ministro Canuto Saraiva; revisores, os Srs. ministros Ribeiro de Almeida e Manoel Murтинho; appellante, João Baptista de Assis; appellada, a Justiça Federal.—Negou-se provimento á appellação, para confirmar a sentença appellada, unanimemente.

Presidiu este julgamento o Sr. ministro André Cavalcanti.

(Sobre embargos)

N. 335—Capital Federal—Relator, o Sr. ministro Manoel Murтинho; revisores, os Srs. ministros André Cavalcanti e Amaro Cavalcante; appellante embargante, Luiz Pugliese.—Foram dispensados, unanimemente, os embargos.

Presidiu este julgamento o Sr. ministro Ribeiro de Almeida.

PASSAGENS DE AUTOS

Apellações civéis

Ns. 673, 705, 1.461, 1.086 e 1.773—Ao Sr. ministro Amaro Cavalcante.

Ns. 1.381, 1.405, 1.891 e 1.716—Ao Sr. ministro Manoel Murтинho.

Ns. 1.158 e 1.523—Ao Sr. ministro André Cavalcanti.

Apellações criminaes

Ns. 420, 421 e 422—Ao Sr. ministro Amaro Cavalcante.

Recursos extraordinarios

Ns. 540, 594 e 621—Ao Sr. ministro Amaro Cavalcante.

N. 612—Ao Sr. ministro André Cavalcante.

Recurso extraordinario criminal

N. 616.—Ao Sr. ministro Manoel Murтинho.

Embargos remettidos

N. 1.028—Ao Sr. ministro Amaro Cavalcante.

Revisões criminaes

Ns. 1.344, 1.372 e 1.374—Ao Sr. ministro Amaro Cavalcante.

Ns. 1.353, 1.251, 1.282, 1.342 e 1.350—Ao Sr. ministro Manoel Murтинho.

AUDIENCIA DO JUIZ SEMANARIO, EXM. SR. MINISTRO DR. CANUTO SARAIVA

Aberta a audiencia, foram publicados os seguintes feitos:

Aggravo de petição

N. 1.224—Capital Federal—Aggravante, Alfredo Novis; aggravado, Maurice Le Pelier.—Negou-se provimento ao recurso, para se confirmar a decisão aggravada.

Ação originaria

N. 7—Paraná e Santa Catharina—Embarcante, o Estado do Paraná; embargado, o Estado de Santa Catharina.—Desprezaram-se os embargos, para se confirmar o accordam embargado.

Apellação civil

N. 1.297—Capital Federal—Embarcante, a União Federal; embargado, o 2º tenente Astrogildo Marques de Figueiredo.—Receberam-se os embargos, para se restabelecer o primeiro accordam.

Requerimento

Em seguida, compareceu o solicitador da Fazenda Nacional, bacharel Hldefonso de Azevedo, e requereu a notificação, sob prégão, de Manoel de Assumpção Lopes, para arrazoar a appellação criminal n. 425, pena de lançamento.—Deferido. Apregoado, não compareceu.

Nada mais havendo a publicar nem a deferir, encerrou-se a audiencia.

Encerrou-se a sessão ás 2 horas e 40 minutos da tarde.—O sub-secretario, Gabriel Martins dos Santos Vianna.

Juizo de Direito da Segunda Vara Commercial

Julgamento de embargos em junta

Pelo presente faço publico que, pelo meritissimo juiz Dr. Torquato Baptista de Figueiredo, foi designado o dia 5 de abril corrente, á 1 hora da tarde, para ter lugar a reunião da Junta de Juizes do Commercio, afim de julgar os embargos do nullidade e infringentes da sentença que deu provimento á appellação interposta na 14ª Pretoria, por Ernani de Souza Meirelles nos autos de acção summaria em que são autores Abilio & Gomes e réo o dito Ernani de Souza Meirelles.

Rio de Janeiro, 1 de abril de 1910.—O es-
crivão, Dario Cunha.

Juizo da Primeira Pretoria

JUIZ, DR. REGO BARROS—ESCRIVÃO, RODOLPHO LEITE

Divorcio amigavel

Supplicants, Armindo Gomes Guia e Dulce Guarani de Carvalho Couto.—Ratificado o pedido por termo e satisfeito o pagamento da taxa judiciaria, subam ao Dr. juiz de direito da 1ª Vara Civil.

Inventario

Fallecida, D. Francisca de Aguiar Lima; inventariante, Antonio Joaquim da Silva Lima.—Deferida a petição de fls. 20, e nomeado o leiloeiro Miguel Barbosa para proceder á venda dos bens.

Acções crimes

Autora, a justiça, réo, Francisco Pater-nostro (art. 304, paragrapho unico, do Código Penal).—Renovem-se as diligencias, designando-se dia e hora.

Autora, a mesma; réo, Manoel Antonio Caetano (art. 330 § 3º, do Código Penal).—Idem.

Autora, a mesma; réo, Francisco Puccini (art. 267 do Código Penal).—Idem.

Autora, a mesma; réo, John Daiming (art. 303 do Código Penal).—Idem.

Autora, a mesma; réo, João de Souza Barros (art. 330, § 1º, do Código Penal).—Na forma da promoção.

Autora, a mesma; réo, Adriano Lopes (art. 330, § 1º, do Código Penal).—Julgada improcedente a denuncia.

As audiências deste juízo se effectuam ás quartas-feiras e sabbados, ao meio-dia, no prédio da praça Quinze de Novembro, esquina da rua do Mercado.

EDITAES

Juizo de Direito da Primeira Vara de Orphãos e Ausentes

De intimação de D. Eleonora Cornelio dos Santos Duarte Pereira, viuva do Dr. Luiz Duarte Pereira, com o prazo de 30 dias.

O Dr. Virgilio de Sá Pereira, juiz de direito da 1ª Vara de Orphãos e Ausentes do Rio de Janeiro, etc.:

Faz saber aos que este edital virem ou delle noticia tiverem que, por despacho deste juízo, nos autos de inventario do finado Dr. Luiz Duarte Pereira, foi destituida do cargo de inventariante a respectiva viuva, meira, D. Eleonora Cornelio dos Santos Duarte Pereira, e nomeado para substitui-la o Dr. Custodio F. de Almeida Rego. E como seja ignorado o paradeiro dessa senhora, mandei passar o presente edital de intimação, com o prazo de 30 dias, para que a mesma D. Eleonora fique sciente da sua destituição do alludido cargo de inventariante do espolio de seu finado marido. E para os devidos fins, se extrahem este e mais dous de igual teor, sendo um para ser afixado no lugar do costume e outro para ser publicado pela imprensa, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, cartorio do 2º officio de orphãos da 1ª vara, aos 31 de março de 1910. Eu, Guilherme Wamosy de Macedo, escrivão interino, o subscrevi.—*Virgilio de Sá Pereira.*

Juizo de Direito da Primeira Vara Commercial

De citação, com o prazo de 20 dias, aos credores da fallencia de Joaquim Garcia & Comp. e a quem interessar possa, para sciencia de uma reclamação de credito que faz o Banco da Provincia do Rio Grande do Sul, para os fins de direito, na forma abaixo

O Dr. João Rodrigues da Costa, juiz de direito da Primeira Vara Commercial desta cidade do Rio de Janeiro, etc.:

Faz saber aos que o presente edital virem que por elle citam-se os credores da fallencia de Joaquim Garcia & Comp. e a quem interessar possa, para sciencia de que se acha em cartorio do escrivão que este subscreve, á disposição dos mesmos, durante o prazo de 20 dias, um requerimento de reclamação de credito que faz o Banco da Provincia do Rio Grande do Sul, acompanhado de seis notas promissórias e cinco protestos, informação do fallido e parecer do liquidatari, podendo qualquer interessado apresentar as impugnações ou contestações que entender, dentro do referido prazo de 20 dias, sob pena de, á revelia, se proceder como for de direito. E, para constar, passaram-se o presente edital e mais dous de igual teor, que serão publicados e afixados, na forma da lei.—Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 17 de março de 1910.—Eu, Luiz Corte Real Assumpção, escrivão interino, subscrevi.—*João Rodrigues da Costa.*—*Luiz Corte Real Assumpção.*

Juizo de Direito da Segunda Vara Commercial

De praça, com o prazo de oito dias, para venda e arrematação dos bens penhorados a Sebastião Alves de Araujo Pinto Leite e sua mulher, na execução que lhes move José Maria Pinna Gouvêa, na forma a abaixo

O Dr. Torquato Baptista de Figueiredo, juiz de direito da 2ª Vara do Commercio do Districto Federal:

Faz saber que, por este juízo e cartorio do escrivão que este subscreve, processam-se os autos de execução em que é autor José Maria Pinna Gouvêa e réos Sebastião Alves de Araujo Pinto Leite e sua mulher, em os quaes foi-lhe dirigida a petição do teor seguinte:—Petição—Illm. Sr. Dr. Juiz de Direito da 2ª Vara do Commercio: Diz José Maria Pinna Gouvêa, nos autos de execução que move a Sebastião Alves de Araujo Pinto Leite e sua mulher, que, não tendo hido licitantes em 2ª praça, requer a V. Ex. sejam expedidos editaes de 3ª praça, com o abatimento e prazo legais. P. deferimento. Rio, 1 de abril de 1910.—*Antônio II. de Souza Bandeira.* (Estava devidamente sellada). Despacho.—Sim. Rio, 1 de abril de 1910.—*T. Figueiredo.* Em virtude do que passou-se o presente edital, pelo teor do qual o official semanario trará a publico pregão de venda e arrematação, em praça deste juízo, no dia 12 do corrente, ao meio-dia, após a audiência de estylo, no Forum desta Capital, á rua dos Invalidos n. 152, os bens penhorados a Sebastião Alves de Araujo Pinto Leite e sua mulher na execução que lhes move José Maria Pinna Gouvêa, os quaes constam da avaliação junta aos autos e são os seguintes: predio terreo á rua Pinheiro Guimarães n. 36 antigo e hoje 84, freguezia da Lagoa, de construção de pedra, cal e tijolo, com uma porta e uma janella de frente, medindo 5m 50 de largura por 10m 30 de comprimento no corpo principal, que é dividido em sala de visitas, corredor, duas alcovas e sala de jantar, com janellas lateraes, dando passagem livre com accesso por um portão de ferro que dá para a rua; e puxado, de construção de frontal, mede 5m 60 de comprimento por 2m 25 de largura dividido em cozinha e quarto. O terreno deste predio mede 5m 50 de largura por 19m 40 de comprimento, todo murado, tendo tanque para lavagem; e avaliado o predio e respectivo terreno em 10:030\$; predio sito á rua Benedicto Hippolyto n. 146 antigo, hoje 168, freguezia de Sant'Anna, assobrada lo, construido de pedra, cal e tijolo, constando de um salão, parte ladrilhada e parte asoalhada, com uma divisão nos fundos formando dous pequenos commodos, mede de frente 4m 76 por 8m 50 de comprimento; o salão, cuja construção é de frontal, tem accesso por escada e varanda de madeira com porta e janella lateraes e é dividido em tres pequenos commodos. Este predio tem ao lado direito uma area cimentada, medindo 2m 45 de largura por 5m 50 de comprimento, onde estão locados a privada e tanque; avaliado em 10:000\$000; predio sito á mesma rua n. 148 antigo, e hoje 172, freguezia de Sant'Anna; construção de pedra, cal e tijolo no corpo principal, e de frontal no puxado, medindo 4m 50 de largura por 13m 50 de comprimento; no corpo, que é dividido em duas salas e duas alcovas, puxado que mede 1m 83 de largura por 5m 25 de comprimento; que é constituido por um quarto com porta e janella lateraes. O quintal nos fundos mede 5m 80 de comprimento, tendo ali locados privada, tanque e um pequeno barracão de madeira; e avaliado em 8:000\$; predio de sobrado á rua do Pinheiro n. 12, freguezia da Gloria, de platibanda, construido de pedra, cal e tijolo, tendo porta e duas janellas na frente do pavimento

terreo e três janellas de sacadas corridas no andar superior; no corpo principal tem 5m 45 de largura por 13m 20 de comprimento, dividido o andar terreo em corredor ao lado, sala de visitas, alcova, vestibulo e sala de jantar com porta para uma area ladrilhada, e no andar superior duas salas e dous quartos, todos com janellas, e um puxado medindo 9m 95 de comprimento por 3m 70 de largura, dividido em saleta, despensa, um quarto e cozinha, todos com janellas para uma area lateral cimentada. Tem nos fundos do terreno reservada e tanque; e terreno do puxado mede 2m 70 de comprimento por 5m 45 de largura, avaliado em 22:000\$; terreno á rua Cachamby, Meyer, freguezia do Engenho Novo, medindo 16m 50 de largura, por 9m 60 de comprimento por um lado e 91m 8 por outro lado, avaliado em 2:000\$; o terreno acima descripto está situado entre os numeros 24 A e 26 antigo, ou 192 e 204 moderno da dita rua Cachamby; total da avaliação 52:000\$, que, com o abatimento legal de 20 %, fica reduzido a 41:600\$, preço por que vão a esta 3ª praça, e caso não haja licitantes serão os referidos bens vendidos em leilão pelo maior lance que se obtiver. E quem os ditos bens quizer comprar, deverá comparecer nos referidos dia, hora e local acima designados a fim de ter logar a praça, que será feita mediante pagamento á vista ou fiança idonea por tres dias. E para constar passaram-se este e outros de igual teor, que serão publicados e afixados, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, em 1º de abril de 1910. E eu, Dario Teixeira da Cunha, escrivão, subscrevi.—*Torquato Baptista de Figueiredo.*

Juizo da Quinta Pretoria

De citação, com o prazo de 20 dias, ao réo Marcelino Victorio de Oliveira Guimarães

O Dr. Alfredo de Almeida Russell, juiz da 5ª pretoria do Districto Federal, etc.:

Faz saber a Marcelino Victorio de Oliveira Guimarães que, por parte da justiça publica, foi offerecida denuncia, pela qual está sendo processado, como incurso no no art. 303 do Código Penal, e como não tenha sido encontrado, para ser pessoalmente citado, pelo presente o cito, com o prazo de 20 dias, sob pena de revelia, a comparecer neste juízo, á rua dos Invalidos n. 158, para se ver processar e offerecer defesa, ficando desde logo citado para todos os demais termos do processo, até final sentença. As audiências, neste juízo, são em todos os dias uteis, ás 12 horas. E para que chegue ao seu conhecimento, mandou passar o presente e mais outros, que serão publicados em logares publicos e pela imprensa. Dado e passado nesta Capital Federal, aos 2 de abril de 1910. Eu, Alberto Toledo Bandeira de Mello, escrivão, o subscrevi.—*Alfredo de Almeida Russell.*

Juizo da Setima Pretoria

De citação ao réo José Camillo da Silva, com o prazo de 20 dias

O Dr. João Biarque de Lima, juiz da 7ª Pretoria do Districto Federal, etc.:

Faz saber que pelo presente é citado o chamado o réo José Camillo da Silva, ex-praça da Força Policial, para comparecer nesta pretoria, á rua Farani n. 4, sobrado, dentro do prazo de 20 dias, afim de se ver processar pelo crime do art. 306 do Código Penal, em virtude de denuncia do Dr. promotor publico adjunto, sob pena de ser processado e julgado á sua revelia. Do que mandou passar o presente, para ser afixado e, por cópias, junto aos autos e publicado. Dado e passado nesta cidade do Rio de Ja-

ngiro, aos 2 de abril de 1910. Eu, Silvestre Santos, escrivão interino, o escrevi. — João Buarque de Lima.

Juizo da Oitava Pretoria

De citação de credores incertos, com o prazo de 10 dias, na forma abaixo

O Dr. Luiz Augusto de Carvalho e Mello, juiz da 8ª Pretoria, etc :

Faço saber aos que o presente edital de citação de credores incertos, com o prazo de 10 dias virem ou d'elle noticia tiverem, que, tendo Rezende & Comp., na execução que movem, por este juizo, contra Alberto Pacheco, penhorado a quantia de 782\$350, em moeda corrente, para pagamento do principal, juros e custas da referida execução, cuja quantia se acha depositada no cofre dos Depósitos Publicos, e como tenha o exequente requerido expedição de editaes convocando credores incertos para disputar preferencia sobre a alludida quantia ; em virtude do que cito e chamo aos credores incertos para, dentro do prazo de 10 dias, comparecerem neste juizo para o fim acima mencionado, sob pena de, passado o dito prazo, expedir-se mandado de levantamento a favor do exequente. E para que a noticia chegue ao conhecimento de todos, mandei passar o presente edital e outro de igual teor, que serão publicados e afixados, na fôrma da lei. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, em 1 de abril de 1910. —Eu, Manoel Rodrigues de Carvalho, escrivão interino, o escrevi. —Luiz Augusto de Carvalho e Mello.

RENDAS PUBLICAS

ALFANDEGA DO RIO DE JANEIRO

Renda do dia 2 de abril de 1910 :		
Em ouro....	131:526\$748	
Em papel....	204:294\$693	310.821\$141
Renda arrecadada de 1 a 2 de abril de 1910.....		
	710:901\$048	
Em igual periodo de 1909..		
	531:014\$595	
Diferença a maior em 1910		
	209:886\$453	

RECEBEDORIA DO DISTRICTO FEDERAL

Renda do dia 2 de abril de 1910

Interior.....	65:115\$996	
Consumo :		
Fumo.....	1:403\$000	
Bebidas.....	11:866\$000	
Calçado.....	1:107\$000	
Perfumarias...	792\$000	
E. pharmaceuticas.....	1:134\$000	
Vinagre.....	300\$000	
Conservas.....	159\$000	
Chapéos.....	2:417\$000	
Tecidos.....	9:881\$500	
Bengalas.....	100\$000	
Registro.....	1:161\$000	30:116\$500

Extraordinaria.....	5:657\$542	
Deposito.....	33\$000	
Renda com applicação especial.....		
	440\$000	

Renda do dia 1 de abril de 1910.....	101:363\$439	
	100:761\$762	
	211:125\$203	

Em igual periodo de 1909....	134:294\$303	

NOTICIARIO

Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado — Terceira sessão ordinaria realizada em 31 de março de 1910 — Presidente, Dr. José de Oliveira Coelho; secretario, Antonio de Salles Belfort Vieira.

A's 3 horas da tarde, presentes os Srs. Drs. Oliveira Coelho, Moraes Jardim, Guimarães Natal, Nery Ferreira, Martins Seixas, Ribeiro de Almeida e Belfort Vieira, o Sr. presidente declara aberta a sessão.

E' lida, posta em discussão e sem debate approvada a acta da sessão anterior, realizada em 25 de fevereiro ultimo.

E' lido e distribuido ao Sr. Martins Seixas o balancete do mez de janeiro ultimo, do qual se verifica haver um saldo em dinheiro de 32:873\$343 e de 8.101:700\$ em apolices da divida publica.

E' igualmente lido e distribuido ao Sr. Dr. Nery Ferreira o balancete do mez de fevereiro findo, do qual se verifica haver um saldo em dinheiro de 36:643\$912 e de 8.101:700\$, em apolices da divida publica.

O Sr. presidente informa que sob proposta do Sr. delegado fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Espirito Santo nomeou para fazerem parte da respectiva junta medica os Srs. Drs. Antonio Gomes Aguirre, Dúclia de Aguiar e João Serdello dos Santos Souza.

Passando a discutir os processos sujeitos á sua deliberação, resolveu a directoria :

Inscrição de socios.—Admittir como socios contribuintes os Srs. Dr. Luiz Cantanhede de Carvalho e Almeida, instituindo a pensão annual de 3:600\$, pelo regimen da tabella n. 1, effectuando o pagamento de suas contribuições em 12 prestações mensaes com o augmento de 3 %; Francisco de Abreu e Lima Junior e Arlindo Gomes Ribeiro da Luz ás de 1:800\$, pelo regimen da tabella n. 2, effectuando igualmente os pagamentos de suas contribuições em prestações mensaes e com o augmento de 3 %, ficando a inscripção do Dr. Arlindo G. Ribeiro da Luz, dependente do reconhecimento da firma do padre que passou e assignou a sua certidão de idade.

Concessão de pensões.—Foram concedidas as seguintes :

De 25 \$, a D. Francisca Elisa Silveira da Costa e igual importancia a sua filha D. Lavinia Otília da Costa Moellmam, viuva e filha do contribuinte Alfredo Theotônio da Costa, a partir de 25 de novembro do anno proximo passado, data do seu fallecimento :

De 200\$, repartidamente a DD. Ida e Idalina Riqueira Cavalcante, filhas do finado contribuinte Dr. João Barbalho de Uchôa Cavalcante, e a partir de 30 de outubro do anno passado data do seu fallecimento, reservando-se outras 3/5 partes para deferir entre os demais requerentes, quando regularmente se habilitarem ;

De 1:200\$ a D. Ida Jansen Pereira de Mello e igual importancia a seus filhos Irah, Eder e Milton, viuva e filhos do contribuinte Dr. Eduardo Jansen de Mello e a partir de 12 de outubro de 1909, data de seu obito.

Reversão de pensão —Conceder, repartidamente, a DD. Aurola Carolina, Adelia Julia, Raymunda Virginia e Carolia L. de Carvalho Cantanhede, a metade da pensão que percebia sua finada mãe, na importancia de 500\$000.

Pensão vencida — Mandar pagar :

Ao Dr. João Baptista Pereira Velloso, inventariante dos bens do finado contribuinte Serafim Francisco Gonçalves, a pensão vencida e não recebida pelo mesmo e relativa ao periodo de abril a 4 de julho de 1907, na importancia de 130\$540 ;

A Raphael José dos Reis, procurador de viuvo da finada pensionista D. Victoria Lis-

boa Carneiro, a pensão vencida e não recebida pela finada, no periodo de julho a 25 de setembro de 1909, na importancia de 82\$926.

Deliberações diversas —Indeferir os requerimentos :

De D. Amanda Burlamaqui de Abreu e seus filhos menores, viuva e filhos do Dr. Anísio Auto de Abreu, mandando-se restituir a quantia com que o finado contribuinte entrou para os cofres do montepio ;

De João José dos Santos, pedindo a sua admissão como contribuinte, visto ter deixado de juntar sua certidão de idade em original ;

De D. Henriqueta Leite da Silva, pedindo reversão de parte da pensão que percebia sua finada mãe, visto ter deixado de provar ser a supplicante a unica herdeira de sua mãe, com direito a pensão ;

De Nemesio de Seixas Cunha, procurador do curador da pensionista D. Delphin Berredo Mendes Pereira, visto não apresentar certidão de vida da curatelada e a prova de exercer ainda hoje o cargo do curador ;

De João Augusto da Rosa, por não se poder applicar a disposições dos Estatutos actuaes, s não as contribuições que tenham sido calculadas, pelas tabellas que baixaram com os Estatutos de 1903 ;

De D. Luiza Candida Soares de Meirelles, pedindo continuar a receber a pensão do interdito Jacintho Rodrigues Pereira Reis.

—Autorizar a restituição de 60\$, que de mais pagou em suas annuidades em diversos trimestres, ao contribuinte Antonio Vieira da Rocha.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente levanta a sessão ás 4 1/2 da tarde.

Thesouro Nacional — 2ª Pagadoria—Terceiro dia util—Pagam-se amarradas folhas do pessoal da Estrada do Ferr. Rio D'Ouro e Xerom, Faculdade de Medicina, Laboratorio Nacional de Analyses, Serventurarios do Culto Catholico, Instituto Benjamin Constant e de Musica, Policia 2ª parte, Guarda Civil, Escola 15 de Novembro, Casas de Correção e Detenção, Escola de Bellas Artes e Montepio Civil da Fazenda.

Escola Polytechnica—O resultado dos exames hoje effectuados foi o seguinte :

Mathematica para admissão — Approvados, plenamente, Roberto Cardoso, gráo 6. Um retirou-se. Houve dois reprovados.

Desenho geometrico para admissão—Approvados: plenamente, Eugenio Hime, gráo 7, Mario de Souza Carvalho e Octavio de Azevedo Ferreira, gráo 6; simplesmente, Raul Zenha de Mesquita e Armando Bernardes, gráo 2. Houve um reprovado.

Curso de engenharia Civil (Regulamento de 1901).—Aula do 1º anno (Desenho de estradas)— Approvado plenamente, gráo 7, João Victor Pacheco.

Correio — Esta repartição expedirá malas pelos seguintes paquetes :

Hoje :
Pelo *Murupy*, para portos de Espirito Santo e Caravellas, recebendo impressos até ás 5 horas da manhã, cartas para o interior até ás 5 1/2 e ditas com porte duplo até ás 6.

Pelo *Ruapehú*, para Londras, Plymouth e Tenriffe, recebendo impressos até á 1 hora da tarde, cartas para o exterior até ás 2 e objectos para registrar até ás 12 da manhã.

Pelo *Dunholme*, para Santos, recebendo impressos até ás 9 horas da manhã, cartas para o interior até ás 9 1/2 editas com porte duplo até ás 10.

Pelo *Re Umberto*, para Genova, recebendo impressos até ás 10 horas da manhã, cartas para o exterior até ás 11 e objectos para registrar até ás 9.

Directoria de Meteorologia e Astronomia—Secção de Meteorologia e Phisica do Globo— Observações meteorologicas simultaneas a 0 h. m. de Greenwich (9h. 07.^m a. t. m. do Rio)—Rio de Janeiro, 1 de abril de 1910.

ESTAÇÕES	Pressão ao nível do mar	TEMPERATURA			Tensão do vapor	VENTO		Estado do céu	Estado do tempo e phenomenos diversos
		A' sombra	Maxima da vespera	Minima da vespera		Direcção	Força		
	^m / _m	°	°	°	^m / _m				
Belém.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Fortaleza.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Quixeramobim.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Natal.....	761.6	28.6	29.7	21.5	22.1	ESE	5	Quasi nublado	Bom
Parahyba.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Recife.....	761.2	27.6	28.4	22.1	22.2	S	4	Quasi limpo	Bom
Joazeiro.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Aracaú.....	761.9	26.1	?	?	22.2	SSE	4	Nublado	Bom
S. Salvador.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ondina.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Caetité.....	760.3	20.0	29.1	17.0	15.0	ESE	8	Nublado	Máo
Ilhéos.....	762.9	29.2	30.2	22.4	21.0	SE	2	Meio nublado	Incerto
Cuyabá.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Montes Claros.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Uberaba.....	761.01	25.0	28.1	20.5	17.8	NE	2	Limpo	Bom
Victoria.....	761.4	26.5	31.1	23.2	21.7	NE	2	Limpo	Bom
Franca.....	761.4	23.4	30.1	16.8	12.4	N	2	Limpo	Bom
Ribeirão Preto.....	761.9	22.7	31.7	16.4	16.3	NE	1	Limpo	Bom
Barbacena.....	761.7	21.2	23.1	17.0	14.4	Calma	0	Limpo	Cart
Juiz de Fora.....	764.5	20.4	29.1	16.7	13.3	N	2	Limpo	Bom
S. Carlos do Pinhal.....	761.4	24.6	29.0	15.4	15.9	Calma	0	Quasi limpo	Bom
Rio Claro.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
S. Paulo dos Agudos.....	761.0	22.0	34.0	19.0	16.5	Calma	0	Limpo	Bom
Piracicaba.....	761.6	23.2	31.0	18.0	16.8	Calma	0	Meio nublado	Bom
Capital (Rio).....	760.3	27.0	30.8	22.5	19.2	ENE	1	Quasi limpo	Bom
Campinas.....	761.5	21.8	29.4	16.0	15.3	Calma	0	Quasi limpo	Bom
Taubaté.....	761.3	23.8	29.3	18.4	15.3	SE	1	Quasi nublado	Incerto
Tatuly.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
S. Paulo.....	764.0	19.0	29.0	17.2	13.5	E	1	Quasi limpo	Incerto
Santos.....	761.8	25.7	27.8	22.6	18.7	N	1	Limpo	Bom
Faxina.....	762.0	20.8	32.0	16.9	15.6	Calma	0	Meio nublado	Incerto
Iguape.....	760.5	23.0	30.0	20.4	15.6	NW	2	Meio nublado	Incerto
Guarapuava.....	759.8	22.2	27.5	15.5	15.0	N	2	Meio nublado	Bom
Curitiba.....	761.1	19.8	28.7	16.0	14.9	Calma	0	Meio nublado	Bom
Paranaguá.....	761.0	21.5	31.0	22.5	20.0	SSW	1	Meio nublado	Bom
Blumenau.....	760.3	?	31.0	21.0	?	SE	1	Quasi limpo	Bom
Florianopolis.....	762.0	23.8	26.6	21.0	18.2	S	2	Meio nublado	Bom
Posadas.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Corrientes.....	+ 762.6	21.0	30.0	19.0	16.8	SE	2	Nublado	—
Itaquy.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Santa Maria.....	760.3	22.0	24.5	21.5	17.9	E	4	Quasi limpo	Bom
Porto Alegre.....	762.7	24.3	28.0	21.5	17.4	ENE	3	Nublado	Incerto
Cordoba.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Bagé.....	765.5	20.0	22.0	19.0	14.1	S	3	Nublado	Incerto
Rio Grande.....	762.3	20.4	26.2	19.2	16.5	E	1	Nublado	Máo
Mendoza.....	+ 765.4	14.0	21.0	6.0	8.0	Calma	0	Quasi limpo	—
Rosario.....	+ 761.7	19.0	27.0	15.0	14.8	S	2	Meio nublado	—
Montevideo.....	762.9	18.0	19.4	14.0	11.4	NE	1	Quasi limpo	Incerto
Buenos Aires.....	+ 763.6	17.0	26.0	12.0	14.4	SW	2	Nublado	—

OCCURENCIAS

Em S. Paulo choveu hontem á noite. Em Santos choveu e relampejou na madrugada de hoje. Em Guarapuava choveu durante a tarde e noite de hontem, trovejando ao NW. Chuva 80^m/m³. Em Curitiba choveu, trovejou e relampejou hontem á tarde e á noite.

As temperaturas minimas de hontem verificaram-se : em Montevideo com 11°4 e em Franca com 12°4.

As observações com este signal + são de hontem.

Observatorio Nacional—Directoria de Meteorologia e Astronomia—Boletim Meteorologico—Dia 31 de março de 1910.

Horas	Barometro a Cº	Temperatura centigrada	Tensão do vapor	Humidade relativa	Ventos		Céo		Phenomenos diversos
					Velocidade	Direcção	Quantidade	Nuvens	
1 a. m.	751.9	24.2	18.0	80	3.8	ENE	10	CK. K. KN	
2 a. m.	756.3	24.0	17.9	80	3.0	ENE			
3 a. m.	756.1	23.8	18.0	82	3.2	NNE			
4 a. m.	755.9	23.8	18.2	83	2.9	NNE	0		
5 a. m.	756.0	23.5	17.9	83	1.0	NNE			
6 a. m.	756.2	22.9	17.1	82	3.2	NNE			
7 a. m.	756.5	23.6	18.0	83	2.0	NE	2	CS. K. CK	
8 a. m.	756.8	24.6	18.1	79	2.8	NNE			
9 a. m.	757.0	25.3	17.9	74	2.4	NNE	2	K. CK	
10 a. m.	757.0	26.3	17.9	70	3.1	NNE	0		
11 a. m.	756.1	26.8	18.5	71	4.0	NNW			
1/2 dia.	755.7	28.3	18.2	63	3.2	E-NE	1	C. K. S	
1 p. m.	755.0	29.4	17.7	58	4.2	NNE	1	C. K	
2 p. m.	754.3	29.4	19.5	64	5.0	ENE			
3 p. m.	753.9	29.6	19.7	64	4.3	ENE	1	C. K	
4 p. m.	753.9	30.7	18.7	56	4.5	ENE	1	C. K	
5 p. m.	753.8	29.9	19.6	62	4.8	NNE			
6 p. m.	753.4	29.9	19.9	63	0.0	Calma			
7 p. m.	753.4	29.6	18.0	59	0.9	Calma	3	C. K	
8 p. m.	753.6	28.4	19.8	69	0.0	Calma			
9 p. m.	751.1	27.6	20.8	75	0.0	Calma			
10 p. m.	754.2	27.4	20.5	75	0.0	Calma	3	C. K	
11 p. m.	751.3	27.0	21.1	80	0.0	Calma			
1/2 noite.	751.3	26.6	19.8	77	0.0	Calma			
Médias....	755.20	26.33	18.78	72.2	2.4		2.2		

Temperatura: maxima 30.8 às 4 1/4 T.; minima 22.5 às 6 1/4 M. Evaporação em 24 horas 2.4. Ozona: 7 hs. m. 0; 7 hs. n. 1. Chuva cahida: 7 hs. manhã 0.00; 7 hs. noite 0.00. Total em 24 horas 0.00. Horas de insolação 10 hs. 62—10 hs. 37 m.

EDITAES E AVISOS

Internato Nacional Bernardo de Vasconcellos

Relação de candidatos inscriptos para o exame de admissão ao 1º anno :

1. Alfredo da Silva Fontes.
2. Alipio Salles Pessoa.
3. Alvaro Piedras Moreira.
4. Amador Pinheiro de Barros Filho.
5. Amarylio Campos de Mattos.
6. Americo Marcondes do Amaral.
7. Antonio da Silveira Santos.
8. Aristides Burget Fortes.
9. Arthur da Costa Machado.
10. Arthur da Motta Pereira.
11. Ary de Lima.
12. Astianax Leonidas de Campos.
13. Atila Machado.
14. Augusto da Costa Pimenta.
15. Augusto Pinto de Moraes.
16. Billino Lamcira Bittencourt.
17. Carino Alberto do Espirito Santo.
18. Carlos Alberto do Espirito Santo Filho.
19. Carlos Lacombe.
20. Clovis Timotheo da Costa Azevedo.
21. Djalma Dias Ribeiro.
22. Djalma Galvão de Souza.
23. Edgard de Carvalho e Silva.
24. Ernesto Medeiros Martins.
25. Euripedes Chaves de Oliveira.
26. Everardo Luiz Alvares da Cruz.
27. Flcristiano Franco de Faria.
28. Fontenelle da Silveira Santos.
29. Francisco Alexandre da Costa.
30. Francisco Fragoso Filho.
31. Francisco Gonçalves de Aguiar.
32. Francisco de Oliveira Couto Rabello Filho.

33. Francisco Xavier de Oliveira.
34. Gentil Gomes Camargo.
35. Gilberto Joyce Paranhos da Silva.
36. Gualter da Silva Porto.
37. Henrique Gurruti Pessoa.
38. Henrique Pinto de Moraes.
39. Hildebrando Drago.
40. Horacio Piedras Moreira.
41. João da Paz Gonçalves Pereira.
42. João Elisario Nunes Pombo.
43. João Irineu Vidal.
44. Joaquim Antunes Figueiredo Meirelles.
45. Joaquim Theophilos de Azevedo Cruz.
46. José Augusto Laranja.
47. José da Costa Pimenta.
48. José Lopes Arcias Netto.
49. Julio de Souza Pimentel.
50. Jurandyr José Alvares da Fonseca.
51. Lahyre Coutinho de Moraes.
52. Lauro Corrêa de Britto.
53. Leopoldo Dias da Costa.
54. Luiz Fernandes Góes.
55. Luiz Napoleão do Amaral.
56. Manoel Izidoro Vieira.
57. Manoel Sampaio de Oliveira.
58. Mario Schmidt.
59. Maurillo da Costa Coimbra.
60. Maximiano José Gomes Paiva.
61. Miguel Augusto Teixeira Franco.
62. Mozart Soares.
63. Nelson Carlos de Mello e Souza.
64. Niso de Vianna Montesuma.
65. Octacilio Horta Soares.
66. Olyntho Madeira dos Santos.
67. Oscar Penna Fontenelle.
68. Oswaldo Monteiro de Barros.
69. Padroeiras Ferreira Couto.
70. Paulo Duarte Fontenelle.
71. Paulo José de Oliveira Filho.
72. Paulo Mario de Sá Freire.
73. Renato Luiz de Azevedo Costa.

74. Roberto Pinheiro.
  75. Rubens Rego de Serra Martins.
  76. Sival Graça.
  77. Valentim Alves Ferreira.
  78. Valentim Coelho Portas Junior.
  79. Waldemar Coelho da Silva.
  80. Waldemar de Castro Fretz.
  81. Wenceslau Lima da Fonseca.
  82. Zeferino Justino da Silva Meirelles.
- Segunda-feira, 4, ás 9 horas, serão chamados á prova escripta todos os candidatos acima mencionados.

Secretaria do Internato Nacional Bernardo de Vasconcellos.—*Sylvio Bevilacqua*, secretario.

Externato Nacional Pedro II

EXAMES DE ADMISSÃO

Segunda-feira, 4 do corrente, ás 9 horas da manhã, serão chamados a provas oraes: Oscar Fernandes de Faria Machado, Nelson Ferreira de Carvalho, Octavio Barbosa de Souza, José Pinto de Miranda, Waldemar Vieira de Bulhões Carvalho, Hermelino Emilio de Leão e Silva, Nelson Maia Faria, Antonio Aeylino da Silveira, Eurico Ernesto de Seixas, Aristides da Rocha Bastos, Pedro do Couto Junior, Othon Vieira, Mario do Mendonça, Francisco Cossenza e Ary Cesar de Souza Pinto.

EXAMES DE MADUREZA

Segunda-feira, 4 do corrente, ás 11 horas da manhã, serão chamados a provas oraes de linguas vivas: Francisco Xavier Rodrigues de Souza, Armando Savio, Mario do Verney Campello e Mario Gomes de Oliveira; turma supplementar, João Berquó Fernandes Coelho e Manoel Valdemiro de Macedo.

**EXAMES GERAES DAS MATERIAS NECESSARIAS
A MATRICULA NO CURSO DE PHARMACIA**

Terça-feira, 5 do corrente, ás 2 horas da tarde, serão chamados a provas orais de linguas: Inah Amaral, Herculano Pires de Sá, Ernani Lomba, Alvaro Pinto de Souza Vargas e Francisco Dias Filho.

Secretaria do Externato Nacional Pedro II, 2 de abril de 1910.—*Paulo Tavares*, secretario.

**Hospicio Nacional de Alienados
CONCURSO**

De ordem do Sr. Dr. Director do Hospicio Nacional de Alienados, acha-se aberta na Secretaria deste estabelecimento, das 10 1/2 horas da manhã ás 2 1/2 da tarde, da presente data até o dia 30 do corrente, a inscripção para o concurso a tres logares no internato da clinica do referido manicómio.

Para serem inscriptos, os candidatos deverão requerer ao respectivo director, apresentando comprovações de:

- a) ser alumno da Faculdade de Medicina, approved pelo menos no 3º anno medico;
- b) não soffrer de molestia contagiosa;
- c) ter conducta regular.

As provas do concurso, escripta, oral e pratica, versarão sobre anatomia e physiologia do systema nervoso e pathologia nervosa ou mental.

Secretaria do Hospicio Nacional de Alienados, 1 de abril de 1910.—*João Mello Mattos*.

Directoria Geral de Saude Publica

INFRAÇÕES DO REGULAMENTO SANITARIO

Foram intimados a satisfazer nesta directoria geral, no prazo de cinco dias, as multas que lhes foram impostas, ou, findo esse prazo, se verem processar de accordo com o regulamento sanitario:

Pola 2ª delegacia de saude:

D. Maria Amelia Santos Costa, encontrada á rua dos Araujos n. 77, multada em 200\$, por não ter cumprido o termo de intimação n. 19.630 para demolição de dous barracões existentes á rua D. Luiza s/n, antigo n. 52, infringindo o art. 91 do citado regulamento;

Antonio Gonçalves Reis, socio da firma commercial Gonçalves, Zenh & Comp., encontrado á rua 1º de Março n. 83, responsável pelo predio á rua do Catete n. 337, multado em 200\$, por não ter cumprido o termo de intimação n. 3.783 para fechamento do referido predio, infringindo o § 4º do art. 98 do citado regulamento;

Dr. Feliciano Pinheiro Bittencourt, encontrado á rua D. Anna Nery n. 360, multado em 200\$, por ter alugado o predio de sua propriedade da rua Pedro Americo n. 149, moderno, sem ter communicado a vacancia do mesmo á delegacia de saude, infringindo o paragrapho unico do art. 87 do citado regulamento.

Secretaria da Directoria Geral de Saude Publica, 3 de abril de 1910.—O secretario interino, *M. Pragana*.

De ordem do Sr. Dr. director geral interino, convido os proprietarios ou arrendatarios dos predios abaixo designados, ou seus legitimos procuradores, a comparecerem no dia e hora infra indicados, nos referidos predios, afim de assistirem á visoria sanitaria que nelles vao ser effectuada, sob as penas da lei:

- Rua Corrêa Dutra n. 29 (moderno), dia 7 do corrente, ao meio dia;
Rua Corrêa Dutra n. 37 (moderno), dia 7 do corrente, ás 12 1/2 horas da tarde;

Rua Corrêa Dutra n. 8) (moderno), dia 7 do corrente, á 1 1/2 hora da tarde;

Rua da Lapa n. 19 (moderno), dia 8 do corrente ao meio dia;

Rua da Lapa n. 74 (moderno), dia 8 do corrente ás 12 1/2 horas da tarde;

Rua Moraes e Valle n. 35 (moderno), dia 8 do corrente á 1 hora da tarde;

Rua Joaquim Silva n. 35 (moderno), dia 8 do corrente á 1 1/2 hora da tarde;

Rua Joaquim Silva n. 37 (moderno), dia 8 do corrente ás 2 horas da tarde;

Rua Joaquim Silva n. 73 (moderno), dia 8 do corrente ás 2 1/2 horas da tarde.

Secretaria da Directoria Geral de Saude Publica, 2 de abril de 1910.—O secretario interino, *M. Pragana*.

Escola Polytechnica

De ordem do Sr. Dr. director da escola, faço publico para conhecimento dos interessados que, segunda-feira, 4 do corrente, ás 12 horas da manhã, serão chamados para prova oral os seguintes senhores:

Desenho geometrico para admissao

Frederico de Avila Bittencourt Mello.
Moacyr Mulheiros Fernandes Silva.
Oswaldo Soares.
Joaquim Antonio Corrêa de Miranda.
Gabriel Alvares Barata.
Henrique David de Sanson Junior.

Turma suplementar

Grieco Costa Rodrigues.
Francisco José Diniz de Abanches.
João de Moraes Falcão.
Albano Pinto da Fonseca Marques.
José de Saldanha.
Arminio Carlos da Silva.

Nota — A's 11 horas dar-se-ha ponto para a primeira parte da prova graphica de desenho do 1º anno do curso fundamental.

Secretaria da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, 2 de abril de 1910.—O secretario, *João Cancio Pavao*.

Directoria do Patrimonio Nacional

AFORAMENTO DAS TERRAS DA FAZENDA NACIONAL DE SANTA CRUZ, SITUADAS NO LOGAR DENOMINADO PÃO CHEIROSO, FREGUEZIA DO BANANAL, ESTADO DO RIO DE JANEIRO

De ordem do Sr. Dr. director, faço publico que, ten-lo Joaquim Mariano de Moura requerido por aforamento as terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz, com a área de 4.183.100 metros quadrados ou cerca de 83,5 alqueires geometricos, situadas no logar denominado Pão Cheiroso, freguezia do Bananal, municipio de Itaguahy, Estado do Rio de Janeiro, nas quaes possui valiosas benfeitorias, serão recebidas, dentro do prazo improrogavel de 30 dias, a contar da data do presente edital, quaesquer reclamações, devidamente documentadas, dos que se julgarem interessados á referida concessão ou ás alludidas benfeitorias, sendo que depois de findo o mencionado prazo a nenhuma se attenderá.

Sub-Directoria Technica da Directoria do Patrimonio, 10 de março de 1910.—*Christino do Valle*, sub-director.

AFORAMENTO DE DIVERSOS TERRENOS DA FAZENDA NACIONAL DE SANTA CRUZ, ONDE EXISTEM BENFEITORIAS

De ordem do Dr. director, faço publico que, ten-lo Maria Candida Ferreira e Maria José Ferreira requerido por aforamento o lote n. 58, á rua Dr. Felipe Cardoso, ou Estrada Geral de Santa Cruz; Candido Caé-

tano Barcellos o lote n. 45, á avenida Carmen; Antonio da Cruz Estanislão, o lote n. 24, á rua do Quartel; Florinda Antonia do Espirito Santo, o lote n. 26, á rua Sete de Setembro; Maria Candida das Dores, o lote no Alto do Café; Vital Lopes de Souza, o lote n. 27, á avenida Isabel, e Francisco de Andrade, o lote n. 5, á rua Sete de Setembro, todas na Fazenda Nacional de Santa Cruz e nos quaes os requerentes tem respectivamente benfeitorias, são convidados, dentro do prazo de 30 dias, a contar da data do presente edital, os que porventura tiverem quaesquer reclamações a fazer contra o aforamento dos referidos terrenos, a apresentalas no prazo deste edital, devidamente documentadas, porquanto depois do findo o mesmo a nenhuma se attenderá.

Sub-Directoria Technica, 2 de abril de 1910.
Christino do Valle, sub-director.

Imprensa Nacional

CONCURSO PARA OS LOGARES DE SUPPLENTES DE CONFERENTES DA REVISÃO DO «DIARIO DO CONGRESSO»

De ordem do Sr. Dr. director geral, faço publico para conhecimento dos interessados, que as provas deste concurs serão realizadas no dia 4 de abril proximo vindouro, ás 3 horas, na sala da revisão do *Diario Official*. Haverá uma só turma, pelo que deverão comparecer todos os inscriptos.

Secção Central, 28 de março de 1910.—O chefe de secção, *J. S. do Pillar Filho*.

Lista dos candidatos a que se refere o edital supra

1. Alvaro Corrêa Bastos Junior.
2. Antonio Nogueira de Almeida Cunha.
3. Arnaldo Tinoco.
4. Americo Luiz Homem.
5. Antonio Domingos Costa.
6. Annibal Siboya Lima.
7. Antonio da Cunha Gonçalves.
8. Antenor José Ferreira Geção.
9. Antonio Freire de Azevedo.
10. Antonio Oswaldo Leitão.
11. Antonio Pereira Leitão Sobrinho.
12. Alvaro Soares de Souza e Mello.
13. Benedito Barros.
14. Clovis Figueira de Aquino.
15. Clovis de Brito.
16. Cicero Pereira de Macedo.
17. Christiano Das Lopes.
18. Cicero Werneck Machado.
19. Diogenes Pereira da Silva Junior.
20. Dorinato de Oliveira.
21. Eurico de Mattos.
22. Euclides Deslandes.
23. Eurico de Mello Brandão.
24. Euzenio Costa.
25. Estasio Guaraná.
26. Eugenio Damasceno Vieira.
27. Edmundo de Araujo Filho.
28. Fernando de Oliveira Abreu.
29. Francisco Saldanha.
30. Godofredo Franco de Faria.
31. Gumersindo de Souza Mendes Grillo.
32. Horacio Teixeira Pinto.
33. Henrique de Lacerda Troise.
34. Heitor J. Belache.
35. Isolino Leal.
36. João de Freitas Pitombo.
37. José Nelson Noronha de Oliveira.
38. Joaquim Gonçalves Pereira.
39. José Marques Pires.
40. Julio Arinando.
41. João Evangelista Baptista Pereira.
42. João José Fernandes de Souza.
43. José Maria S. Pinto.
44. Justino A. Pereira Junior.
45. Justiniano de Mello e Silva Filho.
46. José Francisco Monção.

47. João de Abreu.
48. Julio Pio Teixeira Bastos.
49. Jeronymo Lucio de Almeida Lopes.
50. Luiz Antonio de Souza Neves Filho.
51. Leicínio Abdon.
52. Luiz José Pereira Bastos.
53. Leonardo Borges.
54. Lino Luiz Teixeira Campos.
55. Luiz Menezes.
56. Manoel Victor de Castro.
57. Mario da Silva Jorge.
58. Mario Simonsen.
59. Mario da Cunha Duque-Estrada.
60. Mario Rosa.
61. Olavo Manhães Burreto.
62. Octacilio de Alcantara Ramalho.
63. Octavio Angrense Pires.
64. Octavio Francisco Ferreira.
65. Othon de Figueiredo Baena.
66. Primo Isolino Alonso.
67. Plinio Barbosa Lima.
68. Raul Linlgren.
69. Sylvio de Souza e Silva.
70. Setintz Rocha.
71. Torquato Rosa Moreira Junior.
72. Theophilo de Britto Chaves.
73. Thomaz Xavier de Oliveira.
74. Tycho Bualho de Araujo Machado.
75. Victor de Magalhães Bastos.
76. Vicente de Saboya Lima.

Alfandega do Rio de Janeiro

EDITAL COM O PRAZO DE 30 DIAS

De ordem da inspectoría desta Alfandega se faz publico que, achando-se as mercadorias contidas nos volumes abaixo mencionados no caso de serem arrematadas para consumo, os seus donos ou consignatarios deverão despachal-as e retirá-las no prazo de 30 dias, sob pena de, findo este, serem vendidas por sua conta nos termos do tit. 6º, cap. 5º da Consolidação das leis das alfandegas, sem que lhes fique o direito de allegar contra os efeitos da venda.

Trapiche das Docas Nacionais—Manifesto n. 747, marca RTD—B, 1 quinto sem numero, vindo de Hamburgo no vapor allemão *Petropolis*, descarregado em 3 de agosto de 1909, consignado ao ministro do Uruguay.

Manifesto n. 747, marca RTD—T, 1 quinto sem numero, vindo de Hamburgo no vapor allemão *Petropolis*, descarregado em 3 de agosto de 1909, consignado ao ministro do Uruguay.

Manifesto n. 747, marca GF—F: 2 1/2 pipas sem numero, vindas de Hamburgo no vapor allemão *Petropolis*, descarregados em 3 de agosto de 1909, consignadas ao ministro do Uruguay.

Manifesto n. 747, marca GF—F: 2 quintos sem numero, vindos de Hamburgo no vapor allemão *Petropolis*, descarregados em 3 de agosto de 1909, consignados ao ministro do Uruguay.

Manifesto n. 747, GFB: 3 quintos sem numero, vindos de Hamburgo no vapor allemão *Petropolis*, descarregados em 3 de agosto de 1909, consignados ao ministro do Uruguay.

Manifesto n. 783, marca DC: 7 quartolas sem numero, vindas de Marsella no vapor francez *Espagne*, descarregadas em 9 de agosto de 1909, consignadas ao ministro do Uruguay.

Manifesto n. 792, marca CP: 50 quintos sem numero, vindos de Liverpool no vapor inglez *Cavour*, descarregados em 14 de agosto de 1909, consignados a Carvalho Porto & Comp.

Manifesto n. 788, marca NZC: 1 1/2 quartolla sem numero, vindas de Marsella no vapor francez *Espagne*, descarregadas em 9 de agosto de 1909, consignadas a Nicola Zagari & Comp.

Manifesto n. 813, marca GAC: 5 quintos sem numero, vindos de Barcelona no vapor hespanhol *Miguel Gallat*, descarregados em 18 de agosto de 1909, consignados a G. Afonso & Comp.

Manifesto n. 813, marca C. Monteiro: 2 quintos sem numero, vindos de Barcelona no vapor hespanhol *Miguel Gallat*, descarregados em 18 de agosto de 1909, consignados a C. Monteiro & Comp.

Manifesto n. 826, marca FF: 32 saccos sem numero, vindos de Caliao no vapor inglez *Aulisana*, descarregados em 2 de agosto de 1909, consignados a Frederico Figueira.

Manifesto n. 800, marca Thomé: 2 quintos sem numero, vindos de Hamburgo no vapor allemão *Rhaetia*, descarregados em 26 de agosto de 1909, consignados a Thomé & Comp.

Manifesto n. 810, marca Mourão: 2 quintos sem numero, vindos de Hamburgo no vapor allemão *Rhaetia*, descarregados em 26 de agosto de 1909, consignados a Mourão & Comp.

Manifesto n. 828, marca Marques Velloso: 1 quinto sem numero, vindo de Bremen no vapor allemão *Haite*, descarregado em 17 de agosto de 1909, consignado a Marques Velloso & Comp.

Manifesto n. 839, marca FBM: 15 pedras sem numero, vindas de Fiume no vapor hungaro *Arad*, descarregadas em 29 de agosto de 1909, consignadas á ordem.

Manifesto n. 808, marca MB: 50 caixas vindas de Londres no vapor inglez *Phidias*, descarregadas em 27 de agosto de 1909, consignadas a Couto & Comp.

Trapiche da Ordem—Manifesto n. 761, marca CMC: 1 quinto de vinho, vindo do Havre no vapor francez *Ouessant*, descarregado em 2 de agosto de 1909, consignado a C. Monteiro & Comp.

Manifesto n. 761, marca CTC: 36 quintos de vinho, sem numero, vindos do Havre no vapor francez *Ouessant*, descarregados em 2 de agosto de 1909, consignados a Carlos Távira & Comp.

Manifesto n. 761, marca Nobrega & Santos: 2 quintos de vinho, sem numero, vindos do Havre no vapor francez *Ouessant*, descarregados em 2 de agosto de 1909, consignados a Nobrega Santos & Comp.

Manifesto n. 796, marca FC: 50 quintos de vinho, vindos do Havre no vapor francez *Almirante Jaureguibery*, descarregados em 12 de agosto de 1909, consignados a Francisco Coimbra. O manifesto dá a marca FC.

Manifesto n. 793, marca MRPS: 17 quintos de vinho, sem numero, vindos do Havre no vapor francez *Almirante Jaureguibery*, descarregado em 12 de agosto de 1909, consignados a Manoel Rodrigues Pinheiro Sobrinho.

3ª Secção da Alfandega do Rio de Janeiro, em 2 de abril de 1910.—O chefe, *Antonino de Carvalho Aranha*.

Em obediencia ao disposto no art. 385 da Consolidação das Leis das Alfandegas, faço publico, para conhecimento dos interessados, que, tendo sido descarregados em más condições e vasando os barris com vinho abaixo designados, devem os respectivos consignatarios providenciar como lhes for mais conveniente no prazo de oito dias.

Outrosim declaro que, findo esse prazo, si taes providencias não tiverem sido tomadas, serão os ditos volumes vendidos em hasta publica como abandonados, nos termos do art. 255 da mesma consolidação.

Vapor francez *Amiral Troude*, entrado em 4 de fevereiro de 1910. Manifesto n. 126.

Trapiche da Ordem—GZC: 8 quintos sem numero, consignados a Gonçalves Zenha & Comp.

PC: 12 ditos idem, consignados á ordem. Marques Silva & Comp.. 6 ditos idem, consignados a Marques Silva & Comp.

ARR: 6 ditos idem, consignados a Antonio Roiz da Rocha.

Silva & Neves: 7 ditos idem, consignados a Silva Neves & Comp.

JLP: 1 decimo idem, consignado a Souto Maior & Comp.

MAC: 2 quintos idem, consignados á ordem.

JLP: 1 dito idem, consignado a Souto Maior & Comp.

MJD—LD: 1 pipa idem, consignada a Marcolino João Duarte.

MRPS: 9 quintos idem, consignados a Manoel Rodrigues P. Sobrinho.

BS: 10 ditos idem, consignados a Bernardo Santos & Comp.

MS: 3 ditos idem, consignados a Amaral Guimarães & Comp.

MFO: 14 ditos idem, consignados a Gonçalves Zenha & Comp.

TCC: 4 ditos idem, consignados a Teixeira Costa & Comp.

MSS: 4 decimos idem, ignora-se. O manifesto não dá esta marca.

Leite & Azevedo: 7 quintos idem, consignados a Leite & Azevedo.

ASC: 1 dito idem, consignado a Almeida Siemann & Comp.

CR: 4 ditos idem, ignora-se. O manifesto não dá esta marca.

Trapiche da Ordem—Fernandes Mourão: 1 quinto sem numero; consignado a Fernandes Mourão & Comp.

DCC—Juiz de Fora: 1 decimo sem numero, consignado a Dias Cardoso & Comp.

Vapor allemão *S. Paulo*, entrado em 14 de fevereiro de 1910—Manifesto n. 153.

Trapiche da Ordem—JVT: 3 quintos sem numero, consignados a José Ventura Teixeira.

Bernardo Santos & Comp.: 2 ditos sem numero, consignados a Bernardo Santos & Comp.

GZC: 4 ditos sem numero, consignados a Gonçalves Zenha & Comp.

AR: 2 ditos sem numero, consignados a Antonio Vieira Ramos.

OLSC: 6 ditos sem numero, consignados a Oliveira Lopes Silva & Comp.

NS: 1 dito sem numero, consignado a Nobrega & Comp.

GZC: 1 decimo sem numero, consignado a Gonçalves Zenha & Comp.

HFC: 2 quintos sem numero, consignados a Marinho Pinto & Comp.

JVC: 2 quintos sem numero, consignados João Vieira da Cruz.

Guimarães Amaro: 1 dito sem numero, consignado a Guimarães Amaro & Comp.

ASC: 1 dito sem numero, consignado a Almeida Siemann & Comp.

ASS: 2 decimos sem numero, consignados ao mesmo.

Vapor francez *Espagne*, entrado em 7 de fevereiro de 1910.—Manifesto n. 136.

Trapiche da Ordem—NP: 1 quartolla sem numero, consignada a d'Orsi & Irmão.

ADB: 1 dita sem numero, consignada ao mesmo.

CS: 2 ditos sem numero, consignadas á ordem. O manifesto dá OS.

JCF: 1 dita sem numero, consignada a J. E. Eteleune.

NZC: 4 1/2 ditos sem numero, consignadas a Nicola Zagari & Comp.

FL: 3 ditos sem numero, consignadas a Costa Simões & Comp.

FG: 1 1/2 dita sem numero, consignada a d'Orsi & Irmão.

BC: 3 garrafões sem numero, consignados a Rifano & Comp. O manifesto da BF.

NZC: 3 quartolas sem numero, consignadas a Costa Simões & Comp.

Vapor inglez *Teviot*, entrado em 21 de fevereiro de 1910.—Manifesto n. 121.

Trapiche da Ordem—MP: 2 quartolas sem numero, consiguadas a Martinello Pazzaneto.

Alfanlega do Rio de Janeiro.—O chefe da 1ª secção, *Miguel Fernandes Barros*.

Alfandega do Rio de Janeiro

Pela inspectoría da Alfandega se faz publico para conhecimento dos interessados, que foram descarregadas para esta repartiçao os volumes abaixo mencionados com signaes de avaria e de falta; devendo seus donos ou consignatarios apresentar-se no prazo de 15 dias para providenciar a respeiço.

Vapor inglez *Thames*, entrado em 18 de março de 1910.

Armazem de Amostras—VII E: 1 caixa n. 2.152, repregada.

AW—Inspectoría Geral de Iluminação: 1 dita sem numero, idem.

AB: 1 dita n. 100, idem.

AGP—NC: 1 dita n. 3.519, idem.

EPG: 1 dita 3.534, idem.

OC—V: 1 dita n. 6.512, idem.

LP: 1 dita n. 3.120, idem.

Braga Carneiro & Comp.: 1 pacote sem numero, roto.

LP: 1 dito n. 3.119, idem.

PS: 1 dito n. 2.983, idem.

Pastana & Comp.: 1 dito sem numero idem.

Nasgeli & Comp.: 1 dito idem, idem.

Vapor inglez *Thames*, entrado em 28 de março de 1910.

Armazem n. 8—L. F. Linze Leão: 1 caixa sem numero, repregada.

VM: 1 dita n. 501, idem.

Vapor allemão *Pernambuco*, entrado em março de 1910.

Armazem n. 1—Secretaria do Estado das Relações Exteriores—Capitão Eugenio Ramos Villas: 1 mala sem numero, repregada.

Vapor allemão *CorJoba*, entrado em 14 de março de 1910.

Armazem n. 12—Força Policial do Districto Federal: 1 caixa n. 73.029, repregada.

LHC: 1 dita n. 3.800, idem.

CPC: 1 dita n. 4.634, idem.

CD—surié—RC: 1 caixa n. 672.169, repregada e avariada.

FoC: 1 dita n. 401.456, idem idem.

Id m: 1 dita n. 401.498, idem, idem.

Idem: 1 dita n. 401.552, idem, idem.

Ilem: 1 dita n. 401.459, idem idem.

Idem: 1 dita 401.460, idem idem.

Idem: 1 dita sem numero, idem idem.

Força Policial—Districto Federal: 1 dita n. 141, idem idem.

Armazem n. 5—AECS: 1 barrica n. 314, repregada.

ZTC: 2 ditas ns. 216 e 223, idem.

ARS: 2 ditas ns. 28 e 124, idem.

Idem 2 ditas ns. 131 e 127, idem.

Sobre agua—NO—7.250: 1 fardo n. 10.520 avariado.

Idem: 1 dito n. 10.400, idem.

Irem: 1 dito n. 1.048, idem.

MRM: 1 dito n. 23, idem.

Idem: 1 dito n. 10.472, idem.

Vapor inglez *Prince*, entrado em 26 de março de 1910.

Armazem n. 15—Gamma: 2 caixas, ns. 556 e 558, repregadas e avariadas.

GC: 2 ditas ns. 5.78 e 5.802, idem idem.

Idem: 2 ditas ns. 5.804 e 5.770, idem.

Vapor allemão *Créfeld*, entrado em 14 de março de 1910.

DWC: 2 caixas ns. 7.908 e 7.896, repregadas.

Guimarães Irmão: 1 barril sem numero, vazio.

Ceylan: 1 caixa sem numero repregada.

Moses: 3 ditas sem numero idem.

Ilem: 3 ditas sem numero idem.

Armazem n. 17—HCC&C: 1 barril sem numero, vazio.

DWC: 1 caixa n. 7.900, repregada.

Vapor austriaco *Columbia*, entrado em março de 1910.

Armazem n. 9—CSC: 1 caixa n. 1.302, repregada.

Idem: 1 dita n. 1.307, idem.

Idem: 1 dita n. 1.303, avariada e repregada.

CPC: 1 dita n. 831, idem idem.

Idem: 1 dita n. 880, idem idem.

Idem: 1 dita n. 825, idem idem.

Idem: 1 dito n. 820, idem idem.

Idem: 1 dita n. 827, avariada.

Idem: 1 dita n. 828, idem.

Ilem: 1 dita d. 852, idem.

JPSC: 1 dita n. 1.337, repregada e avariada.

Vapor inrlez *Quessant*, entrado em 22 de março de 1910.

Armazem n. 9—CMC: 1 caixa n. 12, avariada.

CC—Conteville: 2 ditas ns. 2 e 4, repregadas.

5AC: 1 barril n. 230, idem.

A5C: 1 caixa n. 505, avariada.

OJ—AA: 1 dita n. 8.561, idem.

JB&C: 1 dita n. 3.320, repregada.

TBC: 2 ditas ns. 210 e 242, avariadas.

CS: 1 dita, idem.

Burlamaqui—Ouro Preto: 2 ditas, idem.

Dia: 1 dita n. 837, idem.

OJ—GB: 1 dita n. 2.180, idem.

Victoria: 1 dita n. 1.197, repregada e avariada.

BS&C: 1 dita sem numero, idem idem.

Armazem n. 9—GZC: 3 caixas sem numero, repregadas e avariadas.

Macedo: 3 ditas idem, idem idem.

Idem: 3 ditas idem, idem idem.

Idem: 1 dita idem, idem idem.

MSC: 2 ditas idem, idem idem.

RG&C: 1 dita idem, idem idem.

GA&C: 1 dita idem, idem idem.

CMC: 3 ditas idem, idem idem.

Idem: 1 dita idem, idem idem.

Iudo: 1 dita n. 21.699, idem idem.

NG: 1 dita n. 3.100, idem idem.

Vapor inglez *Aragon*, entrado em 21 de março de 1910.

Armazem n. 11—ERO: 1 caixa n. 2.707 avariada.

CHP: 1 dita n. 489, repregada.

B & L: 1 dita n. 860, idem.

EESC: 1 dita n. 18.017, idem.

G: 1 dita sem numero, idem.

R: 1 dita n. 1.218; avariada.

WHC: 1 dita n. 72, repregada.

Vapor allemão *Cordoba*, entrado em março de 1910.

Despacho sobre agua—TA: 1 caixa sem numero, repregada e avariada.

Vapor inglez *Aragon*, entrado em 21 de março de 1910.

Despacho sobre agua—ASC: 2 caixas ns. 7.253 e 7.256, repregadas.

Vapor inglez *Cavour*, entrado em 28 de março de 1910.

Armazem n. 1—MGM: 1 dita n. 1.196 avariada;

NKCR: 3 ditas ns. 20, 22 e 23, repregadas.

MMC: 1 dita n. 915, idem.

NZCR: 2 ditas ns. 32 e 18, avariadas.

EA&D: 1 dita n. 2.060, idem.

Armazem n. 1—Rogers: 1 caixa n. 201 repregada.

EMCB: 1 dita n. 847, avariada.

EMXC: 1 dita n. 833, repregada e avariada.

EMC: 1 dita n. 63-90, repregada.

SCMCE: 1 dita n. 9, avariada;

EMC: 1 dita n. 303, idem.

Vapor inglez *Orione*, entrado em 17 de março de 1910.

Armazem n. 10—BMB: 1 caixa n. 5.583, repregada e avariada.

OF: 1 encapado n. 42, roto.

S&C: 10 caixas sem numeros, avariadas.

S&C 1 dita idem, idem.

Vapor allemão *Habsburg*, entrado em 15 de março de 1910.

Sobre agua—AI: 5 caixas sem numeros, repregadas.

CTC: 5 ditas idem, idem.

AI: 5 ditas idem, id m.

EA: 4 ditas idem, idem.

G2C: 2 ditas idem, idem.

OTGC: 1 dita idem, idem.

AI: 5 ditas idem, idem.

S: 1 dita idem, idem.

CSC: 5 ditas idem, idem.

GZC: 5 ditas idem, idem.

EA: 2 ditas idem, idem.

CCC: 1 dita idem, idem.

TCC: 2 ditas idem, idem.

ETC: 1 dita idem idem.

CTC: 2 ditas idem, idem.

ZRC: 1 dita idem, idem.

Vapor allemão *Habsburg*, entrado em 16 de março de 1910.

Armazem n. 10—CS: 3 caixas ns. 19, 12 e 14, repregadas.

20.42—C: 1 dita n. 53, avariada,

Granado: 1 dita n. 23.500, repregada.

RC: 1 dita n. 1.311, avariada.

ACC—K: 1 dita n. 1.450/0, repregada.

Vapor *Byron*, entrado em 22 de março de 1910.

Armazem n. 12—AHC—89: 1 caixa n. 35, repregada.

AM: 1 amarrado n. 28, avariado.

B. de M. 2 caixas ns. 17 e 1, repregadas.

D+C: 2 ditas n. 7.121, avariadas.

EG&C: 2 ditas ns. 135 e 125, repregadas.

Idem: 1 dita n. 149, idem.

V—G—GAZ: 1 dita n. 1, idem.

VSMC: 1 dita n. 15.603 C, avariada.

Idem: 1 dita n. 16.588, repregada.

WX: 1 dita n. 1, avariada.

LBW: 1 dita n. 8.633, repregada.

JT: 1 dita n. 115, avariada.

Armazem n. 5—O de H. 1 caixa n. 2.292, repregada.

Idem: 1 dita n. 2.291, idem.

Idem: 1 dita n. 2.296, idem.

Idem: 1 dita n. 3.299, idem.

Idem: 1 dita n. 2.243, idem.

Idem: 1 dita n. 2.245, idem.

Idem: 1 dita n. 2.242, idem.

JK: 1 tina sem numero, vazando.

Despacho sobre agua—VSMC: 1 caixa numero 16.604 A, avariada.

Alfandega do Rio de Janeiro, 1 de abril de 1910—Pelo inspector, *Crescentino B. de Carvalho*.

Dia 2

Vapor *Cordoba*, entrado em 14 de março de 1910.

Armazem n. 12—Rio: 1 caixa n. 741, repregada.

Idem: 1 dita n. 733, idem.

SAC: 1 sacco n. 661, roto.

Idem: 1 dito d. 662, idem.

Maio—R: 1 caixa n. 742, repregada.

50.029: 1 dita n. 4, repregada e avariada.

Pinheiro: 1 dita n. 6.636, repregada.

LC—R: 1 dita n. 7.695, idem.

MLB: 1 dita n. 223, idem.

PI: 1 dita n. 1, repregada e avariada.

ES: 1 dita n. 163, idem, idem.

Rosa Aure—AMC—13.538: 1 dita idem, idem.

Despacho sobre agua—JA: 1 dita sem numero, repregada.

Vapor inglez *Tocantins*, entrado em 22 de março de 1910.

Despacho sobre agua—CC&C: 3 caixas ns. 13, 8 e 10, repregadas.

Idem: 3 ditas ns. 11, sem numero, 19, idem.
 Idem: 2 ditas ns. 16 e 3, idem.
 Coelho Martins: 1 dita 15, idem.
 Armazem n. 5—KM—RNP—51.036: 3 ditas ns. 23, 13 e 14, idem.
 Idem—51.016: 4 ditas ns. 8, 7, 16 e 10, idem, idem.
 Idem—51.016: 1 dita n. 5, repregada.
 P—NRD—C—1027: 1 caixa n. 1, repregada.
 Idem: 1 engradado n. 2, avariado.
 M—MKY—O—169: 1 caixa n. 1, idem.
 C—KYNI—S—48.313: 1 dita n. 1, repregada.
 Ministro Marinha: 1 pacote sem numero, roto.
 MFCC: 2 caixas ns. 53 e 52, repregadas.
 SCRJ: 1 dita n. 40, avariada.
 LMC: 1 dita n. 12, repregada e avariada.
 Was Departaments: 3 ditas ns. 8, 19 e 4, avariadas.
 Idem: 4 ditas ns. 2, 13, 17 e 20, idem.
 Idem: 4 ditas ns. 11, 1, 3 e 6, idem.
 Idem: 4 ditas ns. 5, 10 e 4, idem.
 Idem: 4 ditas ns. 15, 7, 22 e 12, idem.
 Idem: 3 ditas ns. 18, 21 e 16, idem.
 Vapor francez *Ceylan*, entrado em 27 de março de 1910.
 Armazem n. 14 — C—90—3: 1 caixa n. 12 338, repregada e avariada.
 Idem: 1 dita n. 1.230, idem idem.
 CH: 1 dita n. 8.433, idem idem.
 AVC: 1 dita n. 6.851, idem idem.
 MT: 1 dita n. 2, idem idem.
 JPF: 1 dita n. 1, idem idem.
 OCC: 1 dita n. 1, idem.
 Boletinho: 2 ditas ns. 1 e 1, idem idem.
 G. Belsem: 1 dita n. 1, idem idem.
 Vapor *Cordoba*, entrado em 14 de março de 1910.
 Armazem n. 12 — 60: 1 caixa n. 6.662, repregada.
 109: 1 dita n. 1.049, idem.
 OPC: 1 caixa n. 11.681, repregada.
 SVP: 3 ditas sem numeros, avariadas.
 Idem: 1 dita idem, idem.
 EBC: 1 dita n. 401.463, idem.
 KXGW: 2 ditas ns. 3.305 e 3.338, repregadas.
 TTC: 1 dita n. 3.906 B, idem.
 Pernambuco Siemens: 1 dita n. 72.714, avariada.
 Idem: 1 dita n. 72.723, idem.
 Idem: 1 dita n. 72.719, idem.
 Idem: 1 dita n. 72.717, idem.
 Idem: 1 dita n. 72.722, idem.
 ARPC—9.265: 1 dita n. 7.275, idem.
 EBC: 1 dita n. 401.465, idem.
 ARPC: 1 dita n. 7.273, idem.
 LC: 6.295, repregada.
 SVP: 1 dita n. 1, idem.
 EBC: 1 dita n. 401.467, idem.
 Idem: 1 dita n. 401.468, avariada.
 Vapor *Aragon*, entrado em 20 de março de 1910.
 Armazem n. 11—AVM: 1 caixa n. 1.200, repregada.
 CNC: 2 fardos ns. 27 e 25, avariados.
 FSC: 1 caixa n. 8.819, idem.
 KB: 1 dita n. 123, repregada.
 OTC: 1 dita n. 510, idem.
 CMC: 1 dita n. 350, avariada.
 RC: 1 dita n. 3.291, idem.
 Despacho sobre agua — C—M—C: 1 dita n. 7.291, repregada.
 Sem marca: 1 barril sem numero, vasando.
 Vapor inglez *Byron*, entrado em 22 de março de 1910.
 Armazem n. 12 — AL: 1 caixa n. 19, repregada.
 CPC: 1 dita n. 2, idem.
 EM: 1 dita n. 236, idem.
 EEB: 1 dita n. 303, idem.
 FAF: 1 dita n. 14, idem.
 GC: 1 dita n. 500, idem.
 Hard. Rand C.: 1 dita n. 4, idem.

JM: 1 dita n. 3, idem.
 ST 33—JBC: 1 dita n. 6.749, idem.
 JT: 1 dita n. 116, idem.
 NC—2.118: 1 dita n. 1, idem.
 SSMC: 1 dita n. 1.851, avariada.
 WTB: 1 dita n. 12.876, idem.
 Idem: 1 dita n. 12.939, idem.
 JS&C: 1 dita n. 1, idem.
 Despacho sobre agua — EB: 1 dita n. 82, repregada.
 Vapor allemão *Habsburg*, entrado em 16 de março de 1910.
 Armazem n. 10 — DIA: 1 dita n. 1.468, repregada.
 Idem: 1 dita n. 1.467, idem.
 EDA: 1 dita n. 2 180, idem.
 Idem: 1 dita n. 2.173, idem.
 Idem: 1 dita n. 2.179, idem.
 Vapor allemão *Habsburg*, entrado em 26 de março de 1910.
 Armazem n. 5 — CB: 1 barril n. 4.802, vasando.
 CM: 10 ditos, idem.
 Vapor inglez *Thames*.
 Armazem n. 8 — RC: 1 caixa n. 3.297, repregada.
 Idem: 1 dita n. 3.298, idem.
 Vapor *Orianna*, entrado em 29 de março de 1910.
 Armazem das amostras — RAP: 1 caixa n. 1, repregada e avariada.
 HNC: 1 dita n. 1.141, idem idem.
 Vieira Cunha & Comp.: 1 pacote sem numero, roto.
 VA: 1 caixa n. 1, repregada e avariada.
 Guilherme Lan & Mattos: 1 pacote sem numero, roto.
 DWV: 1 dito n. 8.300, idem.
 EL: 1 caixa n. 16, repregada.
 M&C: 1 dita n. 782, repregada e avariada.
 Vapor allemão *Crefeld*, entrado em 14 de março de 1910.
 Armazem n. 14 — CH: 1 caixa n. 70.629, avariada.
 J—R—C: 1 dita n. 3.313, idem.
 VCGC: 1 dita n. 907, repregada.
 CSC: 3 ditas sem numeros, repregadas e avariadas.
 Idem: 3 ditas idem, idem idem.
 Idem: 2 ditas idem, idem idem.
 Idem: 50 ditas sem numeros, avariadas.
 GZC: 30 ditas idem idem.
 CR: 1 dita n. 1.422, repregada.
 Moça: 2 ditas sem numeros, idem.
 HPT—L: 1 dita n. 5.342, repregada e avariada.
 CSC: 3 ditas sem numeros, idem idem.
 Idem: 3 ditas idem, idem idem.
 GZC—Adriano: 2 ditas idem, idem idem.
 RS: 1 dita idem, avariada.
 R: 1 dita n. 7.720, repregada.
 F&C: 1 dita n. 161, avariada.
 C&C: 2 ditas ns. 1.440 e 1.437, idem.
 LER: 1 dita n. 158, idem.
 Vapor inglez *Cavour*, entrado em 28 de março de 1910.
 Armazem n. 1 — EMC—B: 1 caixa numero 844, repregada.
 I: 1 dita n. 851, idem.
 ER—H&C: 1 dita n. 623, idem.
 CPC: 1 dita n. 4.130, idem.
 Idem: 1 dita n. 4.127, idem.
 HNC: 1 dita n. 1.093, idem.
 SCC: 1 dita n. 10, avariada.
 VBC: 1 dita n. 6, repregada.
 VVC—CVII: 1 dita n. 56, idem.
 EMC—B: 2 ditas ns. 845 e 831, idem.
 EMC: 1 dita n. 4.300, idem.
 CPC: 1 dita n. 4.131, idem.
 HSC: 1 dita n. 147, idem.
 A—58—S: 1 dita n. 824, idem.
 ESXC: 1 dita n. 15.311, idem.
 SRF—HSC: 1 dita n. 422, avariada.

Rogers: 1 dita n. 9 931, repregada.
 Vapor inglez *Orianna*, entrado em 29 de março de 1910.
 Armazem n. 12—APB: 1 caixa n. 8.524, repregada e avariada.
 SC: 1 dita n. 625, idem.
 SDC: 1 dita n. 1, idem.
 Vapor *Bahia*, entrado em 1910.
 Armazem das Amostras — EP: 1 caixa n. 195 C, repregada.
 Idem: 1 dita n. 191.238, idem.
 RC: 1 dita n. 1.932, idem.
 JMC: 1 dita n. 219, idem.
 ARPC: 1 pacote n. 11. roto.
 JSMC: 1 dita n. 748, idem.
 Caldas Brandão: 1 dito sem numero, idem.
 Idem: 3 ditas idem, idem.
 VC: 1 caixa n. 1.856 C, repregada.
 PV: 1 dita n. 1.953, idem.
 H Stolly: 1 dita n. 2.078, idem.
 Alfandega do Rio de Janeiro, 2 de abril de 1910.—Pelo inspector, *Crescantino B. da Carvalho*.

Ministerio da Guerra

Departamento da Administração

CAMPO DE S. CHRISTOVÃO

SIRGARIA, PAPELARIA, FERRAGENS, MAÇAME-COLCHOARIA E VIDRACEIRO

De ordem do Sr. coronel chefe deste departamento, a agencia de compras distribue memoranda, até 2 horas da tarde do dia 4 do corrente mez, p. a aquisição de artigos dos grupos acima mencionados.—*Alpheu da Costa Doria*, agente de compras.

JUNTA DE REVISÃO DO ALISTAMENTO E SORTEIO MILITAR DA CAPITAL FEDERAL

Jo. Salustiano Fernandes dos Reis, general de brigada, presidente:

Faz saber aos alistados no 20º districto de Irajá, abaixo mencionados, que deverão comparecer perante esta junta, dentro do prazo de 15 dias, a contar da publicação do presente edital, a fim de apresentarem documentos que provem as datas de seus nascimentos:

Ns. 44 — Guilherme de Souza, 50 Izidro José Luiz, 149 Joaquim da Silva, 169 Romão Jeronymo e 190 Valdevino Monteiro.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, lavrei o presente edital, que vac por mim assignado e rubricado pelo presidente. — *Carlos Jansen Junior*, capitão secretario.

Arsenal de Guerra (antigo), 2 de abril de 1910.

Capitania do Porto

De ordem do Sr. capitão de mar e guerra, capitão do porto e sub-inspector de portos e costas, convido a comparecer na Capitania do Porto a objecto de serviço, no prazo de oito dias, o Sr. Manoel Lopes, que teve estabelecido á rua Santo Christo n. 29.

Secretaria da Capitania do Porto do Rio de Janeiro, em 2 de abril de 1910.—*José A. Airoza*, secretario.

De ordem do Sr. capitão de mar e guerra, capitão do Porto e sub-inspector de Portos e Costas, convido a comparecer na Capitania do Porto a objecto de serviço, no prazo de 6 dias, os Srs. Paulo Pereira, Dario Pereira e Camillo Antonio de Araujo.

Secretaria da Capitania do Porto do Rio de Janeiro, 2 de abril de 1910.—*José A. Airoza*, secretario

Escola Naval

De ordem do Sr. vice-almirante director, deve comparecer com urgencia nesta escola, para objecto de serviço, o Sr. Dr. Tito Barreto Galvão.

Rio de Janeiro, 23 de março de 1910.—
Lucidio Augusto Pereira do Lago, secretario.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas

Directoria Geral de Obras e Viação

CONCURRENCIA PARA O ARRENDAMENTO DO NOVO CÃES DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

De ordem do Sr. ministro, faço publico que, no dia 16 de abril do corrente anno, ao meio dia, nesta directoria geral e na Delegacia do Thesouro Federal em Londres serão recebidas e abertas propostas para o arrendamento do novo cães do porto do Rio de Janeiro, segundo as especificações constantes das seguintes condições:

I

Os serviços do porto do Rio de Janeiro, cuja exploração industrial o Governo pretende arrendar, são todos os que dizem respeito ao carregamento e descarga, capatazias, armazenamento e guarda das mercadorias de importação e exportação nacional ou estrangeira pelo mesmo porto.

II

O Governo entregará desde logo ao arrendatario o trecho do cães correspondente aos cinco grandes armazens que se acham promptos e aparelhados para o serviço e irá successivamente entregando os trechos seguintes, á proporção que forem ficando igualmente promptos e aparelhados, de sorte que concluidos estes, possa o arrendatario utilizar-se de toda a extensão do cães em construcção, desde a embocadura do canal do Mangue até á Prainha, com os armazens precisos, tudo aparelhado como se acha o primeiro trecho acima referido e mais dous guindastes fixos para 20 a 30 toneladas e uma cabrea fluctuante para 100 toneladas.

Esta entrega será feita por um arrolamento descriptivo de todas as obras, machinismos e apprelhos e por uma planta do porto indicando as profundidades da agua, dentro do perimetro que constitue a bacia do porto para o serviço dos novos cães.

III

O prazo do arrendamento começará na data em que for assignado o respectivo contracto e termina no dia 31 de outubro de 1921, com a entrega ao Governo de todas as obras, machinismos e aparelhamentos constantes do arrolamento mencionado na clausula antecedente e mais o que tiver accrescido no decurso do contracto, tudo em perfeito estado de conservação e funcionamento.

IV

O arrendatario cobrará pelos serviços que prestar as taxas seguintes em moeda papel:

A

As taxas de serviços do porto recahem sobre a mercadoria e nenhuma será cobrada ao navio, com excepção dos excessos de sua estadia no cães, como adiante se estatue.

B

De accôrdo com o numero de escotilhas e a quantidade de carga a manipular, o porto fixará o numero razoavel de dias para a atracação gratuita, bem como dos casos em que a carga e descarga se façam por apprelhos especiaes.

Se este prazo gratuito for excedido, será cobrada ao navio, pelo excesso da estadia, a taxa de 700 réis por dia e por metro de cães occupado pelo navio.

A quantidade de mercadorias para o calculo da estadia gratuita é a que tenha de ser carregada ou descarregada pelo cães.

C

Conservação do porto

Será cobrada a taxa de um real por kilogramma de mercadoria de importação estrangeira que seja descarregada no porto, quer a descarga seja feita no cães, quer em qualquer outro ponto dentro da bahia.

Ficam isentos do pagamento desta taxa as mercadorias de produção nacional, o carvão de pedra e os generos em transitio na primeira hypothese da letra K.

D

Carga ou descarga pelo cães

Esta taxa corresponde á retirada das mercadorias do navio para o cães ou vice-versa, mas não comprehende o serviço de estiva no porão dos navios, o qual será feito pela tripulação ou á custa do mesmo navio.

Esta taxa será:

Para os generos de importação estrangeira, por kilogramma desembarcado 1,5 réis.

Para os generos de cabotagem e de exportação para o estrangeiro, por kilogramma embarcado ou desembarcado, um real.

E

Capatazias

A capatazia comprehende toda a braçagem e movimentação das mercadorias ou quaesquer generos desde a sua descarga no cães até a entrega ao; respectivos consignatarios nas portas externas dos armazens internos ou depositos da facha do porto, nos armazens externos servidos pelas linhas ferreas ligadas ás do cães ou nas estações de estradas de ferro immediatamente ligadas ás mesmas linhas.

A capatazia para a exportação estrangeira ou por cabotagem comprehende a mesma movimentação desde qualquer dos pontos de entrega acima referidos até o cães para o successivo embarque.

As taxas serão as seguintes por kilogramma de peso bruto de mercadoria:

a) Para os generos de importação estrangeira, recolhidos aos armazens internos para os exames e conferencia da Alfandega, em volumes de pesos:

até 500 kilogrammas... 5 réis
de mais de 500 » ... 10 »

b) Para os generos de importação estrangeira e de despacho sobre agua, em volumes de pesos:

até 500 kilogrammas.. 3 réis
até 1.500 » .. 5 »
até 3.000 » .. 8 »
até 5.000 » .. 10 »
até 20.000 » .. 15 »
até 50.000 » .. 20 »
até 100.000 » .. 30 »

O valor da capatazia para cada volume será calculado pela taxa correspondente ao

limite de peso em que incida o volume, applicada á totalidade de seu peso effectivo.

c) Para o carvão de pedra importado do estrangeiro..... 1,5 réis

d) Para os generos de exportação para o estrangeiro..... 1,5 »

e) Para os generos de importação ou exportação por cabotagem... 1,5 »

f) Para os minerios de manganez e ferro e para arcias monaziticas exportadas para o estrangeiro.. 1 real

g) Para o sal, o assucar e carvão de pedra nacionaes por cabotagem..... 1/2 »

Para os generos a granel a taxa será a marcada para os volumes até 500 kilogrammas.

F

Armazenagem

A armazenagem será cobrada de conformidade com as leis das Alfandegas e pelas taxas seguintes:

a) para os generos sujeitos aos exames e conferencias da Alfandega e recolhidos aos armazens internos, as mesmas taxas actuaes;

b) para os generos de importação estrangeira despachados sobre agua, para os generos de cabotagem e de exportação para fóra do paiz, recolhidos aos armazens externos, alfandegados ou não, sob a administração do porto, serão cobradas, no maximo, as taxas de armazenagem approvadas pela Junta Commercial do Districto Federal em 26 de março de 1908 para os armazens geraes organizados pela empreza do Dr. Giovanni Eboli e as dos actuaes trapiches alfandegados.

G

Transporte em wagons de linhas ferreas

Pelo transporte de mercadorias ou generos de qualquer especie, depositados nos armazens internos ou em depositos do porto, e nelles tomados para reembarque ou para entrega a qualquer dos armazens externos ou estação das linhas ferreas, será cobrada a taxa de 2 réis por kilogramma, não tendo os volumes peso indivisivel superior a 500 kilos.

Para pesos indivisiveis superiores a 500 kilogrammas, serão cobradas pelo transporte as taxas de capatazias.

Pelo transporte dos armazens externos entre si, ou de qualquer delles para as estações das estradas de ferro, ou vice-versa, destas para aquelles, será cobrada a taxa de 1\$ por tonelada ou fracção de tonelada, sendo a carga e descarga dos wagons feitas pelas partes.

H

Fornecimento de agua aos navios

Por metro cubico de agua fornecido com apprelhos medidores aos navios atracados ao cães, será cobrada a taxa de 1\$000.

V

Os serviços e taxas mencionadas na clausula anterior são definidos e serão applicaveis do modo seguinte:

a) a atracação e amarração dos navios aos cães serão feitas sob a direcção e responsabilidade dos respectivos commandantes, auxiliaes, mediante requisição voluntaria sua, pelo mestre geral do porto;

b) a taxa de carga e descarga será cobrada pelo peso bruto de toda a mercadoria ou os generos de qualquer especie que sejam embarcados ou desembarcados no porto;

c) a conservação do porto corresponde a todos os trabalhos e despezas de dragagem para desobstrucção e conservação do porto,

mantidas sempre as alturas minimas de agua indicadas na planta do porto, referida na clausula II ;

d) a taxa de capatazias, para as mercadorias sujeitas ao exame o conferencia da Alfandega, comprehendendo não só a arrumação dos volumes nos armazens ou depositos, como a abertura dos mesmos, o recondicionamento das mercadorias e fechamento dos caixões ou envoltorios, e toda a demais bragaagem até a entrega aos respectivos donos, nas portas externas, depois de feito o despacho pela Alfandega.

A taxa de capatazias, salvo o seu valor, será cobrada de conformidade com as disposições das leis das Alfandegas;

e) armazens externos são os que, pertencentes ou administrados pelo porto, ou por particulares, possam ser directamente servidos pelas linhas ferreas do porto ;

f) As mercadorias que, por occasião da descarga, forem previamente consignadas a esses armazens ou ás estações das estradas de ferro, serão levadas a seu destino mediante o pagamento da taxa de capatazias, que comprehende o transporte, desde o caes até os referidos pontos de entrega ;

g) si, na hypothese acima, o consignatario não puder receber a totalidade da carga que esteja sendo retirada de bordo, em qualquer dia, o excedente será recolhido a qualquer dos armazens externos, que o mesmo consignatario indicará se quizer, correndo por sua conta a respectiva armazenagem. O consignatario poderá, porém, requisitar que esse excedente seja sob sua responsabilidade depositado ao ar livre, em algum dos depositos do porto, para lhe ser depois entregue, quando elle o possa receber, pagando então a taxa de 2\$ por tonelada pelo transporte, de que trata a letra G. Para essa entrega é concedido o prazo de 30 dias, findo o qual fica o consignatario sujeito á taxa de armazenagem de armazens externos correspondente ao genero ;

h) o porto reservará em local apropriado terrenos disponiveis e servidos pelas linhas ferreas, que arrendará para deposito de carvão de pedra, minerios de manganez ou outros, sal a granel e areias monaziticas, sendo o transporte desde bordo até esses depositos ou vice-versa, incluído nas taxas de capatazias.

VI

Com as taxas acima discriminadas, a despesa total do porto para o recebimento de uma tonelada de mercadorias em volume até 500 kilos de peso indivisivel desde a sua retirada do porto dos navios até a sua entrega ao dono nas portas dos armazens internos, nas portas do fundo dos armazens externos ou nas estações da Central e Leopoldina situadas nesta cidade, é a seguinte:

Carvão descarregado no mar.....	\$
Carvão descarregado e entregue em terra.....	3\$000
Generos de importação estrangeira despachados sobre agua.....	5\$500
Generos de importação estrangeira recolhidos aos armazens internos, para conferencias da Alfandega...	7\$500
Generos de importação e exportação por cabotagem.....	2\$500
Generos de exportação para o estrangeiro.....	2\$500
Minerios de manganez e ferro e areias monaziticas.....	2\$030
Sal, asucar e carvão de pedra nacionaes.....	1\$500

Todas as taxas são cobradas ao dono da mercadoria.

VII

O arrendatario não poderá fazer nenhum dos serviços que fazem objecto do contracto

por preços ou taxas differentes das mencionadas na clausula IV ou de outras que forem estabelecidas pelo Governo, sob pena de multa e de indemnização á Caixa do Porto, si cobrar de menos, e de restituição á parte lesada, si cobrar de mais.

VIII

Serão embarcadas e desembarcadas gratuitamente nos estabelecimentos arrendados quaesquer sommas de dinheiros pertencentes á União ou aos Estados, as malas do Correio, as bagagens dos passageiros, civis ou militares, cargas pertencentes ás legações estrangeiras, os petrechos bellicos, os imigrantes e suas bagagens, correndo por conta do arrendatario o transporte destas ultimas de bordo até as estações das estradas de ferro pelos wagons destas.

IX

O arrendatario deverá facilitar por todos os meios os serviços da União ou dos Estados, dando-lhes preferencia para uso dos aparelhos do caes, sendo, porém, estes serviços indemnizados.

No caso de movimento de tropas federaes ou estadoaes, poderão estas utilizar-se de todos os estabelecimentos do porto para embarque ou desembarque, sem ficarem sujeitas ao pagamento de taxa alguma.

X

Si o Governo permittir livre transito pelo porto para mercadorias destinadas a outros paizes, expedirá para tal fim regulamento especial, mantendo os interesses do fisco e os do arrendatario no que diz respeito ao serviço de carga, descarga, capatazias e armazenagem, de conformidade com o disposto na lett. a d do art. 30 da lei n. 2.210, de 28 de dezembro de 1909.

XI

Arribados

Os generos desembarcados de vapores ou navios arribados serão depositados e guardados em um dos armazens internos do porto mediante o pagamento das taxas correspondentes aos generos de despacho sobre agua e com direito a um mez de armazenagem gratuita.

Si forem reembarcados para o estrangeiro não pagarão mais taxa alguma por esse reembarque.

Si esses generos forem vendidos aqui, ficarão incurso no pagamento das taxas relativas á importação estrangeira que deva ser recolhida aos armazens internos ou que possa ser despachada sobre agua, conforme for a sua especie.

XII

Generos em transito

Os generos destinados a outros portos do Brazil que sejam baldeados directamente para embarcações nacionaes sem o emprego dos aparelhos do caes não pagarão taxa alguma de caes.

Si, porém, forem esses generos desembarcados no caes, para posterior reembarque, pagarão as taxas correspondentes ás mercadorias de despacho sobre agua e as taxas de exportação para o reembarque, com direito a um mez de armazenagem gratuita.

XIII

Armazens alfandegados

Serão estabelecidos armazens externos, sob a administração do porto, com o necessario alfandegamento, para recebimento e guarda de generos da tabella H, para cujo deposito tenha sido concedida pelo inspector da Alfandega a necessaria licença.

A armazenagem nestes armazens será cobrada pela mesma tabella estabelecida para os armazens externos administrados pelo porto.

XIV

Serviço interno da bahia

A navegação e trafego interno da bahia não estão sujeitos ao pagamento de taxa alguma do porto ou caes, podendo as operações de carga e descarga ser feitas em qualquer ponto fóra da zona em que foram feitas as obras de melhoramento do porto.

Os interessadoss, porém, poderão requisitar do porto a execução de qualquer daquellas operações, desde que paguem por ellas as taxas correspondentes de cabotagem.

Os generos destinados a qualquer ponto da bahia, que tenham de ser baldeados dos navios ancorados no porto ou atracados ao caes para outras embarcações que os levem a seu destino, não pagarão taxa alguma se forem de procedencia do paiz, e pagarão sómente a taxa de conservação do porto se forem de importação estrangeira, despachados sobre agua.

XV

Os armazens entregues ao arrendatario gozarão de todos os favores, vantagens e onus conferidos por lei aos armazens alfandegados e entrepostos da União.

XVI

Considera-se faixa do porto a área comprehendida entre o paramento do caes e o alinhamento externo dos armazens na Avenida do Porto.

Esta faixa é reservada exclusivamente para os serviços do porto e d'entro della nenhuma entidade estranha poderá fazer qualquer serviço.

XVII

O arrendatario terá armazens externos na Avenida do Porto, do lado opposto á faixa desta, ligados ao caes por linha ferrea.

Nestes armazens poderão ser recolhidas mercadorias para serem guardadas em deposito, mediante pagamento pela tabella de taxas de armazenagem a que se refere a clausula VI letra F.

XVIII

O arrendatario obriga-se a fazer os serviços que lhe incumbem, com toda a regularidade, ordem e presteza, attendendo ás reclamações das partes que forem justas, a juizo do Governo, em tudo que for conveniente ás obrigações acima mencionadas, sendo responsavel pela guarda e boa conservação das mercadorias que receber.

Fica elle sujeito a todas as leis, regulamentos e instrucções em vigor ou que venham a ser expedidos pelo Ministerio da Fazenda, relativos ao recebimento, guarda, conservação e entrega das mercadorias, que forem applicaveis aos armazens arrendados.

O serviço de carga e descarga dos navios, uma vez começado, ficará sujeito á fiscalização da Alfandega, que para tal fim dará ao arrendatario as precisas instrucções.

XIX

O arrendatario fica subordinado ao inspector da Alfandega em tudo que disser respeito ás conveniencias e garantias do fisco, cumprindo rigorosamente todas as instrucções ou ordens que pelo mesmo lhe forem expedidas.

Nos mesmos termos fica subordinado á repartição fiscal encarregada pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas da fiscalização deste contracto na parte concernente á execução dos serviços e ao cumprimento das obrigações constantes deste.

O chefe desta repartição e o inspector da Alfandega são, perante o arrendatario, os representantes do Governo, cada um na alçada que lhe cabe.

XX

O arrendatario terá a liberdade de acção na parte administrativa e económica dos serviços que contracta, mas não poderá fazer alterações ou modificações nas obras e aparelhamentos que lhe forem entregues, sem prévia autorização do Governo.

XXI

Si o arrendatario justificar a necessidade de obras ou aparelhamentos complementares, poderá ser autorizado pelo Governo a fazer os trabalhos e installações que propuzer, com capitães seus, mediante planos e orçamentos previamente approvados pelo Governo.

O capital assim empregado vencerá o juro annual de 6 %, pago semestralmente, e d'elle será reembolsado o arrendatario pelo Governo no fim do prazo do contracto.

O Governo porém, reserva-se o direito de fazer as obras ou fornecer o aparelhamento á sua custa, desde logo, si assim lhe convier.

XXII

Será considerada renda bruta do porto a somma de todas as rendas ordinarias ou extraordinarias, eventuaes ou accessorias, que forem recolhidas pelo arrendatario.

A é o dia 5 de cada mez o arrendatario apresentará á repartição competente um balancete, com as necessarias discriminações da renda arrecadada no mez anterior e cumprirá todas as instrucções que lhe forem dadas para melhor fiscalização e reconhecimento da referida renda.

XXIII

A cobrança das taxas pelos serviços prestados pelo arrendatario á mercaderia só será feita depois de despachadas as mercadorias pela Alfandega e a esta pagos os direitos de entrada e outros impostos que já estejam ou tenham de estar a cargo da Alfandega.

Para os generos de cabotagem não tributados ou independentes da fiscalização acruaneira, a referida cobrança será feita por occasião da entrega das mercadorias a seus donos.

XXIV

O arrendatario será responsavel pelas rendas que arrecadar, de conformidade com a legislação em vigor.

XXV

O arrendatario entrará semanalmente para o Thesouro Nacional com a renda que tiver recolhido até a data dessa entrega, mediante uma guia expedida pela repartição competente, depois de deduzida a porcentagem que lhe couber de accordo com a clausula XXVII.

Verificado pela repartição competente o balancete de que trata a clausula XIX far-se-ha a conta definitiva das porcentagens a que tiver direito o arrendatario, para indemnizal-o do que de mais tiver recolhido semanalmente, ou para fazel-o entrar com o que tiver descontado a mais.

XXVI

Correrão por conta do arrendatario todas as despesas relativas á administração e custeio dos serviços do porto, as de conservação e reparações d. todas as obras e aparelhamentos que lhe forem entregues, inclusive a dragagem do mar para manutención das alturas de agua indicadas na planta do porto a que se refere a clausula II, a iluminação dos armazens, edificios, faixa do porto, bo as illuminativas, a vigilancia, o supprime-to de agua potavel e qualquer outra despesa ordinaria, extraordinaria ou eventual que se refira aos serviços arrendados e ao

contracto, inclusive a quota paga ao Governo para as despesas de fiscalização.

XXVII

A coneu rencia para o arrendamento ver-sará sobre o valer das porcentagens da renda bruta, pedidas pelos proponentes para todas as despesas mencionadas na clausula anterior e para lucro do arrendatario.

As porcentagens variarão, decrescendo com os valores crescentes da renda bruta, de 3.000.000\$ em 3.000.000\$900.

Assim, os proponentes deverão indicar as porcentagens para os seguintes valores da renda bruta, até 3.000.000\$, em papel, para o primeiro acrescimo, de 3.000.000\$ a 6.000.000\$; para o segundo acrescimo, de 6.000.000\$ a 9.000.000\$; para o terceiro acrescimo acima de 9.000.000\$000.

XXVIII

Para garantia do exacto cumprimento do contracto e das responsabilidades que cabem ao arrendatario, depositará elle no Thesouro Nacional, na dita da assignatura do contracto, uma caução de 1.000.000\$, ou o equivalente em ouro, ao cambio de 15 dinheiros por 1\$, que será elevado ao dobro quando estiver entregue ao arrendatario tola a extensão do cáes desde a embocadura do canal do Mangue até a Praiaha.

Esta caução, que poderá ser feita em titulos da divida nacional, interna ou externa, ou em moeda, sem direito a juros, responderá pelo pagamento das multas e de quaesquer despesas que o Governo faça por conta do arrendatario, em virtude do contracto, deduzindo-se della as respectivas importancias, caso o arrendatario, intimado a pagalas, não o faça dentro do prazo que lhe tiver sido marcado na mesma intimação.

Uma vez desfalcada a caução por faes descontos, será o arrendatario obrigado a reintegral a dentro do prazo de 15 dias, sob pena de ficar o mesmo arrendatario constituido em mora, *ipso jure*, e obrigado por isso ao pagamento do juro de 9 % ao anno, cabendo ao Governo o direito de cobrar executivamente a importancia do desfalque e correspondentes juros, nos termos do art. 52 letras b e c, parte quinta do decreto n. 3.034, de 5 de novembro de 1898.

Fica entendido que, si esta caução tiver sido desfalcada por despesas feitas pelo Governo, por conta do arrendatario, de accordo com as clausulas deste contracto, só lhe será entregue o saldo que houver no fim do prazo do contracto.

XXIX

Até o dia 10 de cada mez será organizada a conta da receita arrecadada no mez anterior e determinado o valor da porcentagem pertencente ao arrendatario, para os fins da clausula XXV.

XXX

O Governo poderá augmentar ou diminuir as taxas estabelecidas na clausula IV, mas a determinação da porcentagem a pagar ao arrendatario será feita sobre a renda bruta calculada com as taxas marcadas nessa clausula, qualquer que seja a alteração para mais ou para menos que nellas faça o Governo em qualquer época.

XXXI

Durante o prazo do contracto o arrendatario é obrigado a fazer á sua custa a conservação e reparações de que carecerem as obras, machinismos e demais bens que lhe forem entregues, mantendo tudo em perfeito estado de conservação e funcionamento, devendo substituir por novos, tambem á sua custa, o que se inutilizar. Da mesma forma fará a desobstrução e dragagem que forem necessarias para a manutención da profundidade de agua na bacia do porto marcada á respectiva planta.

Si, intimado a fazer qualquer obra de conservação ou de reparo, deixar o arrendatario de cumprir a ordem no prazo que lhe tiver sido marcado, poderá o Governo mandar fazer o trabalho por outrem por conta do arrendatario, e si este se recusar ao pagamento da respectiva despesa o Governo mandará descontar a importancia da caução a que se refere a clausula XXVIII.

XXXII

Além das taxas referidas na clausula IV o arrendatario terá a facultade de perceber outras em remuneração de serviços que preste nos estabelecimentos arrendados, como o de emissão de *warrants*, rebuques e outros não previstos no contracto, desde que lhe seja pelo Governo dada respectiva autorização com approvação das taxás.

XXXIII

Os trapiches alfandegados Ypiranga, Ordem e Docas Nacionaes, de propriedade da União, serão entregues ao arrendatario para exploral-os conjuntamente com o primeiro trecho de cáes, devendo nelles cobrar unicamente as taxas de capitazias e armazenagem, não sendo nenhuma dellas superior ás que se acham em vigor na Alfandega desta Capital.

Logo, porém, que seja entregue ao arrendatario toda a extensão do cáes de que trata a clausula II, cessará o alfandegamento dos citados trapiches, voltando então para o Governo os respectivos edificios com os seus aparelhamentos actuaes.

XXXIV

Emquanto não estiver entregue ao arrendatario toda extensão do cáes, de que trata a clausula II, serão mandados pela Alfandega desta Capital, para atracar ao cáes, os navios que o trecho do mesmo cáes comportar, de modo a estar sempre aproveitada toda a sua capacidade de trafego.

Depois de entregue todo o cáes, serão suprimidos os actuaes armazens da alfandega, passando os serviços que nelle se fazem hoje para os novos armazens arrendados.

XXXV

Antes do arrendatario começar a exploração do cáes e trapiches alfandegados, sujeitará ao Governo o regulamento para a execução de todos os seus serviços e só depois d'elle approved pelo Governo poderá inicial-os. Esse regulamento deverá estar de accordo com as condições do presente edital e com as disposições das leis em vigor que se refiram áquelles serviços.

XXXVI

Fará parte das obras arrendadas um deposito para o recebimento e guarda de inflammaveis, explosivos e corrosivos, logo que o Governo tenha resolvido sobre a escolha do local e construcção do mesmo deposito.

XXXVII

Pela inobservancia de qualquer das clausulas do contracto para que não esteja estabelecida penalidade especial, ficará o arrendatario sujeito a multas até o maximo de 20.000\$ e no dobro pelas reincidencias, impostas pelo chefe da repartição fiscal, com recurso para o ministro da Viação e Obras Publicas.

Si estas multas não forem pagas pelo arrendatario dentro do prazo de 15 dias, após decisão do ministro, no caso do ser usado o recurso acima estabelecido, contado da data da respectiva intimação, será o seu valor descontado da caução de que trata a clausula XXVIII.

XXXVIII

Si o arrendatario não residir na Capital Federal, terá nesta um representante, com

plenos e illimitados poderes para tratar e resolver definitivamente, perante o administrador o o judiciario brasileiros, quaesquer questões que com elle se suscitem, podendo o dito representante ser demandado e receber citação inicial e outras em que, por direito, se exija citação pessoal.

O arrendatario ou seu representante não poderão ausentar-se, mesmo temporariamente, da Capital Federal sem sciencia e permissão do Governo.

XXXIX

As questões entre o Governo e o arrendatario relativas ao serviço deute e as que disserem respeito a intelligencia de clausulas do contracto, serão submettidas pelo chefe da Repartição Fiscal, no prazo de oito dias, ao ministro da Viação e Obras Publicas, que as resolverá com promptidão.

Si o arrendatario não se conformar com a resolução dada, seguir-se-ha, em ultima instancia, o arbitramento, escolhendo cada parte um arbitro dentro do prazo de 10 dias; não chegando estes a accordo, a questão será resolvida por um terceiro arbitro escolhido dentro de 10 dias, de common accordo; na falta deste accordo, cada uma das partes contractantes, dentro de cinco dias, apresentará dous outros arbitros e dentro os quatro a sorte designará o desempatador, que resolverá a questão no prazo de 10 dias.

Ficará entendido que as questões previstas ou resolvidas em clausula do contracto, como as de multas, rescisão e outras, não são comprehendidas na presente clausula.

XL

Quaesquer outras questões que, porventura, se possam suscitar na execução do contracto, quer sejam administrativas, quer sejam judiciaes, serão sempre decididas pelos tribunales brasileiros, e o foro para todas as questões judiciais entre o Governo e o arrendatario, se a este autor ou réo, será o federal.

XLI

O Governo poderá rescindir o contracto, a partir de 1 de janeiro de 1917 por accordo amigavel com o arrendatario e, na falta deste, mediante pagamento de uma indemnização correspondente a 10 % da renda bruta recolhida pelo arrendatario nos 12 meses anteriores á data da rescisão.

XLII

A rescisão do contracto poderá ser declarada de pleno direito, por decreto do Governo, sem dependencia de interpeção ou acção judicial, si o arrendatario, depois de multado, reincidir em qualquer falta que diga respeito a contrabandos ou prejuizo do fisco.

Verificada a rescisão nestes termos, perderá o arrendatario, em favor da União, a caução a que se refere a clausula XXVIII.

XLIII

Para as despesas de fiscalização, o arrendatario entrará para o Thesouro Nacional, por semestres adiantados, com a quantia de 30:000\$, em papel moeda nacional.

XLIV

Os proponentes escreverão por extenso, sem rasuras, entrelinha ou emendas e sem condição alguma fora deste edital, as porcentagens que pretenderem para a execução dos serviços do porto, de conformidade com esse edital e nos termos da clausula XXVII, fechando esta proposta em um envelope lacrado, sobre o qual escreverão—Proposta de... (nome do proponente).

Reunirão a esse envelope as provas que puderem apresentar de sua capacidade administrativa, industrial e financeira, e o recibo da caução a que se refere a clausula XLV.

Todos esses documentos serão fechados em segundo envelope igualmto lacrado, que será entregue no dia designado para o recebimento das propostas. Nesse dia, com as formalidades do costume, serão abertos todos os envelopes desentranhando se delles os documentos de prova de idoneidade e reunindo-se os envelopes com as propostas de preços, fechados como se acharem, em um mesmo envolvero, que, depois de lacrado e rubricado pelos proponentes presentes que o queiram fazer, ficará depositado no Ministerio da Viação e Obras Publicas, sob a guarda do director de Obras e Viação.

Dentro de tres dias, serão publicados pelo *Diario Official* os nomes dos proponentes julgados idoneos para o contracto e anunciado o dia para a abertura das propostas de preços, sendo nesse dia restituídas aos demais proponentes as respectivas propostas fechadas como foram entregues.

A preferencia será dada ao concorrente que pedir menor porcentagem media para uma renda bruta de 9.000:000\$ annuaes.

O Governo, que se reserva o direito de julgar livremente sobre a idoneidade moral, industrial e financeira dos proponentes, poderá igualmente annullar a presente concorrência, si achar inaceitaveis os preços pedidos nas propostas, não ficando aos proponentes direito de reclamarem qualquer indemnização sob qualquer titulo.

Será previamente nomeada pelo Governo uma comissão de cinco membros para o exame e julgamento das provas de idoneidade apresentadas pelos concorrentes.

XLV

Para garantia da assignatura do contracto os proponentes farão no Thesouro Nacional uma caução de 200:000\$ em moeda corrente, que reverterá para os cofres da União, caso o proponente deixe de assignar o respectivo contracto no prazo de 10 dias, contados da data em que pelo *Diario Official* lhe for feita a notificação da acceptação de sua proposta.

Esta caução poderá ser feita tambem na Delegacia do Thesouro em Londres e aqui comprovada por telegramma da mesma delegacia ao Ministro da Fazenda.

Directoria Geral de Obras e Viação, 23 de fevereiro de 1910.—*J. F. Parreiras Horta*, director-geral.

PARTE COMMERCIAL

Camara Syndical dos Corretores de Fundos Publicos da Capital Federal

CURSO OFFICIAL DE CAMBIO E MOEDA METALLICA

Praças:	90 d/v	A' vista
Sobre Londres.....	15 1/16	14 59/64
» Paris.....	\$633	\$639
» Hamburgo.....	\$781	\$790
» Italia.....	—	\$639
» Portugal.....	—	\$333
» Nova York.....	—	\$3315
Libra esterlina, em moeda	—	16\$050
Ouro nacional, em vales, por 1\$000	—	1\$800

CURSO OFFICIAL DOS FUNDOS PUBLICOS E PARTICULARES

Apolicos geraes de 5 %, 1:000\$..	1:010\$000
Apolicos do emprestimo municipal de 1903, port.....	178\$000
Ditas idem, idem, de 1903, nom.	181\$000
Ditas Minas Geraes de 1:000\$ nom.....	852\$000
Ditas do Rio de Janeiro de 100\$, 4 % port.....	80\$000
Ditas municipaes de Nitheroy, port.....	195\$000

Banco Commercial do Rio de Janeiro.....	95\$000
Comp. Terras e Colonização....	7\$500
Comp. E.F. Minas de S. Jeronymo	18\$000
Comp. Loterias Nacionaes do Brazil.....	28\$000
Comp. Docas da Bahia.....	34\$500
Comp. Transporte e Carriagens.	70\$000
Debs. da Sociedade <i>Jornal do Commercio</i>	194\$000
Debs. da Comp. Mercado Municipal.....	200\$000
Debs. da Comp. Manufactora Fluminense.....	200\$000
Secretaria da Camara Syndical do Rio de Janeiro, 2 de abril de 1910. — <i>J. Claudio da Silva</i> , syndico.	

A Camara Syndical dos Corretores de Fundos Publicos da Capital Federal, em sessão de hoje, resolveu admitir á negociação e cotação official na Bolsa as acções integralizadas, nominativas e ao portador, da Sociedade Anonyma *O Paiz*, em numero de 4.000 e do valer nominal de 1:000\$ cada uma, representativas do capital social de 4.000:000\$000.

Na secretaria desta Camara ficam archivados o exemplar das cautelas de acções e demais documentos legais.

Secretaria da Camara Syndical, em 2 de abril de 1910.—*José Claudio da Silva*, syndico.

A Camara Syndical dos Corretores de Fundos Publicos da Capital Federal, em sessão de hoje, resolveu admitir á negociação e cotação official na Bolsa o empréstimo de 1.800:000\$, contratado pela Sociedade Anonyma *O Paiz*, dividido em 1.800 obrigações de valor nominal de 1:000\$ cada uma, juros de 7 % ao anno, pagos por semestres vencidos, em janeiro e julho de cada anno.

Na secretaria desta Camara ficam archivados o exemplar das cautelas de obrigações e demais documentos legais.

Secretaria da Camara Syndical, em 2 de abril de 1910.—*José Claudio da Silva*, syndico.

José Claudio da Silva, presidente da Camara Syndical dos Corretores de Fundos Publicos:

Faz saber, de ordem da Camara Syndical, que, tendo fallecido, no dia 22 de fevereiro ultimo, o corretor de fundos publicos desta praça Francisco Sauwer, pelo presente são chamados quaesquer interessados em transacções em que houvesse intervindo o referido corretor a vir liquidar as no prazo de seis mezes, conforme preceitua o art. 14 do decreto n. 2.475, de 13 de março de 1897, incorrendo nas disposições da lei os que, no referido prazo, não fizerem valer os seus direitos. E eu, Joaquim da Silva Gusmão Filho, secretario da Camara, o subscrevi.

Secretaria da Camara Syndical da Capital Federal, 4 de março de 1910. — *José Claudio da Silva*, syndico.

VENDAS POR ALVARÁ

O corretor José Claudio da Silva, autorizado por alvará de juizo, venderá em leilão na Bolsa no dia 11 do corrente 12 apolicos geraes de 1:00 \$, de 5 %.

Secretaria da Camara Syndical, 2 de abril de 1910.—*Alfredo G. V. do Amaral*, adjunto.

O corretor A. F. de Britto Sanches, autorizado por alvará de juizo, venderá no dia 11 do corrente 20 apolicos geraes de 5 % de 1:00\$000.

Secretaria da Camara Syndical, 2 de abril de 1910.—*J. Claudio da Silva*, syndico.

Junta dos Corretores

PREÇOS CORRENTES DA SEMANA DE 23 DE MARÇO FINDO A 2 DE ABRIL

Mercadorias	Preços			Mercadorias	Preços		
	Minimo	Maximo	Unidade		Minimo	Maximo	Unidade
Aguardente de:				Banha nacional			
Paraty	110\$000	115\$000	Por 480 litros.	De Santa Catharina, em lata de 2 kilos.....	67\$200	69\$000	Por 60 kilos.
Angra	109\$000	105\$000	» » »	Idem idem, em dita de 20 kilos	63\$000	66\$000	» » »
Campos	85\$000	90\$000	» » »	Americana, em dita de 2 kilos.	Não ha	Não ha	» » »
Maceió	85\$000	90\$000	» » »	Americana, em barril.....	\$900	\$920	Por libra.
Bahia	Não ha	Não ha	» » »	Batata			
Pernambuco.....	85\$000	90\$000	» » »	Nacional	\$200	\$240	Por kilo.
Sergipe.....	Não ha	Não ha	» » »	Estrangeira.....	16\$000	17\$000	Por 2 1/2 caixas.
Do sul.....	»	»	» » »	Breu			
Alcool (caldo)				Claro.....	28\$500	29\$000	Por 280 libras.
De 40 grãos.....	130\$000	135\$000	» » »	Escuro.....	23\$000	23\$500	» » »
De 38 grãos.....	115\$000	120\$000	» » »	Café			
De 36 grãos.....	105\$000	110\$000	» » »	Lavado	Nominal	Nominal	Por arroba.
Alfafa				Moka.....	7\$500	8\$200	» » »
Nacional.....	\$170	\$180	Por kilo.	Maragogipe.....	Nominal	Nominal	» » »
Do Rio da Prata.....	\$170	\$180	» » »	Typo n. 1.....	»	»	» » »
Algodão em rama				Dito n. 2.....	»	»	» » »
Ceará, 1ª sorte.....	16\$200	17\$000	Por 10 kilos.	Dito n. 3.....	8\$200	8\$300	» » »
Ceará, regular.....	16\$000	16\$500	» » »	Dito n. 4.....	8\$000	8\$100	» » »
Mossoró, 1ª sorte.....	16\$000	16\$800	» » »	Dito n. 5.....	7\$600	7\$900	» » »
Mossoró, regular.....	15\$600	16\$200	» » »	Dito n. 6.....	7\$700	7\$800	» » »
Natal, 1ª sorte.....	15\$000	16\$500	» » »	Dito n. 7.....	7\$450	7\$600	» » »
Natal, regular.....	Nominal	Nominal	» » »	Dito n. 8.....	7\$300	7\$400	» » »
Sergipe, Dões.....	1\$700	16\$000	» » »	Dito n. 9.....	7\$100	7\$200	» » »
Sergipe, Itabaiana.....	15\$200	15\$800	» » »	Dito n. 10.....	Nominal	Nominal	» » »
Pernambuco, 1ª sorte.....	16\$300	17\$000	» » »	Escolha.....	6\$500	7\$000	» » »
Pernambuco, 1ª sorte, do ser- tão.....	16\$500	17\$500	» » »	Carne secca			
Pernambuco, mediano.....	Nominal	Nominal	» » »	Do Rio da Prata:			
Maceió, 1ª sorte.....	15\$900	16\$800	» » »	Em patos e mantas { novas.....	\$620	\$700	Por kilo.
Maceió, regular.....	Nominal	Nominal	» » »	{ velhas.....	Não ha	Não ha	» » »
Parahyba, 1ª sorte.....	16\$000	16\$800	» » »	Em puras mantas { novas.....	\$680	\$800	» » »
Parahyba, mediano.....	Nominal	Nominal	» » »	{ velhas.....	Não ha	Não ha	» » »
Penedo, 1ª sorte.....	15\$800	16\$300	» » »	Do Rio Grande:			
Assú, 1ª sorte.....	16\$200	17\$000	» » »	Systema platino.. { novas.....	\$600	\$640	» » »
Pianhy, regular.....	15\$200	16\$000	» » »	{ velhas.....	Não ha	Não ha	» » »
Maranhão, regular.....	15\$000	16\$000	» » »	» brasileiro { novas.....	»	»	» » »
Arroz				{ velhas.....	»	»	» » »
Nacional, bom.....	48\$300	53\$500	Por 100 kilos.	Cimento			
Dito, superior.....	41\$700	46\$700	» » »	Albatroz.....	—	14\$000	Por barrica.
Dito, regular.....	41\$700	4\$700	» » »	Vonrce.....	—	13\$000	» » »
Estrangeiro, Rangoon.....	Não ha	Não ha	» » »	Minerva.....	—	15\$000	» » »
Estrangeiro, agulha, de 1ª.....	51\$700	60\$000	» » »	Cruz Vermelha.....	—	11\$500	» » »
Dito, de 2ª.....	51\$700	60\$000	» » »	Visurgis.....	—	10\$500	» » »
Assucar				Outras marcas.....	11\$000	11\$500	» » »
(Diversas procedencias)				Farelo de trigo			
Branco, usina.....	\$300	\$320	Por kilo.	Moinho Fluminense.....	3\$000	3\$700	Sacco de 38 kilos.
Dito, crystal.....	\$270	\$320	» » »	» Inglez.....	3\$600	3\$700	» » » »
Dito, 2º jacto.....	\$260	\$280	» » »	Fariuha de mandioca			
Dito, 3ª sorte.....	\$300	\$310	» » »	Do Porto Alegre:			
Somenos.....	\$240	\$240	» » »	Especial.....	20\$000	21\$070	Por 100 kilos.
Mascavinho.....	\$220	\$270	» » »	Fina.....	16\$500	17\$500	» » »
Crystal amarello.....	\$250	\$270	» » »	Peneirada.....	15\$600	16\$000	» » »
Mascavo, bom.....	\$1.5	\$220	» » »	Grossa.....	13\$300	14\$000	» » »
Dito, regular.....	\$185	\$200	» » »	De Santa Catharina:			
Dito, baixo.....	\$170	\$180	» » »	Fina.....	Não ha	Não ha	» » »
Bacalhão				Grossa.....	13\$300	14\$000	» » »
Em tina: Gaspe.....	48\$000	50\$000	Por tina.	Farinha de trigo			
» » Americano.....	44\$000	45\$000	» » »	Moinho Fluminense:			
» » Peixeling.....	34\$000	36\$000	» » »	Primeira qualidade.....	—	27\$000	Por 2 1/2 saccos
Em caixa.....	51\$000	52\$000	Por caixa.	Segunda dita.....	—	23\$000	» » »
Banha nacional				Terceira dita.....	—	25\$000	» » »
De Porto Alegre, em lata de 2 kilos.....	66\$200	69\$000	Por 60 kilos.	Moinho Inglez:			
De Porto Alegre, em lata de 20 kilos.....	67\$200	69\$000	» » »	Primeira qualidade.....	—	27\$000	» » »
				Segunda dita.....	—	23\$000	» » »
				Terceira dita.....	—	25\$000	» » »
				Do Rio da Prata:			
				Primeira qualidade.....	27\$000	27\$250	» » »
				Segunda dita.....	25\$500	26\$000	» » »
				Terceira dita.....	24\$500	24\$750	» » »
				Americana, em barrica.....	Não ha	Não ha	» » »
				» » sacco.....	»	»	» » »

Mercadorias	Preços		
	Minimo	Maximo	Unidade
Feijão			
Preto, de Porto Alegre, superior	15\$500	16\$500	Por 100 kilos
Idem, de Minas, superior.....	Não ha	Não ha	
De Santa Catharina, superior..	>	>	
De côres diversas.....	13\$000	2\$000	> > >
Dito enxofre nacional.....	22\$000	23\$000	> > >
Dito branco, estrangeiro.....	25\$000	26\$500	> > >
Dito amendoim, estrangeiro....	Não ha	Não ha	
Dito fradinho, estrangeiro.....	35\$000	37\$000	> > >
Fumo			
Em corda, do Rio Novo:			
Especial.....	1\$900	2\$000	Por kilo.
Superior.....	1\$700	1\$800	> >
Regular.....	1\$200	1\$300	> >
Pomba, de 1ª.....	1\$500	1\$600	> >
Dito, de 2ª.....	1\$100	1\$200	> >
Dito, baixo.....	\$600	\$600	> >
Do sul de Minas, especial, de 1ª	1\$100	1\$200	> >
Dito idem, de 2ª.....	1\$000	1\$050	> >
Dito idem, de 3ª.....	\$500	\$600	> >
De Goyaz, especial.....	2\$000	2\$200	> >
Dito, de 1ª.....	1\$700	1\$900	> >
Dito, de 2ª.....	1\$200	1\$300	> >
Em folha:			
De Porto Alegre, amarello, de 1ª	\$800	\$900	> >
Dito, de 2ª.....	\$700	\$750	> >
Commum, de 1ª.....	\$800	\$850	> >
Dito, de 2ª.....	\$600	\$650	> >
Da Bahia, marca P. F. S.....	1\$100	1\$500	> >
> > P. F.....	1\$100	1\$200	> >
> > P. P.....	\$900	1\$100	> >
> > P.....	\$800	\$900	> >
Da Bahia, de 1ª.....	\$200	1\$000	> >
Dito idem, de 2ª.....	\$700	\$800	> >
Dito idem, de 3ª.....	\$600	\$650	> >
Dito idem, de 4ª.....	\$500	\$550	> >
Kerozane americano (Devoes Brilliant)	7\$100	7\$300	Por caixa.
Ladrilhos de Marselha.....	—	120\$000	Por milheiro.
Ditos nacionaes, hydraulicos... Mantega	4\$500	9\$000	Metro quadrado.
De sul.....	Não ha	Não ha	
De Minas.....	1\$900	2\$100	Por kilo.
Estrangeira (diversas marcas).	1\$750	2\$500	Por libra.
Matte em folha.....	\$400	\$600	Por kilo.
Milho amarello do norte.....	5\$500	6\$500	Por 100 kilos
Dito idem da terra.....	7\$500	8\$000	> >
Dito branco da terra.....	9\$000	12\$000	> >
Dito do Rio da Prata.....	Não ha	Não ha	
Óleo de linhaça em barril.....	1\$050	1\$100	Por kilo.
Dito idem em lata.....	1\$100	1\$150	> >
Dito de carço de algodão..... Phosphoros	\$750	\$800	Por litro.
Marca Olho.....	63\$000	64\$000	Por lata.
Dita Brillhante.....	63\$000	64\$000	> >
Dita Banderinha.....	—	62\$000	> >
Dita Palpite.....	—	61\$000	> >
Dita Curityba.....	—	60\$000	> >
Dita Luz Mineiro.....	—	59\$000	> >
De cera (marca Olho).....	—	77\$000	> >
Pinho			
Americano.....	—	\$280	Por pé.
De resina.....	—	84\$000	> duzia.
Spruce.....	—	82\$000	> >
Succo, branco.....	—	82\$000	> >
Dito, vermelho.....	—	84\$000	> >
Do Paraná:			
1ª qualidade.....	60\$000	65\$000	> >
2ª qualidade.....	45\$000	50\$000	> >
Sal do norte.....	2\$000	2\$200	Por 40 litros.
Dito de Cab Frio.....	3\$000	3\$300	> 80 >
Dito estrangeiro.....	Não ha	Não ha	
Sebo			
Do Rio Grande.....	\$610	\$620	Por kilo.
Do Matadouro.....	\$530	\$600	> >
Do Rio da Prata.....	Nominal	Nominal	
Telhas francezas.....	230\$000	235\$000	Por milheiro.

Mercadorias	Preços		
	Minimo	Maximo	Unidade
Toucinho de Minas, superior...	\$800	\$900	Por kilo.
Dito idem, regular.....	Não ha	Não ha	
Vinhos			
Nacional.....	165\$000	167\$000	Por pipa.
Estrangeiros: Virgem.....	280\$000	323\$000	> >
Verde.....	280\$000	300\$000	> >
Collares.....	320\$000	360\$000	> >

FRETES QUE VIGORARAM NA SEMANA DE 28 DE MARÇO FINDO A 2 DE ABRIL DO CORRENTE, PARA OS EMBARQUES DE CAFÉ

Portos europeus:

Amsterdã.....	40 s/ e 5 % por 1.000 kilos.
Antuérpia.....	40 s/ e 5 % por 1.000 kilos.
Barcelona.....	38 frs. seccoos por 1.000 kilos.
Cadiz.....	38 frs. seccoos por 1.000 kilos.
Copenhague.....	42 s/6 e 5 % por 1.000 kilos.
Fiume.....	40 s/ e 5 % por 1.000 kilos.
Hamburgo.....	40 s/ e 5 % por 1.000 kilos.
Leixões.....	30 s/ e 5 % por 1.000 kilos.
Lisboa.....	30 s/ e 5 % por 1.000 kilos.
Liverpool.....	35 s/ e 5 % por 1.000 kilos.
Londres.....	40 s/ e 5 % por 1.000 kilos.
Malaga.....	38 frs. seccoos por 1.000 kilos.
Rotterdam.....	40 s/ e 5 % por 1.000 kilos.
Trieste.....	40 s/ e 5 % por 1.000 kilos.
Vigo.....	38 frs. seccoos por 1.000 kilos.
Bremen.....	40 s/ e 5 % por 1.000 kilos.
Havre.....	40 frs. e 10 % por 900 kilos.
Southampton.....	35 s/ e 5 % por 1.000 kilos.
Marselha.....	40 frs. e 10 % por 1.000 kilos.
Genova.....	40 frs. e 10 % por 1.000 kilos.
Bordéas.....	40 frs. e 10 % por 900 kilos.

Portos americanos — Do Atlantico:

Nova York.....	35 c/ e 5 % por sacco de 60 kilos.
Nova Orleans.....	35 c/ e 5 % por sacco de 60 kilos.
Buenos Aires.....	1\$200 por sacco de 60 kilos.
Montevideo.....	1\$200 por sacco de 60 kilos.

Do Pacifico:

Punta Arenas.....	25 s/ seccoos por 1.000 kilos.
Corral.....	50 s/ seccoos por 1.000 kilos.
Ancud.....	50 s/ seccoos por 1.000 kilos.
Coronel.....	45 s/ seccoos por 1.000 kilos.
Talcahuano.....	45 s/ seccoos por 1.000 kilos.
Valparaizo.....	45 s/ seccoos por 1.000 kilos.
Valparaizo, com opções.	47 s/6 seccoos por 1.000 kilos.
Coquimbo.....	52 s/6 seccoos por 1.000 kilos.
Caldera.....	52 s/6 seccoos por 1.000 kilos.
Taltal.....	52 s/6 seccoos por 1.000 kilos.
Tocopilla.....	52 s/6 seccoos por 1.000 kilos.
Antofogasta.....	52 s/6 seccoos por 1.000 kilos.
Iquique.....	52 s/6 seccoos por 1.000 kilos.
Callao.....	52 s/6 seccoos por 1.000 kilos.
California.....	70 s/ seccoos por 1.000 kilos.
Guayaquil.....	85 s/ seccoos por 1.000 kilos.

Portos sul-africanos (por 1.000 kilos com transbordo)

Em Nova York e portos europeus:

Capetown.....	60 s/ e 2 1/2 %.
Alagoa Bay.....	60 s/ e 2 1/2 %.
Mossel Bay.....	60 s/ e 2 1/2 %.
East London.....	60 s/ e 2 1/2 %.
Port Natal.....	60 s/ e 2 1/2 %.
Delagoa Bay.....	70 s/ e 2 1/2 %.
Beira.....	78 s/6 e 2 1/2 %.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1910. — O presidente, João Severino da Silva. — O secretario, Sebastião S. da Rocha.

SOCIEDADES ANONYMAS

Empreza Auto Avenida

ACTA DA ASSEMBLÉA GERAL DE INSTALAÇÃO

Aos 19 dias de março de 1910, á 1 hora da tarde, na sala do 1º andar do predio da Avenida Central n. 4, presentes os Srs. Edgard Ribeiro, Mario Castro de Almeida, Alfredo Pinto Guimarães, Julio C. Pimenta Velloso, M. Buarque de Almeida, Dr. Horacio Guimarães, José Ramos de Azevedo, Francisco Feio, Dr. Daniel de Almeida e M. Buarque & Comp., pelo seu socio gerente, engenheiro Manoel Buarque de Macedo, os Srs. Mario Castro de Almeida e Edgard Ribeiro, na qualidade de incorporadores da sociedade anonyma—Empreza Auto Avenida—pedem aos Srs. subscriptores de acções que indiquem o presidente que deve dirigir a primeira assembléa de installação.

Acclamado o Sr. Dr. Horacio Guimarães, assumiu este a presidencia e convidou para secretarios os Srs. Dr. Daniel de Almeida e Julio C. Pimenta Velloso.

O Sr. presidente mandou proceder á leitura do annuncio de convocação, publicado no *Diario Official* de 17 do corrente e concebido nos seguintes termos: «Empreza Auto Avenida—sociedade anonyma.

São convidados os Srs. accionistas desta sociedade anonyma para se reunirem em assembléa geral de installação, no dia 19 do corrente, á 1 hora da tarde, no escriptorio dos incorporadores, n. 4, Avenida Central, 1º andar.

Serão submettidos á approvação dos Srs. accionistas os respectivos estatutos e eleita a primeira directoria.

Rio de Janeiro, 16 de março de 1910.— Os incorporadores, Mario Castro de Almeida.— Edgard Ribeiro.

Em seguida, é feita a leitura do seguinte projecto de estatutos e são elles unanimemente approvados. «Empreza Auto Avenida—Sociedade Anonyma.

CAPITULO I

Da denominação e fins soc'as

Art. 1.º Sob a denominação—Empreza Auto Avenida fica constituida uma sociedade anonyma, com séde nesta capital, para exploração da industria de transportes em vehiculos automoveis, por meio de linhas regulares de passagens no Districto Federal ou em outras cidades do Brazil.

Art. 2.º O prazo da duração da sociedade será de 30 annos.

CAPITULO II

Do capital e distribuição dos lucros

Art. 3.º O capital social será de 200.000\$, dividido em 2.000 acções do valor nominal de 100\$ cada uma.

Art. 4.º As acções serão nominativas, podendo ser, quando integradas, convertidas em acções ao portador, á vontade do possuidor.

Art. 5.º Dos lucros liquidos verificados semestralmente, serão deduzidos 45 % para fundo de reserva e depreciação do material, 5 % para bonificação dos directores e o restante distribuido aos accionistas como dividendo.

CAPITULO III

Da directoria e conselho fiscal

Art. 6.º A sociedade será administrada por dous directores, que exercerão o mandato por tres annos, salvo reeleição.

Art. 7.º Os directores ficam investidos de amplos poderes para praticar todos os actos de gestão concernentes aos fins sociaes e ouvido o conselho fiscal.

a) transigir, hypothecar ou empenhar bens sociaes;

b) contrahir emprestimos por meio de obrigações ao portador, quando autorizados na fórma da lei.

Art. 8.º Qualquer director representará a sociedade em juizo ou fóra delle, devendo, porém, os instrumentos de mandato judicial ou extra-judicial ser assignados por ambos.

Art. 9.º Cada director terá o honorario mensal de 600\$000.

Art. 10. Para garantia de sua gestão cada director caucionará 100 acções da sociedade.

Art. 11. Todos os actos que envolvam responsabilidade pecuniaria serão assignados pelos dous directores.

Art. 12. No caso de vaga de algum director, será chamado para servir um accionista, com approvação do conselho fiscal, até a reunião da assembléa geral ordinaria, que elegerá o novo director.

Paragrapho unico. O mandato do director assim eleito terminará com o do outro.

Art. 13. Suscitando-se divergencia entre os directores será o assumpto decidido pelo conselho fiscal.

Art. 14. O conselho fiscal será composto de tres membros e tres supplentes, eleitõs annualmente pela assembléa geral ordinaria.

Art. 15. Os fiscaes exercerão as funções que lhes são attribuidas por lei.

Art. 16. Os supplentes substituirão os fiscaes em seus impedimentos.

Art. 17. O conselho fiscal reunir-se-ha uma vez por mez e das suas deliberações se lavrará acta.

CAPITULO IV

Das assembléas geraes

Art. 18. Haverá annualmente, no mez de maio, uma assembléa geral ordinaria para prestação de contas da directoria, leitura e exame do parecer dos fiscaes, eleição dos membros do conselho fiscal e supplentes da directoria, quando terminado o mandato, e tantas extraordinarias quantas o exigirem os interesses sociaes.

Art. 19. As convocações das assembléas geraes extraordinarias serão sempre motivadas, não podendo nellas tratar-se de assumptos alheios á convocação.

Art. 20. As assembléas geraes serão convocadas por meio de annuncios nos jornaes, com antecedencia de 30 dias, para as ordinarias, e oito dias, para as extraordinarias.

Art. 21. O anno social coincidirá com o anno civil.

Art. 22. Cada grupo de cinco acções dará direito a um voto.

Art. 23. A votação será sempre nominal e por numero de votos, isto é, pela representação do capital.

Art. 24. A convocação da assembléa geral suspenderá, *ipso facto*, a transferencia das acções nominativas.

Art. 25. Para que o accionista possa tomar parte nas deliberações da assembléa geral é necessario que esteja inscripto, no registro da sociedade, pelo menos desde 15 dias antes do annuncio de convocação, quando as acções forem nominativas; sen lo ao portador deverão depositar-as tres dias antes da reunião.

Art. 26. As assembléas geraes serão presididas por um accionista que na occasião fór escolhido.

CAPITULO V

Disposições geraes

Art. 27. Nenhuma indemnização ou vantagem será devida, a quem quer que seja, a titulo de incorporação, salvo as despezas provenientes de annuncios, impressões, sellos e emolumentos devidos.

Art. 23. Os casos não previstos nos presentes estatutos serão resolvidos de accôrdo com a legislação em vigor.

O Sr. presidente declarou que foi feito no Thesouro Nacional o deposito de 20.000\$, correspondente a 10 % sobre o capital de 200.000\$, conforme se vê do seguinte documento:

N. 970 — Thesouro Nacional — 1910 — N. 1.082. A fls. 29 do livro Caixa Geral fica debitado o thesoureiro geral, major Francisco Fonseca, por 20.000\$, recebidos dos incorporadores da sociedade anonyma «Empreza Auto Avenida», correspondentes a 10 % do seu capital, affim do poder constituir-se na fórma da lei. 20.000\$000. E, para constar, se deu este assignado pelo thesoureiro geral commigo escriptivo. Rio de Janeiro, 18 de março de 1910.—Pelo thesoureiro geral, *Eugenio Gautie Ley*.— Pelo escriptivo, *E. R. Araújo*.

Pelo Sr. presidente foi declarada constituída a sociedade anonyma «Empreza Auto Avenida», e convida os Srs. accionistas a elegerem a primeira directoria e o conselho fiscal.

Procedendo-se á eleição, são eleitos unanimemente:

Para directores: Mario Castro de Almeida e Edgard Ribeiro.

Para o conselho fiscal: M. Buarque & Comp., Dr. Horacio Guimarães e Alfredo Pinto Guimarães.

Para supplentes: Julio C. Pimenta Velloso, Francisco Feio e Manoel Buarque de Almeida.

O Sr. presidente declarou eleitos os Srs. Mario Castro de Almeida, Edgard Ribeiro, M. Buarque & Comp., Dr. Horacio Guimarães, Alfredo Pinto Guimarães, Julio C. Pimenta Velloso, Francisco Feio e Manoel Buarque de Almeida.

Nada mais havendo a tratar foi suspensa a sessão para ser lavrada a presente acta.

Reaberta a sessão, foi esta lida, approvada e assignada pelos accionistas. E eu, secretario da assembléa, fiz lavrar a presente que subscrevo e assigno — *Julio C. Pimenta Velloso*.— *Horacio Guimarães*.— *Daniel de Almeida*.— *Mario Castro de Almeida*.— *Edgard Ribeiro*.— *Alfredo Pinto Guimarães*.— *M. Buarque & Comp.*— *José Ramos de Azevedo*.— *Francisco Feio*.— *M. Buarque de Almeida*.

Certifico que, por despacho da Junta Commercial, em sessão de 28 de março proximo findo, archivaram-se sob n. 3.356, nesta repartição, os seguintes documentos concernentes á constituição da sociedade anonyma «Empreza Auto Avenida», a saber: os seus estatutos, a acta da assembléa geral de sua installação realizada em 19 do proximo passado, a lista nominativa dos subscriptores, contendo o numero de acções de cada um, o certificado do deposito, em publica fórma de 20.000\$, correspondentes a 10 % do capital social e o documento comprobatorio do pagamento do sello, tambem em publica fórma, na importancia de 220\$, correspondente ao seu capital social.

Rio de Janeiro, 1 de abril de 1910.—*Silvio M. Teixeira*. (Estavam colladas duas estampilhas federaes no valor de 5\$500, devidamente inutilizadas, bem assim o carimbo da Junta Commercial da Capital Federal.)

Companhia Industrial de Cellulose

ACTA DA ASSEMBLÉA GERAL ORDINARIA EM 19 DE MARÇO DE 1910

Aos 19 de março de 1910, reunido no escriptorio da Companhia Industrial de Cellulose, á rua de S. Pedro n. 38, 1º andar, numero legal de accionistas representando 2.235 acções, á 1 hora e 1/4 da tarde, o director Dr. Candido Mendes de Almeida disse

que não tendo comparecido por motivo de molestia o presidente da companhia, o Dr. João Franklin de Alencar Lima, assumia a presidencia, na fórma do art. 35 dos estatutos, e convidava para secretarios os accionistas Drs. Jeronymo Teixeira de Alencar Lima e João Pedreira do Couto Ferraz Junior, o que foi approved, abrindo o Sr. presidente a sessão.

Lidos o relatório da directoria e o parecer do conselho fiscal, publicados no *Jornal do Commercio* de 18 do corrente mez, foram os mesmos postos em discussão.

Encerrada a discussão, foi approved o seguinte parecer do conselho fiscal, nestes termos:

« Srs. accionistas — O conselho fiscal da Companhia Industrial de Cellulose, cumprindo o dispositivo do art. 30, alinea 1ª, dos estatutos, vem dar seu parecer sobre o balanço e contas da gestão da directoria correspondente ao anno social que terminou em 31 de dezembro de 1909.

Cabe lha declarar que examinou os livros da companhia os quaes estão escriptos segundo os preceitos legais e tambem os documentos que instruem o balanço e contas do exercicio, achando tudo em ordem, clareza e perfeita regularidade.

Os esclarecimentos prestados pela directoria a respeito do movimento durante o anno social vos habilitarão a julgardes das contas e serviços feitos nesse periodo.

Não se póde deixar passar em silencio os serviços prestados á companhia pelo accionista engenheiro civil Jeronymo Teixeira de Alencar Lima, que não tem cessado de prover a companhia dos recursos de que tem ella carecido para realização do fim a que se propoz.

O conselho fiscal é de parecer que sejam approvedas as contas da directoria e os seus actos praticados até 31 de dezembro de 1909, abtendo-se de votar os directores e os membros do conselho fiscal.

Passando-se á segunda parte da ordem do dia, o Sr. presidente convida os Srs. accionistas a elegerem um director e os membros do conselho fiscal e seus supplementes. Recollidas oito cédulas apurou-se o seguinte resultado: para director, Dr. Candido Mendes de Almeida, por 415 votos e dous em branco, para membros do conselho fiscal: commendador José Martins Pollo, Dr. João Pedreira do Couto Ferraz Junior e Pedro Benjamim de Cerqueira Lima, para supplementes, commendador Augusto J. Ferreira, Dr. José Antonio Pedreira de Magalhães Castro e Alberto Landsberg, 445 votos, proclamando o Sr. presidente eleito e empesados nos seus cargos respectivos os accionistas acima mencionados. E por nada mais haver a tratar o Sr. presidente suspendeu a sessão para ser lavrada a presente acta, a qual fiz copiar no livro de actas da companhia, para ser lida nesta mesma sessão, e que, depois de julgada conforme, foi approveda pelos accionistas presentes e por elles assignada e por mim Jeronymo Teixeira de Alencar Lima, secretario da assembléa que tambem a assigno e subcrevo. — Dr. Candido Mendes de Almeida. — O engenheiro, João Pedreira do Couto Ferraz Junior. — Jeronymo Teixeira de Alencar Lima. — José Martins Pollo. — Alberto Landsberg. — Por procuração de João Franklin de Alencar Lima, Alencar Lima. — Henrique Carneiro Leão Teixeira. — Pedro Benjamim de Cerqueira Lima.

Companhia Força e Luz de Campos

ACTA DA ASSEMBLÉA GERAL ORDINARIA

Aos 7 dias do mez de março de 1910, á 1 hora da tarde, reuniram-se á rua General Camara n. 102, 2º andar, 10 accionistas da Companhia Força e Luz de Campos, representando 1.946 acções.

O presidente Arthur Duarte Pinto, por disposição dos estatutos, assumiu a presidencia da assembléa e tendo examinado o livro de presença dos Srs. accionistas, verificou a existencia de numero legal para funcionamento da assembléa e convidou para 1º secretario o accionista Sr. José Gonçalves Fontes e 2º secretario o accionista Sr. Eurico Duarte Pinto.

Declarando aberta a assembléa, expoz os motivos da reunião.

« Prestação de contas — Eleição de um director e dos membros do conselho fiscal. »

Em seguida mandou proceder a leitura da acta da ultima reunião da assembléa, sobre a qual ninguém pedindo a palavra foi dada por encerrada.

O presidente convidou o 1º secretario a proceder a leitura do relatório da qual o accionista Sr. Dr. Joaquim Mattoso pediu fosse dispensada, porquanto estava publicado no *Jornal do Commercio* e impresso em folhetos.

Consultada a assembléa, foi concedida a dispensa.

Em seguida, o presidente convidou o relator do conselho fiscal a proceder á leitura do respectivo parecer o que foi feito; o presidente poz em votação o relatório e o parecer do conselho fiscal e nenhum dos Srs. accionistas tendo pedido a palavra, o mesmo senhor declarou approvedos o relatório e contas relativas aos annos de 1908 e 1909, tendo-se abtido de votar a directoria e conselho fiscal.

Em seguida, o presidente declarou que ia se proceder a eleição de um director e dos membros do conselho fiscal e convidou os Srs. accionistas a munirem-se de cédulas.

Feito o esrutinio foram recebidas 10 cédulas para director e 10 para o conselho fiscal.

Procedendo-se a apuração deu o seguinte resultado:

Para director:
Armenio Gonçalves Fontes, com 209 votos.
Para o conselho fiscal:

	Votos
Eduardo Luz.....	239
Arthur Cardoso.....	239
Dr. João Felicio dos Santos.....	239

O Sr. presidente proclamou eleitos: director, o Sr. Armenio Gonçalves Fontes e conselho fiscal, os Srs. Eduardo Luz, Arthur Cardoso e Dr. João Felicio dos Santos.

O presidente da companhia dirigiu-se á assembléa, allegando necessidade de fazer uma viagem a Europa, pedindo á assembléa licença por quatro mezes, a qual lhe foi unanimemente concedida.

Tratando-se da sua substituição temporaria, a assembléa designou o membro do conselho fiscal Sr. Arthur Cardoso, declarando-o desde logo empesado.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente agradeceu a presença dos Srs. accionistas e levantou a sessão ás 2 horas da tarde.

Rio de Janeiro, 7 de março de 1910. — Arthur Duarte Pinto, presidente. — José Gonçalves Fontes, 1º secretario. — Eurico Duarte Pinto, 2º secretario. — Arthur Cardoso. — Arthur Duarte Pinto, por seus filhos Iracema, Hilda e Roberto. — Armenio Gonçalves Fontes.

Companhia de Transporte e Carruagens

ACTA DA ASSEMBLÉA GERAL ORDINARIA PARA EXAME DE CONTAS E ELEIÇÃO DO CONSELHO FISCAL E SUPPLEMENTES.

Aos 19 dias do mez de março de 1910, presentes accionistas em numero legal, representando 7.555 acções, á rua Barão de S. Felix n. 120, o Sr. director presidente da mesma companhia, Antonio José Martins

da Motta, declarou aberta a sessão e convida os Srs. accionistas a indicarem dentre si quem presida os trabalhos.

Com a palavra, o Sr. Costa Lima, propõe para presidir a sessão o Sr. Dr. Arthur Ferreira de Mello.

Em discussão a proposta, e sem haver quem sobre ella se pronunciasse, foi logo encerrada e unanimemente approveda.

O Dr. Arthur de Mello, assumindo a presidencia, agradece aos Srs. accionistas a honrosa distincção que lhe conferiram e convida para secretarios os Srs. R. de Freitas Lima e Joaquim Rodrigo de Freitas, os quaes tomam assento.

Foi lida e approveda a acta da sessão anterior, a qual á reunia grande numero de assignaturas dos Srs. accionistas, o que importava na sua plena approvação e podia mesmo dispensar essa formalidade por parte da assembléa como ponderou, com a palavra, o Sr. conde de Avellar.

O Sr. presidente annuncia os fins da reunião da assembléa geral, já constantes dos annuncios: leitura e discussão do relatório da directoria, acompanhado do parecer do conselho fiscal, sobre prestação de contas e eleição do mesmo conselho fiscal e supplementes; e diz que, por esse motivo, vão começar os trabalhos da assembléa pelo exame de contas.

O Sr. Costa Lima, com a palavra, pede a dispensa da leitura do relatório, por se achar publicado em folhetos e distribuido pelos Srs. accionistas.

E' approveda a proposta, pelo que se passa á leitura do parecer do conselho fiscal, feita pelo Sr. conde de Avellar.

Posto a votos o mesmo parecer, que concluo pela approvação das contas, é unanimemente approvedo.

O Sr. presidente annuncia a segunda e ultima parte dos trabalhos: eleição do conselho fiscal e supplementes, e suspende a sessão por cinco minutos, afim dos Srs. accionistas se munirem de cédulas.

Reaberta a sessão, são convidados para esrutadores os Srs. Francisco Zenha Pereira da Costa e James Kid, que vem á mesa e occupam os seus logares.

Procedendo-se á chamada e votação, são recollidas 18 cédulas, e feita a apuração, deu esta o seguinte resultado para membros do conselho fiscal:

	Votos
Conde de Avellar.....	666
Dr. Marciano de Aguiar Moreira.....	592
Commendador Julio Alberto da Costa.....	533
Joaquim R. de Freitas.....	130

O Sr. presidente declarou eleitos membros do conselho fiscal os tres primeiros votados.

Para supplementes deu a apuração o seguinte resultado:

	Votos
Antonio Xavier da Costa Lima.....	423
Joaquim R. de Freitas.....	251
Eduardo Dantas.....	178
R. de Freitas Lima.....	169
Luiz Carvalho.....	135
Alfredo de Carvalho Macedo.....	55
Victorino Avellar.....	22

O Sr. presidente declarou acharem-se eleitos supplementes os tres primeiros votados.

O Sr. Costa Lima pede a palavra e propõe fique a mesa autorizada a assignar a acta da sessão, bem assim um voto de louvor pelo bom andamento por ella dado aos trabalhos.

Foi unanimemente approveda a proposta.

Não havendo nada mais a tratar, o Sr. presidente declarou encerrados os trabalhos.

E eu, R. de Freitas Lima, a subcrevi e assigno. — Arthur Ferreira de Mello. — R. de Freitas Lima. — Joaquim Rodrigo de Freitas.

Banco Español del Río de la Plata

Capital sub-	50.000.000	ou	69.953.683	\$000
Capital reali-	47.577.380	*	66.603.332	\$000
Fundo de re-	12.043.642,30	*	16.861.098	\$920
serva, m\$1.				

BALANCETE DA FILIAL DO RIO DE JANEIRO EM MARÇO DE 1910

Activo	
Caixa em moeda corrente..	2.402.603,366
Letras descontadas.....	621.403,370
Filiaes.....	515.725,253
Diversas contas.....	119.283,393
	3.659.018,115
Passivo	
Capital.....	800.000,000
Contas correntes 2 %	423.891,785
Deposito a prazo fixo.....	19.778,510
Depositos a premio.....	40.202,566
Casa Matriz e Filiaes.....	2.356.644,533
Diversas contas	18.491,391
	3.659.018,115

S. E. ou O. Rio de Janeiro, 2 de abril de 1910. — M. Abizuri Etchart, gerente. — Lorenzo del Grande Pirallini, contador.

PATENTES DE INVENÇÃO

N. 5.957—*Memorial descriptivo da invenção de «Um systema sanitario de irrigação e lavagem geral das vias publicas», para que pretende privilegio o Dr. Julio Freitas do Amaral, domiciliado nesta cidade do Rio de Janeiro*

A invenção tem por objecto «um systema sanitario de irrigação e lavagem de vias publicas» applicavel a qualquer cidade possuindo, como a cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, um lençol da agua subterranea.

A agua subterranea é, no meu systema, utilizada para a dita irrigação e lavagem, e isto com dupla vantagem: primeiro, permitir que não se desvirtue para outro mister a agua potavel, fornecida pelos mananciaes, para os usos domesticos; segundo, abaixar sensivelmente o nivel do plano do lençol da agua subterranea pela extracção do mesma, operada diariamente; melhorando-se assim, consideravelmente, o estado de humidade do solo, e por consequente o das paredes que, por capillaridade, absorvem a mesma humidade.

Meu systema é utilizado pelo estabelecimento, nas vias destinadas a serem irrigadas e lavadas, de tubos ditos «abyssinios», estabelecidos, de preferencia, na beira dos passeios, em numero e de capacidade convenientes; desembocando esses tubos em caixas cujas tampas se acham no nivel da face dos passeios, e sendo as bocas desses mesmos tubos dotadas de bocas roscaes exteriormente, com o fim de nelles se poder aparafusar, a posto amovivel, a virola roscaea do união de um bocal fixado na extremidade do cano ou mangueira de aspiração de uma tampa portatil, adaptada a puxar a agua dos tubos abyssinios, com os quaes é successivamente posta em communicação. Para facilitar essas operações successivas, a bomba aspirante (ou as bombas) ou, preferivelmente, aspirante e calcante, é montada com seu respectivo motor sobre um carro, para que seja com facilidade mudada conjuntamente com seu motor, de um para outro qualquer dos tubos.

Esses tubos tem a extremidade inferior de introdução de agua preferivelmente disposta

dentro de uma caixa de paredes filtrantes através das quaes é obrigadi a passar a agua do sub-solo, o que assegurará a sua perfeita limpeza. As caixas de paredes filtrantes podem ser de qualquer forma e systema de construcção, contanto que a velocidade de passagem das aguas pelas paredes filtrantes seja a mais conveniente.

Pelo que acaba do expôr, é facil perceber que a applicação da irrigação e lavagem por meio do meu systema tornouse de muito facil realiação, e é obtida muito economicamente, sem o auxilio de agua de qualquer proveniencia a não ser a do sub-solo; sendo que os resultados apontados bastarão por elles sós, além de outros de maior monta e especialmente a suppressão das poeiras existentes nos leitos das ruas e respectivos passeios e sargetis, para provocar e justificar o estabelecimento do serviço de irrigação e lavagem, segundo o meu systema, em todas as cidades apresentando-se nas condições acima enunciadas.

Em resumo, reivindico como pontos e caracteres constitutivos da invenção:

1º, um systema sanitario de irrigação e lavagem geral das vias publicas, caracterizado pela applicação a este serviço das aguas do sub-solo por intermedio de tubos abyssinios, estabelecidos em numero e capacidade convenientes, na area a irrigar e lavar, e susceptiveis de serem postos, de modo amovivel, em conexão com bomba ou bombis portateis destinadas a puxarem a agua pelos ditos tubos, com o fim de derramar a sobre as superficies a serem irrigadas e lavadas; sendo as aguas, antes de subirem pelos tubos, desembocadas das materias que porventura possam trazer em suspensão, por intermedio de caixas de paredes filtrantes em que se dispõe a extremidade de entrada de agua dos referidos tubos;

2º, a applicação, neste systema, de bombas portateis, de qualquer especie ou systema de construcção, montadas conjuntamente com seus respectivos motores (a gaz, gasolina, electricidade, etc.) e carros destinados a trazel-as junto aos tubos, aos quaes devem ser successivamente ligadas de modo amovivel, para elevar e derramar a agua proveniente do sub-solo.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1909. — Por procuração, *Leclerc & Cº*.

N. 5.958—*Memorial descriptivo da invenção de «um processo aperfeiçoado de separação magnetica de materias, por Via humida, para que pretende privilegio, por 15 annos, na Republica dos Estados Unidos do Brasil, Georg Ullrich, domiciliado em Magdeburgo, Alemanha.*

Quando se preende separar material magnetico de outro que é pouco, ou não magnetico, extrahindo se aquelle de um liquido por meio de magnetos ou de corpos magnetizal-os fixados ou atravessados por cima do liquido, suscita-se uma difficuldade importante constituida pela resistencia da superficie do liquido, resistencia que só pode ser superada por um campo magnetico cuja intensidade excede a precisa para se extrahir o mesmo material por via secca. E assim a separação por via humida não offerece vantagem comparada com a por via secca quando for elevado o custo da corrente electrica.

A invenção remove taes difficuldades, levando o liquido contendo o material a separar cima de um polo de magneto e formando entre a superficie do liquido e o aparelho de transporte que passa em distancia conveniente por cima desta superficie e que tem de descarregar o material magnetico separado, paredes ou columnas liquidas em que as particulas magneticas, ajudadas pelo impulso vertical da agua são levantadas até a

face inferior do transportador e em terem de sair da agua, e adherindo aquella face são levadas para fora do campo magnetico.

Com este processo consegue se não sómente separar material pouco magnetico cuja separação por via humida tem sido até hoje impossivel, mas ainda diminuir o consumo de energia electrica em comparação com o processo por via secca.

O transportador pode ser feito de materias que se prestem á magnetização ou de materias não magneticas; neste caso pode ser guarnecido de corpos magnetizaveis.

Quando se emprega um transportador completamente não magnetico, é preciso instalar dois magnetos um abaixo do liquido e outro acima do mesmo, tendo este magneto fios ou pontas na parte inferior, por baixo das quaes caminha o transportador.

No caso em que o transportador possa ser magnetizado completamente, ou que tenha corpos que se prestem á magnetização, tambem se pode instalar o magneto superior.

Ou todo o transportador ou respectivamente todas as suas partes magnetizaveis se excitam por meio do magneto inferior, para o que deve n ter na parte inferior fios ou pontas.

Para a formação das paredes ou columnas liquidas o transportador dirige-se para a superficie da corrente liquida, deixando entre esta uma certa distancia que depende da permeabilidade do material magnetico a separar.

As linhas de força magnetica concentram-se nos fios ou pontas do magneto superior; ou respectivamente do transportador de modo que em certos casos as particulas magneticas são levantadas instantaneamente e adherem ao transportador arrastando consigo o liquido que adhere ao transportador ou fios ou pontas magneticas deste, formando deste modo paredes ou columnas delgadas. Estas formam-se de novo constantemente e os magnetos atraem outras particulas magneticas que se levantam assim até ao transportador sem sahirem do liquido.

Si no começo da operação não se produzir a attração das particulas magneticas e não se formarem as paredes liquidas sem se recorrer a outros meios, a operação tem de ser calhuvada empregando-se na começo uma intensidade de corrente relativamente maior para excitar os magnetos e aproximando-se do liquido o magneto superior e com este o transportador (ou sómente este quando possa ser magnetizado), de modo tal que se formem as paredes, depois do que se volta a empregar a corrente e distancias normaes.

Por meio das paredes ou columnas liquidas se aumenta em certo sentido a altura da capa liquida nestes logares; portanto, o impulso vertical da agua influe durante a ascensão sobre o material que tem de ser attraído, e podem logo além disto aproveitar esta occasião para separar o material não magnetico que adhere ás particulas magneticas, lavando-as.

A união liquida entre o transportador e a superficie do limo produzida como acabamos de descrever, pode-se tambem conseguir regando-se constantemente a parte superior do transportador.

Para este fim faz-se o transportador, de material permeavel, por exemplo, ou com aberturas finas, ou com aberturas, que atravessem desde cima até baixo os fios ou pontas magnetizaveis, das quaes sae constantemente o liquido em forma de fitas ou fios, de modo que se forma uma união liquida continua entre estes logares e a superficie do limo em que estão levantadas as particulas magneticas.

O liquido pode ser levado aos fios ou pontas tambem por meio de orgão fixos de ir

gação, como por exemplo, tubos annulares com aberturas finas, etc.

Visto que a marcha do liquido que rega os fios ou pontas sem direcção opposta á das particulas magneticas ascendentes, o liquido limpará estas mais do que com o emprego do arranjo descripto anteriormente.

O transportador que descarrega o material magnetico separado póde ter nos dois casos a fórma ou de discos ou de cylindros ou de cintas, e póde servir para um campo magnetico sómente, ou para varios campos magneticos.

Em resumo, reivindico como pontos e caracteres constitutivos da invenção:

1º, processo de separação magnetica por via humida consistindo em que entre a superficie de uma corrente liquida que corre sobre um polo magnetico e que contém o material a separar, e o aparelho de transporte que passa acima desta superficie a distancia conveniente e serve para a descarga do material magnetico separado, se forma paredes ou columnas liquidas nas quaes as particulas magneticas estão levantadas sem sahirem antes da superficie do liquido atrahidas por um magneto com fios ou pontas e instalado por cima do transportador, ou por projecção em fórma de fios ou pontas ligados ao transportador;

2º, processo como reivindicado em um, mas com addicionamento de uma corrente de agua dirigida de cima para baixo ao encontro das particulas magneticas ao subirem estas dentro das paredes ou columnas liquidas, para o fim acima descripto.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1900.
— Por procuração, *Leclerc & Comp.*

N. 5.977.—*Memorial descriptivo da invenção de applicação ao fabrico de sabão do sebo vegetal extrahido da Biculhyba para que pretende privilegio a Companhia Lu: Stearica estabelecida nesta cidade do Rio de Janeiro*

A presente invenção consiste na applicação do sebo vegetal fornecido pela noz ou côco da fructa da biculhyba á fabricação de sabão.

A biculhyba (*myristica officinalis*) tambem conhecida sob a denominação «brounva» e «brangas», é uma arvore da familia das myristicaceas, genero myristica.

Essa arvore, verdadeiro moscadeiro brasileiro, tem suas fructas dotadas de um côco ou noz, cujo perisperma contem um oleo gorduroso, amarelado, tendo a consistencia da manteiga e que se póde obter sob a fórma de massa, submettendo a noz ou fructa a compressão por meio de prensa hydraulica ou outra.

Temos reconhecido que esta materia constitui um verdadeiro sebo vegetal applicavel á fabricação de sabão, que seja essa materia tratada directamente para esse fim, quer se empregue o acido oleico proveniente da fabricação da stearina obtida, pelo processo de nossa invenção, da noz das fructas da biculhyba.

Em resumo, reivindicamos como pontos e caracteres constitutivos da invenção:

A applicação, á fabricação do sabão, do sebo vegetal fornecido pela noz das fructas da biculhyba ou moscadeiro brasileiro.

Rio de Janeiro, 17 de Janeiro de 1910—
por procuração, *Leclerc & Comp.*

N. 5.979.—*Memorial descriptivo da invenção de «Uma chapa aperfeiçoada para construção», para que pretendem privilegio Sulc, Raelter & Comp., domiciliados nesta cidade do Rio de Janeiro*

A invenção consiste em uma chapa aperfeiçoada para construção, caracterizada pelo facto que em um ou ambos os lados de uma

armação de ripas, ou de qualquer outra armação, ou parede, se fixa um cartão ondulado. Sobre este suporte se fixa uma chapa constituída por uma massa petrea a que se póde convenientemente juntar gesso, cimento ou magnesite e misturas indifferentes para dar corpo. Estas chapas petreas são além disto cobertas em ambas as faces com um cartão de cellulose. Este cartão de cellulose tem a propriedade de adherir bem á massa petrea por ter maior porosidade; não devendo ser comprimido ou assetinado por calandragem.

As chapas de construção tambem se caracterizam pela sua solidoz e má conductibilidade do calor e da humidade.

No desenho anexo que represento, a titulo de exemplo, em vista schematica, o em secção horizontal, uma armação de ripas a que foram applicadas em ambas as faces chapas de nossa invenção: A, indica a armação; B, indica o cartão ondulado fixado nas faces da armação; C, são as placas de materia petrea revestidas em ambas as faces de cartão de cellulose D.

Em resumo, reivindicamos como pontos e caracteres constitutivos da invenção:

1º, chapa aperfeiçoada para construção, constituída por uma placa da massa petrea simples ou addicionada de gesso, cimento ou magnesite e misturas indifferentes, sendo esta chapa revestida nas duas faces com cartão de cellulose;

2º, chapa de construção, como acima reivindicada, combinada com cartão ondulado sobre que ella se applica por uma de suas faces;

3º, chapa de construção, segundo a reivindicación 1, combinada com o suporte (A) sobre que se applica por intermedio de cartão ondulado.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1910.—
Por procuração, *Leclerc & C.*

N. 5.980.—*Memorial descriptivo da invenção de «Um systema aperfeiçoado de embalagem denominada Embalagem Firme e Economica», para que pretende privilegio Alfredo A. Cardoso Bastos, domiciliado na cidade de S. Paulo, Estado do mesmo nome*

Refere-se a invenção a embalagem e tem por objecto um systema aperfeiçoado de acondicionar em caixas, garrafas, frascos, botijas, etc., que permite realizar certas e apreciaveis economias, principalmente no ponto de vista dos transportes, em razão do volume e peso reduzidos das caixas comparativamente ao volume e peso de caixas de conteúdo equivalente acondicionado, como usualmente. Consigo este resultado e obtenho uma segurança completa quanto á conservação da mercaderia, pela applicação, á confecção de capas ou envoltorios para garrafas ou outros artigos a encaixotar, de tiras onduladas ou frizadas de laminas ou folhas de madeira de qualquer qualidade e de grossura conveniente, que foram comprimidas entre rolos de superficie ondulada ou engrenagens com passo e profundidade adequadas ao frizado da tira que se deseja obter. As capas ou envoltorios, feitos com este material de tira de madeira frizada, substituem vantajosamente, quer as capas ou envoltorios de palha, trançada ou não, quer as capas de papelão frizado ou corrugado, pelo facto de suas paredes apresentarem menor grossura do que as daqueles, de serem mais resistentes á compressão do que as destas, e terem mais elasticidade e flexibilidade do que as de ambas as especies de capas.

No desenho anexo, que representa, a titulo de exemplo, meu methodo de acondicionamento applicado á embalagem de um grupo de 12 garrafas: A fig. 1 é uma vista, em plano, de uma caixa aberta; a fig. 2 é

uma elevação da mesma caixa, estando removido o lado 1 (da fig. 1); as figs. 3 e 4 são vistas analogas ás das figs. 1 e 2, porém, relativas a um arranjo differente das garrafas; a fig. 5 mostra, em vista obliqua, um especimen da tira ondulada empregada na confecção do envoltorio.

Nas figs. 1 e 2 o grupo das 12 garrafas é formado por duas camadas superpostas á outra.

Cada camada compõe-se de duas linhas a e b de tres garrafas cada uma; apresentando-se as garrafas de uma linha a, por exemplo, com seus fundos virados exteriormente em relação á da outra linha b, e tendo as garrafas daquela linha a seus corpos encapados 2 separados por espaços e de sufficiente largura para alojarem-se nelles, sem folga, os gargalos 3 das garrafas da linha b, e vice-versa; estando o corpo encapado da primeira garrafa 4 e o da ultima 5 apoiados sem folga contra as paredes correspondentes 6 e 7 da caixa. Sobre a primeira camada A que, por intermedio de suas capas e, descança sobre o fundo da caixa, colloca-se a segunda camada B de modo que as respectivas garrafas fiquem situadas sobre os espaços livres e da camada inferior e descançam cada uma sobre as duas garrafas correspondentes da primeira camada A.

Nas figs. 3 e 4 vê-se a applicação de meu methodo de acondicionamento a um grupo de 12 garrafas formado por tres camadas A', B', C' compostas de quatro garrafas cada uma, sendo cada camada disposta em relação á ou ás camadas adjacentes como foi descripto em referencia ás figs. 1 e 2.

As capas das garrafas das linhas a e b em cada camada A e B, respectivamente, (figs. 1 e 2) encostam umas contra outras, pelos seus topos, no meio da caixa, e encostam contra as paredes da caixa adjacente aos fundos das garrafas das respectivas linhas; deste modo as capas não se podem deslocar longitudinalmente e impedem tambem qualquer movimento neste sentido das garrafas que envolvem.

Quando as garrafas tem seu bojo do maior diametro do que o de sua base, colloca-se na base, entre a garrafa e o envoltorio, uma tira estreita da mesma madeira frizada, consguindo-se desta fórma chumaco para o nivelamento da vasilha.

Na pratica, emprego, no acondicionamento de garrafas ou frascos de meio a um litro, envoltorios cuja grossura da parede varia de 10 a 15 decimilímetros (1 a 1,1/2 m. m.), tendo o frizado principalmente 10 m. m. de passo por 6 m. m. de profundidade, como representado na fig. 5.

Em resumo, reivindico como pontos e caracteres constitutivos da invenção:

1º — Um systema aperfeiçoado de acondicionamento de garrafas ou outros artigos em caixas, sendo que, no exemplo acima descripto, as garrafas são dispostas parallelamente em camadas superpostas, comprehendendo, cada camada, duas filas de garrafas e tendo as garrafas de uma fila seus fundos virados exteriormente, em relação á outra fila e seus gargalos collocados sem folga nos espaços deixados livres entre os corpos das garrafas da linha opposta revestidos de capas. As capas, em cada fila, estando presas pelos seus topos, entre os topos das capas da outra fila e o lado da caixa adjacente aos fundos das garrafas que encapam, e, em cada camada, a primeira e a ultima garrafa encostando-se pelo seu corpo encapado á parede correspondente da caixa;

2º — A applicação no systema de acondicionamento, acima reivindicado, de capas ou envoltorios para garrafas ou outros objectos, feitos por meio de tiras de madeira de qualquer qualidade, delgada, ondulada ou corrugada.

3º — A applicação de madeira em folha, lamina ou tira delgada para fornecer tiras onduladas ou frisadas destinadas a envolver quaesquer artigos a serem encaixotados, bem como para forrar ou formar divisões de encosto no interior dos volumes.

Tudo como acima descripto e representam o desenho e a amostra em duplicata, annexos ao presente memorial.

Rio de Janeiro, 21 janeiro de 1910. — P. p. Leclerc & Comp.

N. 5.991—Memorial descriptivo da invenção de «Uma disposição para obter a inviolabilidade e desrolhamento rapido das garrafas», para que pretende privilegio, por 15 annos, na Republica dos Estados Unidos do Brazil, Antonio Lázaro Gonçalves, domiciliado no Funchal, Ilha da Madeira

O meu invento diz respeito a uma disposição para obter a inviolabilidade e desrolhamento rapido das garrafas.

Já se tem empregado liames, que prendem as capsulas ou rolhas aos rotulos, etc., para extrahir as rolhas; nunca, porém, de um modo facil, como a disposição que é objecto do presente invento, com a qual se obtém não só a inviolabilidade mas ainda a facilidade de retirar a rolha, sem que esta fique inutilizada, do que resulta, além de facilidade de trabalho, grande economia.

Isto permittirá lançar no mercado pequenas garrafas com um ou mais calices de vinho, de modo que o consumidor as pòs a com facilidade desrolhar e servir-se, evitando a fraude que se exerce por toda a parte, enchendo as garrafas, que tem já servido a um producto puro, com grosseiras imitações.

Afim de que o invento se comprehenda com facilidade, vou descrevelo com o auxilio do desenho annexo, no qual a fig. 1 mostra uma rolha com o liame disposto tal como deve entrar no gargalo da garrafa, e a fig. 2 mostra a rolha mettida no gargalo da garrafa, com as pontas do liame presas debaixo do rotulo.

Referindo-me ao desenho a é o liame (fita, fio, vime, etc.) e b a rolha.

O liame passa por baixo da rolha e assim é introduzida no gargalo.

Depois, bem mettida nestas pontas salientes do liame, passam por cima da rolha e da bocca da garrafa e cruzam-se uma com a outra, indo collocar-se por meio de um rotulo, etiqueta, sinete, etc., sobre o gargalo ou corpo da garrafa, ficando salientes as pontas a' do liame.

Quando se quer abrir a garrafa, puxam-se as duas pontas a' do liame, rasgando o rotulo ou etiqueta ou quebrando o sinete, etc., e assim se retira a rolha, sem a danificar o ficando deste operação vestigios indeleveis.

Ainda, para que ninguem possa illudir o consumidor abrindo as garrafas, antes de as entregar, pode-se adaptar ás suas paredes e ao liame preso á rolha um explosivo igual aquelle que se emprega nos confeitos, rebuçados, etc., de modo que, ao tirar a rolha, este facto é denunciado.

É claro que a disposição se pode applicar não só a garrafas, mas a frascos e a quaesquer outros vasos.

Finalmente, reclamo os beneficios da Convenção Internacional (promulgada pelos decretos ns. 9.233, de 28 de junho de 1884 e 984, de 9 de janeiro de 1903), visto ter sido depositado o mesmo pedido de privilegio na Repartição Official de Portugal, em 30 de dezembro de 1903, sob o n. 6.640.

Em resumo, reivindico como pontos e caracteres constitutivos da invenção:

Uma disposição para obter a inviolabilidade e o desrolhamento rapido de garrafas, frascos, etc., a qual consiste em introduzir no gargalo a rolha com um liame, que

passa por baixo della, cujas pontas ficam fóra do gargalo e são cruzadas sobré a rolha, de modo a passarem sobre a bocca da garrafa, frasco, etc., e por ultimo são coladas sobre o gargalo ou corpo da garrafa, frasco, etc., por meio de um rotulo, etiqueta, sinete, etc.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1909. — Por procuração, Leclerc & Co.

N. 5.972—Memorial descriptivo da invenção de «Um novo aparelho carburador-combustor de gazolina», para que pretendem privilegio, por 15 annos, na Republica dos Estados Unidos do Brazil, José Coccoz e Gratien Borney, domiciliados em S. Carlos, Estado de S. Paulo

A invenção tem por objecto um novo aparelho carburador-combustor de gazolina, em que a gazolina, trazida sob pressão, é recebida por intermedio de uma torneira de gradação com valvula de agulha, em um tubo aquecido pelo proprio aparelho para elevar a temperatura da gazolina que o percorre.

Este tubo conduz a um registro de passagem com valvula obturadora de agulha, de cujo orificio a gazolina, em um grão de aquecimento visinho ao de sua vaporização, se projecta em uma camara de combustão, na qual determina uma chamada enérgica de ar, formando com a gazolina vaporizada uma mistura altamente combustivel, a qual, principiando a queimar á sahida do registro, continua e acaba sua combustão na camara.

Esta camara é aberta em sua face superior, dotada de meios impedindo a passagem das chammas para o exterior. O tubo trazendo a gazolina para o segundo registro atravessa a camara de combustão, sendo ali submettido ao aquecimento que o'eva a gazolina ao grão de temperatura em que ella se acha ao esguichar-se na dita camara. Este tubo traz interiormente um filtro metallico amovivel, que enche exactamente fornecendo por um cordão de tela metallica finissima que se obtém enrolando, apertada sobre si mesmo, a dita tela.

Esta tela metallica assim enrolada age tam'ém como armazem de calor que regula sua transmissão uniforme á gazolina finamente dividida.

Nos desenhos annexos que representam, a titulo de exemplo, dois modos de construcção realizando nossa invenção, figs. 1 e 2 mostram em elevação, parte em secção e em plano, respectivamente, uma disposição do aparelho destinado a servir de aquecedor para fogão a gazolina. As figs. 2 a 5 mostram uma outra disposição das partes de um aparelho adaptado a ser applicado como aquecedor de camisa para illuminação por incandescencia a gazolina gaseificada. As figs. 3 e 4 são secções verticaes por a b e c d, respectivamente, da fig. 5 a qual é uma secção plana por c d da fig. 4.

Nestes exemplos de construcção: 1 é um cano de alimentação da gazolina sob pressão ao registro A, com obturador de agulha 2; B é um cano onde é aquecida a gazolina vinda do registro A; este cano conduz ao segundo registro C do obturador de agulha 3 de cujo orificio a gazolina esguicha na camara de combustão E. E é o filtro metallico distribuidor de calor á gazolina situada dentro do cano e auxiliado por um primeiro filtro de amiantho 5. F são os meios (crivos metallicos, tecido ou folha crivada) impedindo a sahida das chammas da camara.

A camara de combustão nas figs. 1 e 2 comprehendo uma caixa metallica, redonda 5, aberta em sua face superior. Desta caixa se projecta um cano horizontal 6 em cuja extremidade exterior aberta 7, cortada em guela de lobo e guarnecida com tecido me-

tallico 8, desemboca o orificio de sahida do registro C. O tubo B a ravessa a caixa 5 entre dous crivos 8 e 9 de tecido metallico ou de chapa crivada de furos. O crivo superior 8 supporta, a pouca distancia acima da caixa, um disco cheio ou anelaparo 10.

Na construcção representada nas figs. 3, 4 e 5 a camara de combustão D e o tubo B (ou canalização B) são sustentados num suporte de união 12, no qual é formado o segundo registro C.

O cano de aquecimento B comprehende: a) uma parte b levando uma torcida de amiantho 3 e ligando o primeiro registro A ao suporte 12 no qual penetra; b) um corpo tubular vertical b' bifurcando-se em dois ramaes 14 e 15, cujas extremidades inferiores penetram no suporte 12 onde commun'c'm, por meio de canaes 16 e 17, com o tubo b e o registro C, respectivamente.

Uma parede divisoria longitudinal 19 divide o corpo b' em duas repartições 20 e 21 em prolongamento dos ramaes 14 e 15 e communicando entre si, na parte superior 22 do corpo b, onde não existe a parede e que é fechada na sua extremidade.

Nes ramaes 14 e 15 e no corpo principal b' se accommoda o filtro de tecido metallico F, não representado.

A camara de combustão D consta de uma manga vertical curta 25 aberta em suas extremidades, mantida entre os ramaes 14 e 15.

Em redor desta manga ha uma segunda manga vertical 23, parafusada no suporte 12, encerrando os ramaes 14 e 15 e aberta em suas extremidades, sendo esta manga, coberta por um chapéo 28, representado em linhas pontuadas (Fig. 4), cujo funlo é constituido por uma parede de tecido metallico convexa 29.

Este chapéo atravessado pelo corpo b' supporta a galeria 30 á qual é fixado o arame que sustenta a camisa.

Não nos limitando ao modo de construcção acima descripto, poderemos no conjuncto e nos detalhes de nosso aparelho introduzir as modificações que não alterem os principios da invenção.

Modo de funcionar: Estan lo aberto o registro A, fecha a torneira C e cheio o tubo de aquecimento da gazolina B, aquece-se convenientemente e por qualquer meio apropriado a camara de combustão D. Isto feito abre-se o orificio da agulha do obturador do registro C, e a gazolina, projectando-se pulverizada na camara D, se mistura, a sua entrada nesta, com uma grande quantidade de ar que determina na camara uma combustão activa, a qual aquece o tubo B e além disso produz um calor intenso que, pela bocca da camara, se projecta para fóra e pôde ser utilizado, como fóra de conveniencia.

Em resumo: reivindicamos como pontos e caracteres constitutivos da invenção:

1º, um carburador-combustor para gazolina, comprehendendo: um cano ou recipiente alongado de aquecimento de gazolina, recebendo a gazolina sob pressão e combinado com um filtro metallico distribuidor de calor alojado neste tubo; um registro de passagem para gazolina aquecida; uma camara de combustão combinada com o dito registro de obturador de agulha, de cujo orificio a gazolina vaporizada se projecta; uma camara de combustão combinada com o dito registro e com o tubo ou recipiente de aquecimento da gazolina; meios impedindo que as chammas da camara de combustão se abraça a atmosfera, se expandam para fóra desta camara;

2º, uma fórma de construcção do carburador acima reivindicado, adaptado a servir como aquecedor em fogão a gazolina, comprehendendo: uma camara de combustão constituida por uma caixa metallica, tendo

uma projecção cylindrica horizontal combinada com o registro de projecção da gazolina pulverizada, sendo a caixa combinada com o cano de aquecimento e com dois diaphragmas superpostos, crivados de furos e combinados com um disco cheio situado acima do diaphragma superior;

3º — Uma forma de construção do carburador-combustor acima reivindicado, adaptado a servir para aquecer uma camisa para iluminação a gazolina gazeificada, compreendendo: um tubo de aquecimento da gazolina e uma camara de combustão combinados com um suporte de união dessas peças, no qual é formado o registro de injeção de gazolina gazeificada na camara de combustão;

4º — Tubo de aquecimento compreendendo em combinação com o suporte: uma parte exterior combinada com o registro de alimentação; um corpo vertical bifurcando-se em dois ramaes communicando com a parte exterior e o registro, por meio de canaes na peça de suporte, sendo o corpo tubular combinado com uma parede divisoria longitudinal; estando os ramaes e as secções adjacentes dentro do corpo vertical combinados com um filtro feito de cordão de tecido metallico;

5º — Uma camara de aquecimento combinada com o suporte e o registro de injeção, compreendendo: uma manga central vertical curta, de folha metallica, aberturas nas suas extremidades, combinada com uma manga exterior, a qual é por sua vez combinada com um chapéu provido de um funil convexo de tecido metallico combinado com o corpo vertical tubular.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1909. — Por procuração, *Leclerc & C.*

N. 5 993 — Memorial descriptivo da invenção de um aparelho-escala movel para indicações diversas, para que pretende privilegio a Sociedade Anonyma «Jornal do Brasil», desta cidade

Nos diversos systemas de aparelhos de publicidade até hoje empregados, a apparição ou exhibição das noticias ou annuncios é obtida por meio de dizeres em letras mais ou menos difíceis de ser percebidas immediatamente e, portanto, causadoras do pouco successo ou comprehensão rapida pela massa popular, geralmente pouca instruida.

Tem-se adoptado placas e taboletas com indicações ou reclames, porém, com resultado pouco apreciavel, devido a nenhuma attracção que offerecem.

Com o fim de sanar esses inconvenientes e obter um resultado apreciavel na exhibição de noticias, annuncios ou indicações, é apresentada a invenção que constitue o objecto do presente pedido de privilegio, como se passa a descrever.

Consiste a mesma invenção em um aparelho-escala movel para indicações diversas, representado no desenho annexo, de frente e de lado pelas figs. 1 e 2, respectivamente. Este aparelho comprehende uma taboa A ou lamina, com ranhura l, collocada vertical ou horizontalmente, ao longo da qual sobre, desce, corre ou estaciona uma prancheta B, quadro, figura, boneco (fig. 3) ou soldo de qualquer forma e tamanho com a noticia, annuncio ou indicação ou constituindo o mesmo annuncio e preso ou suspenso por um fio 2, que, passando por uma carretilha 3, na parte ou extremidade superior da taboa, se move para abaixar ou suspender um peso compensador C, ao qual é preso.

O aparelho assim formado se adapta na frente dos edificios, no interior das lojas ou salas de diversões, nas portas, janellas, muros, etc., e é graduado em toda a sua altura.

Na construção do mencionado aparelho se emprega a madeira, o ferro ou outro material conveniente.

O fim principal visado por este aparelho é exhibir, por meio de um symbolo demonstrativo, de facil e rapida comprehensão, a noticia, o annuncio, reclame ou indicação, que poderão ser acompanhados de dizeres e inscripções.

Para a visão á noite os dispositivos serão feitos de placas ou corpos transparentes, com mudança ou fixidez de cores, pela luz.

Em resumo, reivindica-se como pontos e caracteres constitutivos da invenção:

Um aparelho escala movel para noticias, annuncios e indicações diversas, constituido por uma taboa ou lamina com ranhura, de madeira, ferro ou outro material, sendo graduada a mesma taboa ou lamina, á qual se applica:

a) pranchetas, bonecos ou figuras, presos por um fio, e movendo-se ao longo da mesma taboa ou lamina e correspondendo ou não á largura desta;

b) Pesos compensadores, presos pelo mesmo fio, permitindo, com facilidade, abaixar ou levantar as pranchetas, bonecos ou figuras;

c) a applicação dos mesmos bonecos, figuras ou pranchetas construidos de material transparente para serem illuminados interna ou externamente, com o fim de permitir a visão á noite, podendo tambem ser adaptadas caixas de material transparente;

d) o aparelho funcionando isoladamente ou em conjuncto para as combinações que se desejar.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1910. — Por procuração, *Leclerc & C.*

N. 6.001 — Memorial descriptivo acompanhando um pedido de privilegio, durante 15 annos, na Republica dos Estados Unidos do Brazil, para: Um novo systema de collocação de annuncios sobre bancos de formas novas e elegantes. Invenção de Francisco de Oliveira Bastos, brasileiro, commerciante, domiciliado nesta Capital Federal

A invenção consiste em um novo systema de collocação de annuncios sobre bancos de formas novas e elegantes, como a titulo de exemplo mostra o desenho annexo, bancos esses destinados ás praças e vias publicas, jardins de theatros e logradouros publicos, e cuja collocação, em virtude de suas formas, póde ser feita em espaços livres, circulando arvores ou postes, ou no sentido longitudinal dos passeios das avenidas, sem embaraçar o transitio nos intervallos da arborização, ou adaptada ás proprias arvores ou postes, ficando os annuncios, pela forma especial dos bancos, sempre visiveis ao publico, embora os mesmos bancos estejam occupados

Os annuncios a que se refere o privilegio pedido, poderão ser executados directamente sobre os bancos, ou em placas separadas que se adaptarão depois aos logares competentes nos bancos, podendo essas placas serem de madeira, zinco, folha de Flandres ou outro qualquer metal; em porcellana, vidro, ferro, esmalte, transparentes, e, ainda, visiveis por meio de reflexão ou luminosos.

Conforme os modelos, representados no desenho a titulo de exemplo, vê-se que a fig. 1 mostra um banco que pode ser collocado nos intervallos da arborização, ao longo dos passeios das avenidas, sobre as costas do qual e em sua maior altura existe uma

placa que poderá ser de ferro, zinco, esmalte, etc. como ficou descripto, o que receberá o annuncio em ambas as facas, sempre visiveis embora o banco occupado; a fig. 2 mostra um banco da forma hexagonal (que póde ser tambem quadrado, triangular, pentagonal ou octogonal) que circula uma arvore ou poste, tendo sempre visivel a parte alongada, facetada, que recebe o annuncio; a fig. 3 mostra um banco que póde ser collocado no sentido longitudinal de um passeio da avenida, de forma dupla, cuja construção permite collocar o contornando uma arvore, poste, e recebendo o annuncio na parte convexa que protege a arvore, nos lados e sobre as taboletas que ficam acima dos encostos; a fig. 4 mostra um banco circular, elegante, para jardins de theatros ou logradouros publicos, encimado por vasos onde se cultivarão plantas ornamentaes, ficando o annuncio na parte lisa de elevação, que poderá ser de vidro; para annuncios luminosos; e, finalmente, a fig. 5, mostra um banco de dois assentos, especie de conversadeira, onde os annuncios ficarão na parte posterior do encosto e em placas que se collocarão acompanhando a curva do dito imposto e tambem sobre o mesmo.

Em resumo reivindico como pontos e caracteres constitutivos da invenção:

Um novo systema de annuncios sobre bancos de formas novas e elegantes, caracterizado pela collocação de annuncios sobre bancos, directa ou indirectamente sobre estes, porém visiveis ao publico, embora os bancos estejam occupados, tendo para isso os ditos bancos formas especiaes, substancialmente como descripto e representado no desenho annexo.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1910. — Por procuração, *Buschmann & C.*

ANNUNCIOS

Escola Dramatica Municipal

Na secretaria do Theatro Municipal achase aberta a matricula para os cursos da Escola Dramatica Municipal, encerrando-se a inscripção a 14 do corrente. Os candidatos encontrarão o secretario todos os dias uteis de 1 ás 4 horas da tarde.

Imprensa Nacional

OBRAS Á VENDA

Acham-se á venda, na thesouraria da Imprensa Nacional:

«Lei sobre fallencias», n. 2.024, de 17 de dezembro de 1908. Preço 1\$ cada exemplar;

O decreto n. 2.044, de 31 de dezembro de 1908, definindo a letra de cambio e a nota promissoria e regulando as operações cambiacas. Preço 1\$ cada exemplar;

A lei orçamentaria para o exercicio de 1909 (leis ns. 2.035 e 2.050, de 29 e 31 de dezembro de 1908). Preço 1\$ cada exemplar;

Tabellas de preço, ultimamente approvadas pela Repartição de Policia, para carros e automoveis de praça, custando 200 réis o exemplar cartonado.